

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA

RAPHAEL PAVÃO RODRIGUES COELHO

A MEMÓRIA DE UMA HEROÍNA: A CONSTRUÇÃO DO
MITO DE MARIA QUITÉRIA PELO EXÉRCITO
BRASILEIRO (1953)

NITERÓI
2019

RAPHAEL PAVÃO RODRIGUES COELHO

A MEMÓRIA DE UMA HEROÍNA: A CONSTRUÇÃO DO
MITO DE MARIA QUITÉRIA PELO EXÉRCITO
BRASILEIRO (1953)

Dissertação apresentada à Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestrado no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Karla Guilherme Carloni

NITERÓI
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG Gerada com informações fornecidas pelo autor

C672m Coelho, Raphael Pavão Rodrigues

A memória de uma heroína: a construção do mito de Maria Quitéria pelo Exército brasileiro / Raphael Pavão Rodrigues Coelho ; Karla Guilherme Carloni, orientador. Niterói, 2019.

143 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.m.11026636701>

1. Maria Quitéria. 2. História Militar. 3. Gênero. 4. Nacionalismo. 5. Produção intelectual. I. Carloni, Karla Guilherme, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis -
CRB7/6164

Dedico ao meu avô Joaquim, parte fundamental para eu ser o que sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, meu pai Ronaldo, minha mãe Valéria e minha irmã Rebecca pela ajuda e paciência que tiveram comigo em toda essa jornada. Agradeço a minha avó Marlene, que contribuiu substancialmente para que este trabalho pudesse ser concretizado. Gostaria também de agradecer aos meus tios Júlio, Marcos e Roberto, minhas tias Christina, Mônica e Shirlene, assim como meus primos Ana Carolina, Danilo, Juliane e Maria Eduarda pelo apoio dado neste período.

Um agradecimento especial a minha orientadora Karla Carloni, pelo suporte dado, pelas críticas feitas e por sempre se mostrar aberta em ajudar nas horas que mais precisei. Gostaria de também dizer obrigado a Ludmilla por sua amizade ao longo dos anos, por sua ajuda em todos os momentos, por sua paciência e carinho. Seu apoio diário e seu olhar sob este texto foram fundamentais para a concretização do mesmo.

Agradeço a Luiza, que desde muito cedo em nossa amizade, sempre se mostrou uma pessoa aberta e empolgada em me ajudar, agradeço o tempo despendido nesta empreitada. Suas críticas e sugestões foram importantes e contribuíram de forma significativa para que eu pudesse terminar minha dissertação. Agradeço muito a Mariane, amiga desde os tempos de Colégio Militar, sempre se mostrou grande amiga, pronta para ajudar quando mais precisava. Seu olhar crítico foi de grande ajuda para que eu pudesse terminar este texto.

Gostaria de agradecer aos membros da banca, professores Fábio Koifman e Verônica Secreto, por suas críticas ao trabalho que contribuíram de maneira fundamental para a concretização do mesmo.

Queria agradecer aos meus “afilhados” Renan e Clarissa por sua amizade durante o percurso, me recebendo em sua casa, rendendo sempre ótimas conversas e brincadeiras. Agradeço também ao meu grande amigo Rafael, que desde os tempos de Colégio Militar se mostrou uma pessoa em que posso contar a qualquer hora. Agradecer também a Breno e Mari, pessoas com as quais tive o privilégio de me aproximas nos últimos anos, e que se mostraram ótimas companhias para os melhores e piores momentos. Queria também agradecer por todo o companheirismo do Arnaldo, amigo de longa data do Colégio Militar, que apesar da distância sempre se mostrou um amigo.

Aos amigos de UFF: Daniel, João e Letícia, agradeço por todos os encontros no Águia. Aos amigos do condomínio e RPG: Agatha, Alexandre, Daniel, Diego, Felipe, Gabriel, Junior, Kadoo e Victor, agradeço pelo bom papo e bons momentos de conversa no banco de Hp City, agradeço também aos amigos da Rural: Bh, Biel, Bruno, Bruna Elisa , Gago, Guga, Lipe, Lippe, Luiz, Marcelo, Matheus, Monique, PV, Sté, entre outros “Ruralinos”, pelos encontros maravilhosos.

Queria agradecer demais a Tia Angélica, Márcia, Vânia e seu Gilson, por me ajudarem bastante nesse período, por sua bondade, simpatia e carinhos, sempre dispostos a me ajudar e oferecer abrigo quando precisei. Assim como, gostaria de agradecer pela amizade ao longo dos anos dos meus eternos Mestres Jorge Bastos e Marcelo Pimentel.

Por último e mais importante, gostaria de agradecer demais ao meu avô Joaquim, que infelizmente não poderá ler este texto, mas que onde quer que esteja espero que saiba o quão agradecido eu fui por tê-lo em minha vida.

Resumo: O presente trabalho tem a finalidade de discutir os motivos e os objetivos que o Exército brasileiro possuiu ao homenagear e cultuar o mito de Maria Quitéria, heroína da Guerra de Independência brasileira, no ano do centenário de seu falecimento, em 1953, assim como estabelecer a relação desta consagração com o contexto social, cultural e político vivido à época.

Palavras-chave: Clube Militar; Gênero; História Militar; Maria Quitéria; Nacionalismo;

Abstract: This paper aims to discuss the reasons and goals why the Brazilian Army decided to honor Maria Quitéria, war heroine of Brazilian independence, in the year of the centenary of her death, in 1953, as well as to establish the relation of this consecration with the social, cultural and political context lived at the time.

Keywords: Gender; Maria Quitéria; Military Club; Military History; Nationalism;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: O EXÉRCITO NA REPÚBLICA E O SEGUNDO GOVERNO VARGAS: MODERNIZAÇÃO, POLÍTICA E NACIONALISMO	23
1.1 MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO: ASCENSÃO COMO ATOR POLÍTICO	24
1.1.1 Desejo de Renovação	26
1.1.2 Modernização do aparato militar	27
1.1.3 Missões estrangeiras	29
1.1.4 Momento de insurreição	31
1.2 PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945)	36
1.2.1 O Exército na Revolução de 1930	36
1.2.2 Góes Monteiro e o papel moderador	38
1.2.3 Rompimento com Vargas	42
1.3 SEGUNDO GOVERNO VARGAS: ASCENSÃO DA ALA NACIONALISTA	45
1.3.1 Ascensão do Nacionalismo na década de 1950	45
1.3.2 O Clube Militar	50
1.3.3 A eleição de Estillac Leal	52
1.3.4 A oposição da Cruzada Democrática	57
CONCLUSÃO	62
CAPÍTULO II – MARIA QUITÉRIA ATRAVÉS DO EXÉRCITO: A CONSTRUÇÃO DO MITO NACIONAL	66
2.1 A MULHER SOLDADO	66
2.1.1 A infância de Maria Quitéria	67
2.1.2 A trajetória do Soldado Medeiros	68
2.1.3 Pós-Guerra de Independência	74
2.2 O PROCESSO DE ESCOLHA E REMEMORAÇÃO DO MITO DE MARIA QUITÉRIA PELO EXÉRCITO	76
2.2.1 As homenagens à Maria Quitéria em 1953	77
2.2.2 O processo de mitificação	79
2.3 O PAPEL DO IMAGINÁRIO SOCIAL DE MARIA QUITÉRIA	84
2.3.1 A função do imaginário social	85
2.3.2 Maria Quitéria: uma heroína conciliadora	92

CONCLUSÃO	99
CAPÍTULO III– MÃE, FILHA E ESPOSA: QUITÉRIA E SEU PAPEL NA SOCIEDADE	103
3.1 MULHER, PARDA E SERTANEJA:	103
3.2 QUITÉRIA E AS LIBERTADORAS DA AMÉRICA LATINA	111
3.3 QUITÉRIA E CAXIAS: A FUNDAÇÃO DO EXÉRCITO	121
CONCLUSÃO	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
FONTES	130
SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS	130
BIBLIOGRAFIA	131
IMAGEM I: A female Soldier. Augustus Earle, 1824	140
IMAGEM II: Dona Maria de Jesus. Augustus Earle e Edward Finden, 1824	141
IMAGEM III: Maria Quitéria. Domenico Failutti, 1920	142
IMAGEM IV: Comenda Maria Quitéria (1953)	143

INTRODUÇÃO

Em 1953, o Exército homenageou Maria Quitéria de Jesus, considerada heroína nas guerras de independência brasileira¹, e também a primeira mulher a ingressar no Exército. Fugida de casa no meio do conflito após a proclamação da independência brasileira e contrariando o desejo de seu pai, Maria Quitéria se fingiu de homem e entrou nas fileiras das forças militares brasileiras que lutaram contra o Exército português na Bahia.² Na época a importante participação no combate e na expulsão de tropas portuguesas do Brasil lhe rendeu a uma homenagem feita pelo Imperador Dom Pedro I, em pessoa, no dia vinte de agosto de 1823, em plena capital.

O objetivo deste trabalho é analisar em qual contexto, por quais motivos e como o Exército brasileiro decidiu rememorar o mito de Maria Quitéria no ano de 1953, ano do centenário de sua morte. Este era um momento de grande crise política no Brasil. O embate entre conservadores e nacionalistas que polarizavam o debate político encontrou no ambiente das formas militares um local propício para se propagar.

Desde a saída de Vargas em 1945, passando pelo seu retorno em 1950, existiu um forte movimento de união de grupos militares anticomunistas, que se opunham ao “getulismo” e ao “trabalhismo”, com as elites econômicas interessadas nos privilégios do capital privado e na entrada de capital estrangeiro no país.³ Estes grupos tinham como ponto em comum a crítica ao modelo de governo nacionalista de Getúlio Vargas. Os principais alvos de combate destes grupos militares se tornou o “fantasma do comunismo” e à “ascensão política dos setores populares” via essa política nacionalista.

O movimento fez com que, tal como na sociedade civil, se criasse uma disputa de grupos dentro das Forças Armadas, que acabavam internamente se comportando como verdadeiros “partidos políticos”.⁴ Logo a situação na década de 1950 nos mostra, tanto

¹ O confronto tropas brasileiras (que defendiam a Independência) e tropas portuguesas (que buscavam a manutenção do controle de Portugal sobre o Brasil) perdurou de 1822 a 1824. Ver: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, Volume II. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997; GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Vol. I, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

² Ver: REIS JÚNIOR, Pereira. **Maria Quitéria**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1953. Ver também: LIMA, João Francisco de. **A incrível Maria Quitéria**. São Paulo: Nova Época, 1977.

³ CARLONI, Karla. **Forças Armadas e Democracia no Brasil**: o 11 de Novembro de 1955. Rio de Janeiro: Garamond/ Faperj. 2012.

⁴ Idem.

para o governo brasileiro, quanto para o Exército, a distância que estavam de serem grupos unitários.

Em nossa visão, ao escolher Quitéria, uma mulher não branca, o Exército buscava agregar demandas sociais junto a aspirações políticas que o mesmo entendia ser relevantes nos anos 1950. Se os homens obtiveram um domínio histórico sobre instituições de poder, principalmente naquelas em que a luta e a guerra são valorizadas, de que forma a valorização de uma mulher colabora para a imagem da instituição? Esta é uma das perguntas que procuraremos responder ao longo deste texto.

O que queremos explorar aqui é que a escolha por Maria Quitéria não foi feita de forma aleatória. Ela foi planejada para que pudesse se adequar aos objetivos que ambas essas forças buscavam alcançar naquele momento. Para nós, enaltecer a figura de Quitéria fazia parte de uma valorização do simbolismo nacional. Logo, ao escolher o mito de Quitéria e prestar-lhe homenagens, o Exército buscava transparecer uma ideia unitária, dentro deste grupo polarizado.

Nossa hipótese é de que o Ministério da Guerra rememorou o centenário do mito de Maria Quitéria para, a partir de sua reconstrução, externar valores que gostaria de repassar internamente para seus grupos e para a sociedade como um todo. A figura da heroína apresentada, assim, é imbuída de ideais sociais, culturais e políticas que o Exército queria desenvolver naquele momento. Devido a isso, será importante debater as questões relativas à memória e à ilusão biográfica⁵, a fim de discutir as distorções e significados que esses temas possuem e suas reações com este trabalho.

Para que tal objetivo seja alcançado, foram analisados inúmeros documentos como fontes primárias. O primeiro deles foi o livro *Maria Quitéria* feito por Pereira Reis Júnior.⁶ A biografia foi encomendada pelo Ministério da Educação e da Cultura e utilizada como base para as homenagens feitas a Maria Quitéria no ano de 1953. Os eventos contaram com a presença de destacados oficiais, políticos e do próprio Pereira Reis Júnior. Igualmente recorremos ao texto *Maria Quitéria e Caxias* feito pelo Capitão Jonas Neto⁷ na “Revista do Clube Militar”, que também descreve parte a história da

⁵ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). **Usos & abusos da história oral**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁶ REIS JÚNIOR, Pereira. **Maria Quitéria**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1953.

⁷ NETO, Jonas C. *Maria Quitéria e Caxias*. **Revista do Clube Militar**. Nº 126, Pp. 35-42. Julho/Agosto, RJ, 1953.

heroína, publicado em agosto de 1953. Artigos nos jornais *A Noite*⁸ e *Correio da Manhã*⁹, que retratam as solenidades em que o nome de Quitéria foi exaltado pela alta cúpula militar, também serviram de base para a pesquisa.

Já o retrato pintado à óleo da heroína da guerra de independência, feita em 1922 por Domenico Failutti será base para entendemos como a sua imagem funcionou para os objetivos militares. Em 1953, esse quadro foi utilizada como espelho para uma medalha de honra militar¹⁰, e um selo especial em homenagem a memória da heroína.

Escrever sobre as Forças Armadas no Brasil é muito relevante. Os militares, destacando-se o Exército brasileiro, tornaram-se ao longo do período republicano brasileiro, um importante ator político. Sua presença em uma série de golpes e contra golpes – um deles que inclusive deu fim a Monarquia no Brasil –, levou a essa instituição ter uma grande interferência na vida política brasileira.¹¹

As consequências da presença dos militares na política brasileira levantou importantes questões a serem pesquisadas. Porém, nos anos seguintes após a saída dos militares do poder no Brasil (1985), a pesquisa sobre eles nem sempre se mostrou o assunto mais proeminente a ser estudado. Celso Casto, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay nos mostram que:

A história militar acadêmica tem tido uma trajetória difícil no Brasil. A expansão das universidades e o fortalecimento da história como profissão (a partir da segunda metade do século XX) coincidiram com a intensificação do envolvimento militar na política e, acima de tudo, com o regime militar de 1964-1985, que desencorajou a pesquisa acadêmica sobre Forças Armadas. A academia dedicou pouca atenção à história militar para além do estudo do envolvimento militar na política – ponto problemático num regime autoritário.¹²

Desta forma, a dissertação se propõe a se inserir no centro desse campo de pesquisa. Autores como Nelson Werneck Sodré¹³, José Murilo de Carvalho¹⁴, Edmundo

⁸ PIMENTEL, Petronilha. Do berço ao túmulo de Maria Quitéria. *Jornal A Noite*. Rio de Janeiro, Pp. 24, 01/09/1953.

⁹ *Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20/08/1953. 1º Caderno, Pp.8.

¹⁰ Comenda do centenário de morte de Maria Quitéria: <<http://miltonbasile.blogspot.com.br/2010/10/condecoracao-do-centenario-de-maria.html>> Acesso em: 04/09/2017.

¹¹ CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, e KRAAY, Hendrik (eds.) **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV: Bom Texto, 2004. Pp. 21.

¹² Idem. Pp.13.

¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Civilização Brasileira, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1968.

Campos Coelho¹⁵, Alfred Stepan¹⁶ e Alain Rouquié¹⁷ são alguns dos pesquisadores em que este texto se inspira, a fim de contribuir, de alguma forma, para a pesquisa a respeito da relação entre militares e política no Brasil.

Entretanto, falar sobre os militares não significa escrever um trabalho que discuta questões sobre importantes personagens ou descrições de guerras, somente. A dissertação se insere no campo da Nova História Militar¹⁸, ao tratarmos a presença militar na política, relacionando as decisões tomadas pela instituição com as características políticas, econômicas e culturais da sociedade brasileira nos anos 1950.

Dentro deste cenário de renovação acadêmica ao qual procuramos identificar nosso trabalho, entendemos ser importante destacar autores como Karla Carloni¹⁹, Maria Celina D'Araújo²⁰, Renato Lemos²¹ e Adriana Barreto de Souza²², entre outros, que de alguma forma trouxeram essas novas temáticas e promovem novas reflexões acerca da instituição militar no Brasil, trazendo temas com uma maior influência da história social e da antropologia e mesmo das perspectivas pós-modernas sobre os estudos militares.²³ Temas que envolvem a questão racial, de gênero, homossexualidade, entre outros assuntos em voga da nossa sociedade, a partir dessa perspectiva, tornaram-se também assuntos interessantes para serem discutido no seio das Forças Armadas.

Essa relação é relevante devido ao entendimento de que as Forças Armadas não são instituições isoladas de nossa sociedade. Um conceito fundamental para a dissertação é o assim intitulado por Antônio Carlos Peixoto “fenômeno de interações”.²⁴ Para Peixoto, existe um processo de convergência entre ações dos setores civis e militares. Ou seja, na ideia deste autor existe uma relação entre as políticas que os

¹⁴CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. RJ: Zahar, 2005.

¹⁵COELHO, Edmundo Campo. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

¹⁶STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Ardenova, 1975.

¹⁷ROUQUIÉ, Alain (coord.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

¹⁸CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, e KRAAY, Hendrik (eds.). Op. Cit.

¹⁹CARLONI, Karla. **Marechal Henrique Teixeira Lott: A opção das esquerdas**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010. Niterói.

²⁰D'ARAÚJO, Maria Celina. **Militares, Democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

²¹LEMO, Renato. O poder judiciário e o poder militar (1964-1969). In: CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, e KRAAY, Hendrik (org.). Op. Cit.

²²SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²³CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, e KRAAY, Hendrik (eds.). Op. Cit. Pp.23.

²⁴PEIXOTO, Antônio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

militares e os setores civis articulam. Contudo, elas não são de igual correspondência. Não se pode colocar uma como consequência da outra. O conceito do “fenômeno de interações” defende que esse movimento de ambos os grupos ocorrem simultaneamente.

As Forças Armadas não são agentes políticos que agem da mesma maneira que partidos, grupos de interesses e de pressão, correntes de opinião, devido as suas características de funcionamento interno e de sua finalidade, ou seja, uma instituição supostamente apolítica, tendo seu poder determinado pela hierarquia.²⁵ Entretanto, essa questão não impede que o Exército, a partir de suas diretrizes, absorva as discussões que o Estado e o meio civil estabelecem para debater, e até certo ponto, interferir. Em suma, o fenômeno se explica exatamente como o resultado da articulação dessas pressões exercidas de fora com as características da instituição militar.²⁶

Como um dos nossos objetivos é relacionar o momento político e social vivenciados no Brasil na década de 1950 com as homenagens feitas a Maria Quitéria, é necessário compreender que estas ações estão submetidas a algum cenário sócio político que tanto o governo quanto o Exército brasileiro enfrentavam. É preciso entender que existe a interação entre a situação social e política vivenciada no Brasil e o processo de homenagem à mulher-soldado. Em suma, é preciso compreender que a encomenda da biografia e a obrigatoriedade de implantar retratos de Quitéria nos quartéis é um processo concomitante e ligado ao contexto brasileiro à época.

Pensando nessas questões, este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro procura entender o Exército como instituição. Nossa proposta é de analisar a história do Exército durante o período Republicano, até o ano de 1953, em que a homenagem a Quitéria foi promovida. Portanto, é durante o primeiro capítulo que a questão do contexto, das discussões e das ideias que cercavam a política brasileira, da qual o Exército fazia parte, serão apresentados.

Já o segundo capítulo possui duas funções. A primeira é apresentar a história que o Exército construiu sobre o mito de Maria Quitéria, apresentando ao eleitor seus feitos de vida, além de homenagens que a mesma recebeu, enquanto heroína desta força. Para, em seguida, discutirmos como o contexto apresentado no primeiro capítulo influenciou essa narrativa, assim como, quais as ideias e o valores que estão incutidos nela.

²⁵ Idem. Pp. 30-31.

²⁶ Idem. Pp. 31.

Pensando na resposta dessas questões, existem alguns conceitos e diretrizes sobre a ideia de mito, o conceito de herói, a função do imaginário social e de construção narrativa, que entendemos serem importantes apresentados para que as análises das narrativas produzidas pelo Exército sejam melhores entendidas. Nós entendemos que estas ideias não só cabem como são fundamentais para compreendermos a complexidade da construção de Maria Quitéria pelo Exército.

Em relação ao mito, nas palavras de Girardet:

Deve ser concebido como uma (...) narrativa que se refere ao passado (...), mas que conserva no presente um valor eminentemente explicativo, na medida em que esclarece e justifica certas peripécias do destino do homem ou certas formas de organização social.²⁷

Ou seja, para o autor, o mito tem a função de ratificar valores do presente, a fim de conduzi-los a um futuro melhor, a partir de uma história passada em que o(s) mesmo(s) tenha vivido. Já para Mírcea Eliade “Compreender a estrutura e a função dos mitos nas sociedades tradicionais não significa apenas elucidar uma etapa na história do pensamento humano, mas também compreender melhor uma categoria dos nossos contemporâneos”.²⁸

Ele defende que o culto aos mitos nos remete a figura que “se torna o modelo exemplar de todas as atividades humanas significativas”.²⁹ Um exemplo que deve ser seguido e, sempre conveniente, lembrado como tal. O mito, a partir da visão do autor, consegue estruturar em uma figura todos os valores preconizados por aquele grupo ou instituição. Em suma:

O mito (...) é um ingrediente vital da civilização humana; longe de ser uma fabulação vã, ele é ao contrário uma realidade viva, à qual se recorre incessantemente; não é absolutamente uma teoria abstrata ou uma fantasia artística, mas uma verdadeira codificação da religião primitiva e da sabedoria prática (...). Essas histórias constituem para os nativos a expressão de uma realidade primeva, maior e mais relevante, pela qual são determinados a vida imediata, as atividades e os destinos da humanidade. O conhecimento dessa realidade revela ao homem o sentido dos atos rituais e morais, indicando-lhe o modo como deve executá-los.³⁰

Sobre a construção do imaginário social, entendemos que ele se apresenta como

²⁷ GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. Pp. 12-13.

²⁸ ELÍADE, Mírcea. **Mito e realidade**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972. Op. Cit. Pp.6.

²⁹ Idem. Pp. 9.

³⁰ Idem. Pp. 19.

um “conjunto de imagens que orienta a inserção do indivíduo na cultura”.³¹ Logo, os componentes de um determinado grupo criam ou seguem determinados símbolos ou signos que, ao ter sua história criada, conseguem encontrar e dar um determinado sentido de estar vivendo em coletividade. Em suma, o imaginário social representa o lugar de “expressão das expectativas e aspirações populares latentes, mas também como sendo o lugar de lutas e conflitos entre o povo dominado e as forças que o oprimem”.³²

Um grupo, instituição ou mesmo a sociedade pode ser denominada unida exatamente por se encontrar em uma condição de imersão (cultural e coletiva) a partir de uma história mítica. De forma geral, “O imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas”.³³

Sandra Pesavento afirma que “a sociedade constrói a sua ordem simbólica, que, se por um lado não é o que se convencionou chamar de real (mas sim uma representação), por outro lado é também outra forma de existência da realidade histórica”.³⁴ Ou seja, ela pode não representar a realidade no sentido de algo datado ou documentado, contudo, desenvolve uma história que representa a realidade que dá a sensação de coesão em tal sociedade.

Em síntese, ele não representa o real, no sentido da veracidade do fato, mas representa a “evocação que dá sentido as coisas”.³⁵ Bakczo nos mostra que:

A fim de que uma sociedade exista e se mantenha assegurando um mínimo de coesão, é preciso que os agentes sociais acreditem na superioridade do facto social sobre o fato individual, que se dotem de uma “consciência coletiva”, isto é, um fundo de crenças comuns que exprima o sentimento da existência da coletividade.³⁶

Exatamente por representar essa força simbólica em relação aquilo que conecta um povo, ou seja, essa história mítica que representa valores e encarna ideias que formam determinado grupo, o imaginário social se apresenta como “uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da

³¹ MOTTA, Marly da Silva. **A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992. Pp. 3.

³² BACZO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Anthropos-Homem, vol.5 Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. Pp. 303.

³³ PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra História: Imaginando o imaginário. **Revista brasileira de História**, São Paulo, Vl. 15, nº29, 1995. Pp. 16.

³⁴ Idem. Pp. 8.

³⁵ Idem. Pp. 13.

³⁶ BACZO, Bronislaw. Op. Cit. Pp. 306.

autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais”.³⁷

Portanto, o domínio do imaginário social se mostra um tanto quanto estratégico para a garantia de um poder local.³⁸ Todavia, esse domínio não significa necessariamente um controle ditatorial ou antidemocrático sobre determinado grupo. O controle desse poder simbólico busca “impregnar as mentalidade com novos valores e fortalecer a sua legitimidade, o poder tem designadamente de institucionalizar um simbolismo e um ritual novo”.³⁹

Essas ideias são importantes para compreendermos a profundidade do simbolismo da (re) construção da história de Quitéria. Será a partir desses conceitos que poderemos entender como a narrativa que o Exército produz sobre sua heroína é construída, ao mesmo tempo em que constrói, sobre o ideal político patriota defendido pelas forças militares durante a década de 1950. Logo, é nossa proposta demonstrar que o processo de mitificação de Maria Quitéria internaliza em sua imagem e história ideias e valores que dialogam com as diretrizes que o Exército procurava transparecer tanto internamente quanto para a sociedade civil.

Um importante aspecto para que possamos entender o que o Exército almejou promover com a valorização do mito de Maria Quitéria, passa pela análise da construção narrativa. Nesse aspecto, as discussões sobre memória são bastante relevantes a fim de se compreender como esta questão é elaborada. Para Michel Pollak:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis.⁴⁰

Assim, podemos compreender como a construção da memória de um indivíduo é influenciada tanto pela sua experiência de vida quanto pela bagagem que ele traz a partir

³⁷ Idem. Pp. 310.

³⁸ Idem. Pp. 297.

³⁹ Idem. Pp. 302.

⁴⁰ POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989, Pp. 9.

da sua convivência em grupo. A intersecção desses dois caminhos acaba por gerar a memória desse sujeito. Seguindo essa idealização, demonstraremos como esse percurso pode ser analisado em prática ao se discutir a construção de Maria Quitéria como uma personagem icônica da história brasileira. Para Pollak:

Os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva são, em primeiro lugar, os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.⁴¹

Outra questão importante a ser discutida refere-se aos perigos do trabalho com memória biográfica. Aos olhos de Pierre Bourdieu “a história de vida como uma trajetória coerente é cair em uma ilusão retórica”.⁴² Como nos mostra Alexandre de Sá Avellar:

Ao construírem biografias, os historiadores devem estar atentos aos perigos de formatar seus personagens e de induzir o leitor à expectativa ingênua de estar sendo apresentado a uma vida marcada por regularidades, repetições e permanências.⁴³

Esse é o mesmo perigo que Jacques Le Goff alerta em seu livro *São Luís*.⁴⁴ O autor afirma que “a narrativa [...] é o resultado de uma série de operações intelectuais e científicas que se tem todo o interesse em tornar visíveis, até mesmo em justificar”.⁴⁵ Assim, ambos os autores alertam para a dificuldade e o cuidado que se deve ter ao trabalhar com histórias biográficas.

A natural busca por essa trajetória coerente causa, mesmo que inconscientemente, a inconsistências que precisam ser analisadas e postas em debate com o momento em que estas narrativas foram elaboradas. O próprio Le Goff atenta para o perigo desse “excesso de sentido e de coerência inerente a qualquer tentativa biográfica”⁴⁶ que se apresenta no processo de justificativa no processo de construção biográfica.

⁴¹ POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, nº10, 1992, Pp. 201.

⁴² BOURDIEU, Pierre .Op. Cit. Pp.185.

⁴³ AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. UFES, **Dimensões**, vol. 24, 2010. Pp.6.

⁴⁴ LE GOFF, Jacques. **São Luís**. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1999

⁴⁵ Idem. Pp.23.

⁴⁶ Idem.

A questão da ilusão biográfica e a necessidade de analisar “o que” e “como” as narrativas são construídas também são ideias indagadas por Giovanni Levi. Como afirma o autor:

Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.⁴⁷

É exatamente por não nos contentarmos com esses modelos limitados, que devemos entender que as falas inseridas na construção narrativa de Quitéria, além de obedecerem a uma ordem cronológica, acabam por utilizar, objetivamente ou não, de signos e características importantes da história de um determinado personagem, que acabam por permear toda a sua narrativa.

Isso ocorre, pois, a construção de um herói passa pelas escolhas e dos esquecimentos propositais, que interessam para aqueles que desenvolvem a narrativa deste personagem. Ao longo do tempo, o processo de reconstrução desse mito transforma-se, muitas vezes, modifica as escolhas daquilo é considerado mais relevante.

Ou seja, se em um momento, um fato da vida de um personagem é “ignorado” em prol de outro fato, este mesmo ocorrido pode, em outro momento, pode ser destacado, sempre de acordo com os objetivos e o contexto em que a construção ou reconstrução da narrativa é feita. Como afirma Helenice Silva “essa manipulação da memória, ou seja, a utilização deliberada do esquecimento se opera através do caráter seletivo da própria memória”.⁴⁸ É essa exata situação que defenderemos que ocorre com a construção do mito de Maria Quitéria pelo Exército.

O último capítulo deste texto propõe colocar a discussão sobre gênero em pauta. É de nosso interesse demonstrar especificamente como a questão de ser uma heroína, mulher, em uma das instituições mais conservadoras do nosso país, influenciou em sua escolha. Demonstramos que a escolha de uma mulher não foi feita de forma casual, muito pelo contrário. Os valores patrióticos de Maria Quitéria na construção de sua

⁴⁷LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). **Usos & abusos da história oral**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Pp. 169.

⁴⁸SILVA, Helenice Rodrigues da. “**Rememoração/comemoração**: as utilizações sociais da memória. Revista brasileira de História, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002 Pp. 431.

história podem ser relevantes, mas o fato de ser uma mulher não pode ser deixado de lado como algo menor.

Pensando nisso, é de nossa proposta também discutir, nos baseando nos conceitos que envolvem a discussão sobre a questão de gênero, as várias formas que podemos interpretar a decisão tomada e elaborada pelos militares em 1953, além das suas repercussões até o dia de hoje. Compreendendo essa questão, é necessário demonstrar primeiro como a questão de gênero é muito importante para a historiografia em geral e, igualmente, para a quem trata da história militar.

O debate sobre o papel das mulheres é fundamental no campo da história, principalmente como forma de reparar um erro gravíssimo, que durante décadas de pesquisa, onde o processo de produção intelectual acabou por se focar somente na narrativa de grandes acontecimentos e personagens, relacionados prioritariamente a figura do homem (da elite branca).

Michelle Perrot atenta para as dificuldades de se fazer uma história das mulheres. A autora apresenta o problema do silêncio das fontes, pois, para as mulheres, deixam pouco espaço para vestígios na história, sejam eles escritos ou orais, e muitas vezes, eles são difundidos na informalidade.⁴⁹ Para ela “sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios”.⁵⁰

Para Joan Scott gênero “é uma forma primeira de significar as relações de poder”.⁵¹ Para Louise A. Tilly, sexo e gênero tem distinções muito claras. Enquanto o primeiro é uma palavra que faz referência às diferenças biológicas entre machos e fêmeas, a terminologia gênero nos remete à cultura. Ou seja: ele diz respeito à classificação social em “masculino” e “feminino”.⁵² Para Rachel Soihet e Joana Maria Pedro definem o conceito de gênero a partir de outra ótica. Para elas:

Gênero, nas ciências sociais (...) significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos. O grande impacto que vem produzindo nas análises sociais funda-se em ter chamado a atenção para o fato de que uma

⁴⁹ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo : Contexto, 2007.

⁵⁰ Idem. Pp. 21.

⁵¹ SCOTT, Joan. “Gender: a useful category of historical analyses”. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Pp.21.

⁵² TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. Cadernos Pagu (3) 1994: Pp. 29-62.

parte da humanidade estava na invisibilidade – as mulheres –, e seu uso assinala que, tanto elas quanto os homens são produto do meio social, e, portanto, sua condição é variável.⁵³

Elisiane Sartori defende a hipótese de que gênero é uma primeira forma de dar significado às diferenças e que tais distinções são produzidas socialmente, não sendo meras distinções anatômica, ou marcas biológicas.⁵⁴Mais do que isso, para ela, as relações de gênero são a materialização de uma relação de poder.

A chamada “questão de gênero” se fortaleceu a partir da década de 1970 onde a oposição “homem x mulher” foi a ideia fundamental para o seu desenvolvimento, acreditando-se que não poderia existir uma história que entenda só o mundo masculino ou o mundo feminino e, sim, propondo que não deveria se fazer simplesmente uma nova história das mulheres mas sim uma nova história em geral, creditando a devida importância histórica, tanto para os homens quanto para as mulheres.⁵⁵

No caso brasileiro, Maria Izilda Santos de Matos afirma que:

Mesmo sob o contexto desfavorável do autoritarismo dos governos militares (1964-84), as mulheres “entraram em cena” e se tornaram visíveis ocupando espaços sociais e políticos, com destaque para a sua presença nos movimentos sociais, na luta contra a carestia e pela anistia política. Estas ações inquietaram investigadores interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres no presente e passado, descobrindo-as como sujeitos história e incorporando-as como aos estudos.⁵⁶

Acreditamos ser necessário destacar que devido ao crescimento das pesquisas envolvendo o conceito de gênero, existe uma enorme demanda pelo reconhecimento do papel feminino nas sociedades contemporâneas. Por isso, exatamente por ser uma das instituições mais conservadoras (e presentes) em nossa sociedade, as Forças Armadas não poderiam estar fora desse contexto.

A partir destas ideias e conceitos aqui apresentados buscamos assim ter as ferramentas necessárias para explorar a questão sobre os objetivos que o Exército

⁵³ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007. Pp.288.

⁵⁴ SARTORI, Elisiane. Reflexões sobre relações de gênero, família e trabalho da mulheres: desigualdade, avanços e impasses. **Cadernos CERU**, série 2, nº 15, 2004.

⁵⁵ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. Op. Cit.

⁵⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. **História das Mulheres e da Relação de Gênero**: Campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. Mandrágora, v.19. n. 19, 2013. Pp.6.

possuiu ao consagrar o mito de Maria Quitéria em 1953, apresentando como essa escolha e a própria complexidade da personagem tornam este tema um assunto pertinente.

CAPÍTULO I– O EXÉRCITO NA REPÚBLICA E O II GOVERNO VARGAS: MODERNIZAÇÃO, POLÍTICA E NACIONALISMO

O objetivo da dissertação é compreender os motivos e os objetivos que o Exército possuiu ao consagrar Maria Quitéria, no ano de 1953, como uma das heroínas de seu Panteão. Contudo, é do nosso entendimento que, para compreendermos as motivações da instituição militar é necessário conhecer o seu funcionamento e papel político na República.

É importante entender como, e em que contexto, ocorreram as transformações do Exército durante o esse período que se estende de 1889 até o ano de 1953. Isso se dá, principalmente, pela participação preponderante que o Exército possuiu em todos os momentos de ruptura do sistema político brasileiro, inclusive, na própria Proclamação da República, golpe liderado pelos militares, e no qual se destacou a figura do Marechal Deodoro da Fonseca.

O capítulo divide-se em três etapas. Na primeira analisaremos como o Exército, ainda impactado com a sua participação na Guerra do Paraguai⁵⁷ e sem o apoio e investimento financeiro suficiente que a instituição necessitava, buscou, durante a chamada Primeira República (1889-1930), se modernizar. Este processo foi fundamental para a construção do Exército como um importante agente político brasileiro ao longo de todo século XX.

A segunda parte do capítulo irá tratar da estruturação do Exército durante a o primeiro governo Vargas (1930-1945). Por ter sido um importante personagem no desmantelamento da política oligárquica, os militares possuíram um papel notável no processo de centralização e depuração política que culminaram na ditadura do Estado Novo. É importante, em nossa visão, entender as ramificações que poder militar obteve durante este período.

A última parte do capítulo irá tratar do período em que os militares, de uma forma institucional, romperam com o governo estado novista e se tornaram, definitivamente, atores centrais no processo político brasileiro. É neste período que, contrariando os

⁵⁷ Ver: IZECKSOHN, Vitor. *A Guerra do Paraguai*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Volume III, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

desejos do General Góes Monteiro, o Exército acaba por descumprir as diretrizes do “Partido Militar”, a máxima de “fazer a política do Exército e não no Exército”.⁵⁸

Foi durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1950-1954) que os debates sobre os rumos que a nação deveria seguir se acirraram. O epicentro dessa disputa política entre Estado e Forças Armadas, mas principalmente, internamente no Exército, ocorreu dentro do Clube Militar. Foi neste espaço que nacionalistas e internacionalistas discutiram fervorosamente sobre os projetos políticos que o governo brasileiro deveria promover. É inserido nesta disputa que, para nós, às homenagens a Maria Quitéria no ano de 1953, estiveram relacionadas.

É esta trajetória que, no nosso entendimento, nos permitirá, nos seguintes capítulos, entender como a consagração de Maria Quitéria pelos militares está diretamente relacionada com o processo de construção do Exército como ator político brasileiro e com as disputas entre os projetos de modernização nacional.

1.1 MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO: ASCENSÃO COMO ATOR POLÍTICO

A importância dos militares no processo de construção da República no Brasil é notória. Como o próprio José Murilo de Carvalho afirma “a primeira república delimita-se pelos parênteses de duas intervenções militares e pontua-se com várias outras intervenções de menos consequência”.⁵⁹

O golpe de 1889 está relacionado, em parte, como uma consequência ao total descaso que o Exército sofreu, em sua visão, ao longo do século XIX. Para esses militares, principalmente a partir de 1850, era evidente a necessidade de modernização do aparato militar o quanto antes. Nas palavras de Manuel Domingos Neto:

Havia sérias dificuldades para implementar um processo transformador do Exército. A corporação exercia um papel relativamente secundário tanto na defesa externa do País quanto na manutenção da ordem interna. O sistema de dominação política em vigor não carecia de uma instituição nacional forte.⁶⁰

O descontentamento do Exército não deve ser entendido como único ou mesmo principal causa para a proclamação da República. Para nós, o golpe que leva o fim da

⁵⁸ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp.105.

⁵⁹ Idem. Pp.13.

⁶⁰ NETO, Manuel Domingos. Influência Estrangeira e luta interna no Exército (18889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militar no Brasil**. Ed. Record, Rio de Janeiro. 1980. Pp.44.

Monarquia está ligado a incapacidade que o regime monárquico apresentava para resolver os problemas resultantes do desenvolvimento econômico social vivido durante o passar dos anos.⁶¹

Muitas interpretações foram elaboradas ao longo dos anos em relação às origens do golpe ou mesmo do grau de participação, maior ou menos, do Exército.⁶² A Questão Militar, ou seja, esse descontentamento que a força terrestre teve com a Monarquia foi real, mas não única questão para a instituição da República. A historiografia apresenta uma interpretação que demonstra uma ideia mais complexa em relação aos fatores que decretaram o fim da Monarquia e o início da República no Brasil. Nas palavras de Emília Viotti da Costa:

O movimento resultou da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais.⁶³

Não é objetivo deste capítulo discutir as várias interpretações ou mesmo ideais que permearam o movimento. É somente de nosso interesse entender que o Exército foi sim um agente atuante, e no caso específico, protagonista do golpe que levou a retirada da Monarquia. Entretanto, é nossa ideia nos debruçarmos na forma como os militares enxergam esses percalços.

A Questão Militar apresentava a ideia de que Exército como um todo estava absolutamente defasado em relação às organizações militares do mundo industrializado. Devido à permanência dos castigos físicos e o alistamento de forma violenta (o chamado recrutamento “ao laço”), as tropas eram compostas prioritariamente por camponeses e marginais. Ou seja, cidadãos vindos de classes menos abastadas, de baixa escolaridade e que internamente não obtinham a instrução devida. Os oficiais formados também não recebiam quase nenhuma formação especializada, sem programas de treinamentos específicos para as tropas, etc.⁶⁴ Em suma, como afirma o próprio Manuel

⁶¹ COSTA, Emília Viottida. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. Pp.451.

⁶² Idem.

⁶³ Idem. Pp.489.

⁶⁴ NETO, Manuel Domingos. Op. Cit. Pp.46.

Domingos Neto, o Exército se mostrava uma instituição mal equipada, mal instalada, mal remunerada, dispendo de armamento insuficiente, precário e obsoleto.⁶⁵

Em relação ao processo de formação do Exército, José Murilo de Carvalho também demonstra que, excetuando-se o estado do Rio Grande do Sul, o grosso do recrutamento de oficiais foi feito predominantemente dentro da organização, ou seja, entre grupos sociais menos abastados, ao longo de Império e mesmo no início da República.⁶⁶ É importante destacar que muitos dos futuros tenentistas foram provenientes dessas camadas mais populares e menos abastadas.

1.1.1 DESEJO DE RENOVAÇÃO

Um fato que iniciou, de forma bem primária, a mudar as condições que impediam a modernização do Exército no Brasil foi a Guerra do Paraguai. Esse confronto pode ser descrita como “a única mobilização militar verdadeiramente importante contra um inimigo externo”.⁶⁷ Mais do que isso, após este acontecido, o Exército que não possuía o poder e o prestígio “passou a ser, então, a força militar mais importante do País. Passou a ser reconhecido como instituição ‘Nacional’”.⁶⁸

Foi neste contexto que os militares, “defensores da Pátria”, passaram a exigir melhores condições para as suas tropas e, por consequência, passaram a ocupar um significativo espaço na cena política brasileira.⁶⁹

Sem que essas necessidades acabassem se tornando realidade, unindo-se ao desgaste que o governo Imperial possuía com a elite econômica brasileira, o Exército participou ativamente do golpe que depõe a família Imperial brasileira.⁷⁰

Após os governos dos Generais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, são as Oligarquias do Café, principalmente do Oeste Paulista, que se colocaram no centro do poder político nacional. Contudo, o papel preponderante do Exército teve objetivos claros. Foi durante esse período que os militares iniciaram suas luta pelas melhorias que os mesmos clamavam. É dentro deste contexto que surgiram as missões estrangeiras,

⁶⁵ Idem. Pp.47.

⁶⁶ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 16.

⁶⁷ NETO, Manuel Domingos. Op. Cit. Pp.45.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ COSTA, Emília Viottida. Op. Cit.

⁷⁰ NETO, Manuel Domingos. Op. Cit.

que foram fundamentais no processo de consolidação do Exército, enquanto instituição e ator político, ao longo do século XX.

1.1.2 MODERNIZAÇÃO DO APARATO MILITAR

O processo de construção desse novo Exército se deu em vários estágios, passando pela estrutura física e organizacional. Como demonstra Alain Rouquié “no começo do século, os exércitos nacionais da maioria dos países do continente efetuam um salto qualitativo. Sob a influência de diversos fatores o ‘velho Exército’ cede lugar o a um ‘novo Exército’”.⁷¹

O primeiro passo para a concretização disso foi a adoção do serviço militar obrigatório. O processo de alistamento era feito em geral por populações das camadas mais pobres, muitas vezes, pessoas à margem da sociedade, sem qualquer tipo de instrução, o que prejudicava o desenvolvimento da tropa, e transformava nas Forças Armadas em um grupo composto por essas camadas marginalizadas.⁷² José Murilo afirma que:

No Império, o recrutamento forçado, que trazia para as fileiras do Exército os elementos da mais baixa camada social, foi sempre o maior fator de desprestígio da farda que, em vez de representar o cultivo do amor pela pátria, era tida como um símbolo de castigo.⁷³

O aumento do efetivo foi o passo inicial para a multiplicação do poder político do Exército.⁷⁴ A reformulação do processo de recrutamento, a partir da aprovação da Lei do Sorteio Militar, em janeiro de 1908, mas que só em dezembro de 1916 teve realizado seu primeiro sorteio⁷⁵, aumentou a independência da corporação e estabeleceu as bases do poder militar que viria com o seguir do tempo.⁷⁶

⁷¹ ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo. 1984. Pp.91.

⁷² CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 22.

⁷³ Idem. Pp.23.

⁷⁴ Idem. Pp.48.

⁷⁵ A partir de 1916, efetivamente, o governo brasileiro sorteava nomes de pessoas, de forma aleatória, e estas eram obrigadas a ingressar nas Forças Armadas brasileiras. A incapacidade do governo brasileiro em realizar o sorteio e punir aqueles que não o cumpriam fez com que, em 1945, essa fórmula de ingresso fosse abandonada pela obrigatoriedade do serviço militar para todos os homens, no ano em que completassem 21 anos (o que posteriormente foi reduzido para 18). Ver: Lei do Sorteio Militar. Ver: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEI%20DO%20SORTEIO%20MILITAR.pdf>>. Acesso em 15/01/2019.

⁷⁶ ROUQUIÉ, Alain. Op. Cit. Pp.105.

A estrutura organizacional militar foi outro setor renovado pelos militares durante a Primeira República. No Império, o Exército possuía dois objetivos: proteção de fronteiras e controle de alguns centros urbanos do litoral.⁷⁷ Manuel Domingos Neto mostra que na República “a distribuição geográfica da tropa passou a obedecer a um planejamento nacional, sem interferência das oligarquias locais”.⁷⁸

Além disso, parte da renovação do Exército brasileiro passou pela reforma completa do ensino militar, além da adoção de novas regras de promoção hierárquica. Os oficiais, ao longo da Primeira República, entenderam a necessidade de uma formação profissional verdadeira. Direito, literatura e filosofia, cursos que guiavam até então o ensino no Exército, não poderiam mais ser as disciplinas dominantes.⁷⁹ Os chamados “bacharéis fardados”, filhos desse tipo de escola, passavam a dar lugar ao ensino muito mais técnico.⁸⁰

A formatação do ensino culminou também na adoção da promoção hierárquica. A perspectiva profissional dos novos oficiais, que iam sendo formados a partir dessas novas diretrizes, estava totalmente atrelada às mudanças das regras de promoções.⁸¹ O sucesso da modernização estava condicionada às transformações nas estruturas de educação. Manuel Domingos Neto afirma que gradualmente a formação e nomeações dos oficiais passaram a obedecer ao profissionalismo. Em suas palavras

As novas regras do avanço na hierarquia passaram a levar em conta a formação profissional recebida por cada oficial. A influência do apadrinhamento nas nomeações para os postos de comando foi substancialmente reduzida.⁸²

Em suma, os oficiais anteriores à nova formatação, os chamados “Tarimbeiros”, militares que não frequentaram a Escola Militar e, em boa parte, eram remanescentes da Guerra do Paraguai, e os “bacharéis fardados” (ou doutores) foram cada vez mais perdendo poder e espaço. Obviamente que essas mudanças não foram feitas de forma instantânea. Os grupos mais velhos, seja por orgulho de seu ensino erudito ou pela desvalorização de sua carreira frente à formação técnica, se mostraram contrários, e

⁷⁷ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 32.

⁷⁸ NETO, Manuel Domingos. Op. Cit. Pp.48.

⁷⁹ Idem. Pp.49.

⁸⁰ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 28.

⁸¹ NETO, Manuel Domingos. Op. Cit. Pp.57.

⁸² Idem. Pp.49.

tentaram resistir às mudanças, mas sem sucesso. O afastamento dos mais antigos era a última etapa para o início da formação do novo Exército.

As mudanças eram necessárias. Eram clamadas pelo Exército desde o final do século XIX. A instituição que proclamou a República já não era mais a mesma. As mudanças foram estruturais e profundas. O processo de renovação foi construída ao longo de quatro décadas, apesar dos problemas e das resistências enfrentadas.

Neste processo houve, contudo, um fator preponderante: a influência estrangeira por meio das missões militares francesa e alemã.

1.1.3 MISSÕES ESTRANGEIRAS

A necessidade de modernização era algo importante e urgente. As mudanças se iniciaram, efetivamente, durante a passagem do Marechal Hermes da Fonseca pelo Ministério da Guerra. Em 1906, durante o seu comando, o ministro enviou grupos de oficiais para estágio na Alemanha. Estes militares passaram a ser conhecidos pela alcunha de “Jovens Turcos”, nome que foi dado de forma pejorativa a esses militares que, assim como no Exército Turco, foram instruído pelas diretrizes militares do Exército alemão.

Foram esses oficiais, vislumbrados pela estrutura do Exército germânico, que ao retornarem passaram a defender com maior veemência pela renovação da instituição.⁸³ Como afirma José Murilo de Carvalho “Os integrantes (...) reuniram-se na Alemanha antes de regressar e traçaram um plano para difundir os conhecimentos adquiridos”.⁸⁴

Dentre as várias ações realizadas pelo grupo, destacou-se a fundação da Revista *Defesa Nacional*. Esta revista dedicava-se exclusivamente a tradução dos regulamentos do Exército alemão, focando na parte técnica que o Exército deveria possuir, fosse pelo sistema de treinamentos e as práticas diárias que os militares deveriam ter. Além disso, a revista acabava por ter em suas linhas as demandas que esses militares entendiam ser essenciais para o desenvolvimento do Exército.⁸⁵

⁸³ Idem. Pp.47.

⁸⁴ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 27.

⁸⁵ Idem.

O atraso do Exército brasileiro visto por esses oficiais era tanto, que os mesmos passaram a clamar pela contratação de uma missão militar alemã, que não obteve sucesso, devido às ocorrências da Primeira Grande Guerra.⁸⁶ Contudo, o Exército, após o fim da Primeira Guerra, encomendou uma missão militar francesa, capitaneada pelo General Maurice Gamelin e apoiada pelos oficiais que participavam da produção da Revista *Defesa Nacional*.⁸⁷

A missão francesa que conseguiu ratificar o processo de modernização militar brasileiro. A partir de sua influência a educação militar desdobrou-se em inúmeros estágios, tornando-se mais técnica e especializada, e por consequência, formando melhores oficiais.⁸⁸ Esse desenvolvimento promoveu uma maior coesão para Exército como um todo. Como demonstra Alain Rouquié:

O velho Exército, submetido à reforma francesa, sofre uma verdadeira revolução, principalmente no domínio das promoções que, a partir de então, serão estritamente codificadas por uma lei e pelo sacrossanto almanaque das promoções agora subtraído às influências políticas locais. O mérito e a formação profissional passam a dirigir as carreiras.⁸⁹

José Murilo de Carvalho tal como com Alain Rouquié destaca a importância da missão francesa. Para ele o grande mérito da missão foi o desenvolvimento que a mesma proporcionou ao Exército, principalmente no tocante a criação de escolas para cada especialidade militar.⁹⁰ Além disso, Carvalho demonstra o impacto que a doutrina militar francesa teve na formação de bons oficiais no Estado-Maior, o que significou maior centralização e coesão para a organização militar.⁹¹

É importante ressaltar que não só ao Brasil interessava este tipo de missão. Tanto para alemães quanto para franceses, esse tipo de ação era bastante interessante em relação às suas respectivas políticas externas. Alain Rouquié afirma que França e Alemanha ofereciam esse tipo de serviço a todas as nações que buscavam uma modernização no seu aparelho militar, com o objetivo de “aumentar sua influência

⁸⁶ NETO, Manuel Domingos. Op. Cit. Pp.47.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 28.

⁸⁹ ROUQUIÉ, Alain. Op. Cit. Pp.100.

⁹⁰ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 28.

⁹¹ Idem. Pp. 29.

diplomática e comercial, e expandir sua indústria de armamentos”.⁹² Manuel Domingo Neto concorda com essa ideia, principalmente ao afirmar que:

Essas potências rivalizavam-se, visando enviar ao Brasil seus oficiais para reorganizar e treinar o Exército. Uma Missão Militar não era apenas uma garantia para a realização de bons negócios na venda de armas, mas também um instrumento de primeira ordem para conquistar posições sólidas dentro do País. Ao vencer seus concorrentes em 1919, a França obteve importantes encomendas para suas fábricas. Conseguiu ampliar seu tradicional prestígio intelectual para os domínios militar e econômico.⁹³

Entretanto, o que no interessa destacar é que, a reestruturação militar ao longo da Primeira República se deu devido, em grande parte, à influência estrangeira no país. As ideias vindas de fora, adaptadas e selecionadas, foram as grandes responsáveis pelo início da transformação do Exército brasileiro.⁹⁴

Contudo, as melhorias adquiridas nesse período não foram suficientes. Ou melhor, era só o início de um caminho que ainda precisava galgar outros passos e que encontrava sérios entraves no cenário político brasileiro dominado pelas oligarquias estaduais. Mais do que o desenvolvimento, as missões estrangeiras trouxeram um ensinamento de uma melhor compreensão do papel das Forças Militares dentro da Nação. E foi este aspecto que, a partir da década de 1920, levou a alguns setores do Exército, destacadamente os oficiais de média patente, se mostrarem contrários a política promovida pelas oligarquias.

1.1.4 MOMENTO DE INSURREIÇÃO

Foram grandes as transformações estruturais do Exército ao longo das primeiras décadas da República. Aumento orçamentário, de efetivo, compra de material, armamento, entre outros. Foi um período de melhorias óbvias. Contudo, não era suficiente para alguns setores do Exército.

Para os jovens oficiais, enquanto o Exército se desenvolvia a passos largos, o país continuava em um período arcaico.⁹⁵ E, neste sentido, o incentivo a industrialização seria fundamental para a continuação do desenvolvimento, tanto da tropa, quanto a

⁹² ROUQUIÉ, Alain. Op. Cit. Pp.95.

⁹³ NETO, Manuel Domingos. Op. Cit. Pp.52.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem. Pp.61.

nação. As oligarquias, que em um primeiro momento colaboraram no processo de renovação da instituição, se mostrava, agora, um dos principais problemas para a continuidade deste processo.

Ao mesmo tempo, as oligarquias paulistas mantinham a defesa de uma economia agrária, já que boas partes dos ganhos eram com a exportação de produtos primários, como o café, o mais expoente à época. Além disso, essas oligarquias, desde pelo menos a Proclamação da República, mantinham polícias estaduais. Na visão de José Murilo de Carvalho, esse era um dos maiores obstáculos enfrentados pelos militares. Para o autor “Não era viável executar qualquer política de defesa nacional, concebida nos termos amplos dos reformadores, quando as Forças Armadas não tinham sequer o controle militar interno”.⁹⁶

Outro fator compreendido como negativo pelos militares, e que estava diretamente ligado à política estabelecida pelas oligarquias, seria o nível baixo de consciência cívica e patriótica que a população brasileira possuía.⁹⁷ Por isso, alguns setores do Exército enxergavam a necessidade de mudança política militar.

Variados foram os movimentos de setores do Exército, de menor ou em maior escala que, ao longo da Primeira República, buscaram romper com o tipo de política vigente no país.

O primeiro deles foi o movimento tenentista de 1922. Apesar da evolução, a tropa encontrava-se ainda muito longe do ideal de modernização. Podemos estabelecer que o aumento do efetivo foi um ganho em curto prazo, outras transformações, como a mudança hierárquica, foram feitas de forma lenta. O próprio investimento não era feito de forma plena, mesmo que tenha de ser considerado bem melhor ao do regime político brasileiro anterior.

Os principais afetados por essa realidade eram os tenentes, oficiais mais jovens, já descendentes das novas diretrizes tomadas pelo Exército. Seu descontentamento culminou, em 1922, após o episódio das chamadas “Cartas Falsas”, caso conhecido pela publicação de cartas contendo ofensas aos militares, publicadas pelo jornal *Correio da*

⁹⁶ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 58.

⁹⁷ NETO, Manuel Domingos. Op. Cit. Pp.68.

Manha, supostamente escritas pelo candidato a Presidência Artur Bernardes.⁹⁸ O episódio em si foi estopim para um movimento de militares que não mais apoiavam a política oligárquica vigente no Brasil.

Em 05 de Julho de 1922 esse descontentamento virou uma agitação, posteriormente denominado de “Marcha dos 18 do Forte”, ocorrido em Copacabana, na capital federal. Tratou-se dos revoltosos que permaneceram contra o governo e marcharam sobre a Avenida Atlântica, em direção às tropas legalistas, tendo somente os Tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes sobrevivido.⁹⁹

Vários pequenos movimentos se sucederam após a Marcha, mesmo que sem o mesmo impacto e bastante combatidos pelo governo federal. José Murilo de Carvalho afirma que fazia parte da estratégia dos tenentes aliciar jovens oficiais, muitas vezes antigos colegas da Escola Militar de Realengo, e conseguir, com a ajuda deles e, eventualmente, com o auxílio de sargentos, rebelar unidades isoladas.¹⁰⁰

Julgados como revolucionários, a sentença dada aos revoltosos de 1922, dada dois anos depois, foi o estopim para os movimentos de 1924, o chamado levante de São Paulo, que levaram Militares partidários do movimento Tenentista a expulsarem o governo estadual da capital paulista.¹⁰¹

O Movimento de São Paulo teve maior impacto que os “18 do Forte”. Nas palavras de Lanna Júnior “tal façanha atingiu mais diretamente um número maior e pessoas, classes e organizações, além de ter imposto uma política agressiva, que foi entendida de diferentes formas por esses atores políticos da época”.¹⁰²

A forte repressão do governo federal fez com que os insurgentes tivessem que fugir para o interior do país. É assim formada a Coluna Paulista que, junto da Coluna Gaúcha, acabariam trabalhando na terceira fase do movimento tenentista. Esta etapa consistia na propagação dos desejos revolucionários por todo o país.¹⁰³ As duas colunas eram na verdade blocos de tropas independentes que se moviam em uma mesma

⁹⁸ <<https://atlas.fgv.br/verbetes/cartas-falsas>>. Acessado em 02/06/2018.

⁹⁹ LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Vol. I. Civilização Brasileira, 2003. Pp. 318.

¹⁰⁰ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 49.

¹⁰¹ Idem. Pp. 319.

¹⁰² Idem. Pp. 322.

¹⁰³ Idem. Pp. 327-328

direção. Tinham como seus líderes Siqueira Campos (sobrevivendo de 1922), Juarez Távora e Luís Carlos Prestes, um dos expoentes da Coluna Gaúcha.

As colunas acabaram se encontrando somente em março de 1925. A união dos vários grupos acabou por formar a chamada Coluna Prestes (ou Coluna Invicta), percorrendo vários estados do Norte e Nordeste brasileiro, como Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.¹⁰⁴

Seus objetivos, como grupo, não eram exatamente muito claros. De uma forma geral, suas ideias eram:

Marcado pelo avanço do nacionalismo e da centralização política. Nesse ponto, eles assumiam bandeiras de luta próximas às das oligarquias regionais que se opunham ao predomínio de Minas Gerais e São Paulo. Entre outras reformas, defendiam o voto secreto, a independência do Poder Judiciário e um Estado mais forte”.¹⁰⁵

Para Lanna Júnior o tenentismo “denunciava a desmoralização dos costumes políticos pelas oligarquias, que deveriam ser banidas da política, por corromperem as instituições, em específico as forças armadas”.¹⁰⁶ Todavia, em 1922 e 1924, a adesão ao tenentismo foi mínima, considerando a complexidade que era, neste momento, romper com as estruturas do Exército.¹⁰⁷

Boa parte dos setores militares, muito mais “moderados”, repudiaram as ações dos tenentes. José Murilo de Carvalho demonstra que esses movimentos levavam a política partidária para dentro da organização militar, envolvendo em geral oficiais de escalões inferiores, o que prejudicava a corporação, principalmente devido à quebra da hierarquia que os mesmos causavam.¹⁰⁸

O próprio José Murilo afirma que o fim desses movimentos intervencionistas, isolados, e destruidores da hierarquia, eram fundamentais para o fortalecimento interno das Forças Armadas.¹⁰⁹ Podemos afirmar que:

¹⁰⁴ Idem. Pp. 336-338.

¹⁰⁵ A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Movimento Tenentista. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista>>. Acessado em 20/04/2018.

¹⁰⁶ LANNA JÚNIOR. Op. Cit. Pp. 347.

¹⁰⁷ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 50.

¹⁰⁸ Idem. Pp. 55.

¹⁰⁹ Idem. Pp.59.

O tenentismo falava em nome das forças armadas, mas nunca foi seu legítimo representante. Além de revolucionário, significou uma rebelião militar, a quebra da hierarquia que ameaçava a ordem; portanto um elemento divisor e desagregador para a instituição militar.¹¹⁰

Se em um primeiro momento os tenentes não tiveram o apoio que desejavam para a continuidade de suas lutas, as suas demandas, ao contrário, acabaram sim seguindo em frente. As disputas entre as oligarquias, a manutenção do modelo econômico pelos grandes agricultores do País e a “estagnação” das melhorias militares, culminou, em 1930, em um novo golpe, tendo o Exército mais uma vez agindo como protagonista.

Unindo-se a grupos desgostos com a política vigente no Brasil, entre eles as oligarquias dissidentes do Rio Grande do Sul e Minas Gerais (estado esse que rompera seu pacto com a oligarquia cafeeira paulista), o Exército decidiu impedir a posse do Presidente eleito Júlio Prestes, apoiando a entrada de Getúlio Vargas ao poder, sendo este declarado Presidente interino em 03 de Novembro de 1930.¹¹¹

Como define José Murilo de Carvalho o período que se iniciou com o golpe de 1889 e culminou na participação na Revolução de 1930 “caracterizou-se pela intensa luta do Exército para se tornar organização nacional capaz de efetivamente planejar e executar uma política de defesa no seu sentido amplo”.¹¹²

O aumento exponencial do efetivo, a mudança estrutural, a renovação do quadro, a melhor especialização, foram algumas das inovações adquiridas. Contudo, enquanto o Exército se desenvolvia, a nação não acompanhava este crescimento, pelo menos na visão do Exército. E é esse ponto que leva a Revolução de 1930, onde mais uma vez o Exército foi protagonista.

O desenvolvimento do Exército não foi somente estrutural, como também institucional. Foi esse Exército que se uniu aos opositores do regime da Primeira República e se tornou importante liderança nas mudanças ocorridas na política brasileira. E é esse Exército que passa a se tornar instituição de fundamental importância durante o governo de Getúlio Vargas.

¹¹⁰ LANNA JÚNIOR. Op. Cit. Pp. 347.

¹¹¹ NETO, Manuel Domingos. Op. Cit. Pp.68.

¹¹² CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 59.

1.2.PRIMEIRO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945)

A compreensão das ações promovidas pelo Exército brasileiro ao longo do século XX só são possíveis se entendermos a relação que a instituição teve com o governo de Getúlio Vargas, seja pelo seu crescimento junto ao governo varguista ou até mesmo quando o enfrentou. Foi durante a tutela de Getúlio que o Exército se consolidou de uma vez por todas como um personagem importante na política brasileira. Nas palavras de Edmundo Campos Coelho, foi neste período que “as fronteiras da organização militar tornaram-se mais firmemente definidas na consciência de seus membros”.¹¹³

É de nosso objetivo, a partir de agora, demonstrar como a política varguista teve nos militares seu principal sustentáculo; como o golpe que impôs o Estado Novo só foi possível com a ajuda desses militares; e, finalmente, discutir como essa aliança acabou ruindo, transformando o Exército de parceiro mais próximo ao maior opositor de Vargas.

1.2.1 O EXÉRCITO NA REVOLUÇÃO DE 1930

Se o descontentamento com a oligarquia era notória ao longo de toda a década de 1920, com a crise mundial instaurada em 1929 e a vitória de Júlio Prestes contra Getúlio Vargas nas eleições de 1930 o Exército não mais poderia manter uma posição de neutralidade frente ao cenário político. Era preciso agir imediatamente, pois aliada com as oligarquias dissidentes e a jovem oficialidade, passou a comandar este movimento de renovação que, embora, não ocorreu sem disputas entre os grupos militares e entre militares e civis.

Três projetos/modelos de Exército estavam em disputa entre os diferentes setores civis e militares. Uma ala mais conservadora, defensora do ideal do “soldado profissional”, ou seja, o militar devotado ao Exército brasileiro; os tenentistas mais radicais que defendiam o “soldado fardado”, que nada mais era do que o entendimento de que o soldado é um cidadão fardado, portanto, deveria participar da política nacional; e por fim, um setor mais moderado dos tenentes do Exército, que enxergava a participação política dos militares, numa unidade homogênea, como algo positivo,

¹¹³ COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit. Pp.135.

entendendo assim que a organização deveria sim ser atuante, mas somente expondo a ideia da unidade do Exército, evitando as cisões e as quebras hierárquicas.¹¹⁴

São os tenentes dessa facção mais moderada que tomam partido do movimento em 1930. A Revolução foi então comandada por esses militares insatisfeitos com a situação do país, completamente estagnado em relação ao desenvolvimento industrial (do qual os militares eram apoiadores fervorosos), e das oligarquias dissidentes. Tinham como objetivo “a introdução de reformas sociais e a centralização do poder”.¹¹⁵ Enfim, o Exército entrava de uma vez por todas na esfera do poder do Estado com a Revolução de 1930.¹¹⁶

A vitória do projeto mais moderado se explica pela tentativa de estabelecer uma ideia de homogeneidade, apesar das disputas internas entre os projetos citados acima. É importante debater que essa homogeneidade era uma ideia um tanto quanto utópica. Em todos os seus grandes momentos de ação, como a Proclamação da República ou as revoltas tenentistas o Exército brasileiro se mostrou dividido, tendo grupos com diversos projetos políticos.

Portanto, o que aqui expomos é que ao longo da Primeira República, o desenvolvimento do Exército brasileiro, descrito anteriormente, nos permite enxergá-lo como uma instituição muito mais coesa do que no final do século XIX. Contudo, essa ideia não nos permite afirmar que tudo se desenrolou com tranquilidade. Muito pelo contrário.

A ala mais radical do tenentismo e os descontentamentos dos praças com a alta oficialidade, por exemplo, rompiam com essa estrutura de poder que prezava pela unidade. Essa ação mostrava uma situação de total desprezo dos militares da mais alta patente, o que culminava no seu total repúdio. Como afirma José Murilo “os movimentos de praças eram sempre percebidos pelos oficiais como potencialmente corrosivos para a organização e para a sociedade”.¹¹⁷

¹¹⁴ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit.

¹¹⁵A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Revolução de 1930. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30>>. Acessado em 22/04/2018.

¹¹⁶ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 62.

¹¹⁷ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 70.

Além disso, não podemos negar que a Revolução de 1930 se mostrou um exemplo de quebra hierárquica. Contudo, e aqui está à chave para entender, este movimento não foi feito pelos radicais e sim por um grupo intermediário que presou pela manutenção da ordem que os grupos mais conservadores não abriam mão. Enquanto a oficialidade, a qual os tenentes estavam inseridos, ainda disputavam os caminhos a serem tomados pelos militares, as revoltas mais radicais eram suprimidas por esses grupos que preconizavam o sentimento de unidade.

Mais do que falar em mais ou menos moderados, um estigma que o Exército possuiu ao longo dessa primeira metade do século XX, as decisões tomadas pelos militares deveriam seguir uma ordem estrutural específica, de cima para baixo. A inversão desses valores, como dito por nós, era completamente rechaçada, tanto pela mais conservadora, quanto pelos moderados. Mas é importante destacar que mesmo unidos em prol da Revolução, internamente os grupos que formavam o Exército mostravam sim estarem rachados.

Em suma, essas disputas podem ser definidas, quando entendemos que a ala moderada não se mostrava contrária às transformações, diferentemente dos grupos conservadores, mas também não defendiam que essas mudanças deviam romper com a ordem estrutural hierárquica dos militares. Por essas e outras, já na Revolução de 1932, existiu todo um processo de reestruturação do Exército, encabeçado por esse setor mais moderado.¹¹⁸

1.2.2 GÓES MONTEIRO E O PAPEL MODERADOR

A deposição de Washington Luís e a entrada de Getúlio Vargas ao poder, apesar de vitoriosa, não foi feita de forma simples e direta. Na verdade, José Murilo nos mostra que “o Exército que emergiu da revolução era uma organização fragmentada que teve dificuldade em sobreviver no ambiente quase caótico que se seguiu”.¹¹⁹

Essa questão foi um ponto de intersecção nos interesses de Vargas e da cúpula militar que o acompanhava. Enquanto que para Vargas essa desunião inicial apresentada pelo militares se mostrou uma situação favorável para seus interesses políticos, para os

¹¹⁸ Idem. Pp. 83.

¹¹⁹ Idem. Pp. 63.

militares, o maior objetivo era o desenvolvimento do Exército.¹²⁰ E esse desenvolvimento só viria com a centralização do poder consolidada. Karla Carloni nos mostra que:

A consolidação do Estado capitalista e a construção do novo Exército se entrelaçaram. Não por acaso a modernização e a profissionalização do Exército intensificaram-se paralelamente à centralização do poder político nas mãos do Executivo e à modernização da economia nacional.¹²¹

Para Vargas era interessante à existência de uma força armada com poder suficientemente forte para servir de contra peso as lideranças oligárquicas, principalmente os cafeicultores paulistas, derrotados por Vargas. Contudo, essa instituição deveria ter uma força que não ultrapasse o do próprio governante.¹²² Por isso mesmo não devemos cometer o erro de entender a “manipulação” como uma ação que um grupo poderia ter feito do outro. Devemos entender os interesses e as medidas tomadas como ações mútuas, e por isso, ambos os grupos possuíam propósitos e obtiveram sucesso exatamente pela concretização desses objetivos em comum.

Assim como Vargas no sistema político brasileiro, coube ao Ministro da Guerra, Góes Monteiro, militar que lutou ao lado de Vargas em 1930, a missão de acabar com as disputas internas do Exército fossem elas entre praças e oficiais (disputa vertical de poder) ou até mesmo entre grupos que buscavam maior ou menor intervenção (disputa horizontal). Nesse último caso, especificamente, tratava-se em saber lidar com correntes ideológicas que defendiam desde um Exército “apolítico” tendo como objetivo exclusivo a defesa externa.¹²³

O grande passo, na visão de Góes Monteiro, para resolver esta questão, passava pela ideia de “acabar com a política no Exército para se poder fazer a política do Exército”.¹²⁴ Fazer a política do Exército significava:

A preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo

¹²⁰ PINTO, Sérgio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

¹²¹ CARLONI, Karla. **Forças Armadas e Democracia no Brasil: o 11 de Novembro de 1955**. Rio de Janeiro: Garamond/ Faperj. 2012. Pp. 28.

¹²² CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 105.

¹²³ Idem. Pp. 107.

¹²⁴ Idem. Pp. 106.

material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria.¹²⁵

Em suma, a ideologia defendida por Góes Monteiro preconizava as ações do Exército como unidade. As políticas feitas deveriam representar a vontade dos militares como um grupo único e não os interesses dos vários grupos que os representavam, mesmo que, por vezes, isso significasse a vontade de um setor interno bastante restrito.

Por isso, na visão de Góes Monteiro, as disputas internas deveriam cessar e, mais do que nunca, o Exército deveria se fortalecer para se consolidar como um agente político. Como demonstra José Murilo um Exército bem organizado seria o mais poderoso instrumento que um governo poderia possuir para a educação de um povo, centrado no patriotismo e contra ideais dissidentes.¹²⁶

Na visão de Karla Carloni:

A doutrina do General Góes Monteiro, militar que teve sua ascensão juntamente com a ascensão do Exército, sintetizou as aspirações do novo grupo militar que se consolidou no poder e se legitimou como sustentáculo do Estado Novo e seu delicado equilíbrio de forças.¹²⁷

A doutrina de Góes Monteiro se pautava, entre outras coisas, em um projeto de “intervencionismo controlador”. Na prática, esta ideia defendia ampla interferência estatal em todos os setores com ênfase na defesa externa e na segurança interna, na preocupação com a eliminação do conflito social e político em torno de ideia nacional, o industrialismo nacionalista e a liderança das Forças Armadas, sobretudo do Exército, na condução das mudanças, a partir de uma posição hegemônica dentro do Estado, ou seja, em total paralelo com o projeto Vargasista.¹²⁸

José Murilo entende que era preciso dar ênfase ao desenvolvimento econômico, na indústria de base, controlar a dívida externa, pensar no mercado exportador, fortalecer a industrialização e as Forças Armadas, principalmente no tocante a segurança interna e na defesa externa.¹²⁹ Logo, é cabível afirmar que:

¹²⁵ COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit. Pp. 115.

¹²⁶ Idem. Pp. 96

¹²⁷ CARLONI, Karla. Op. Cit. Pp. 29.

¹²⁸ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 96.

¹²⁹ Idem. Pp. 99.

A primeira fase do relacionamento de Vargas com as Forças Armadas foi, assim, algo turbulenta. Góes e seus aliados contaram com Vargas para promover expurgos e reformas. O presidente pôde contar com seus chefes militares nos momentos difíceis com a revolta paulista de 1932, a eleição de 1934, as revoltas de 1935, o golpe de 1937. Ao longo do processo, não só se consolidaram as Forças Armadas como novo ator, como se redefiniria seu papel político.¹³⁰

É exatamente o Estado Novo que calcifica essa política. É o período ditatorial de Vargas em que essa política de desenvolvimento nacional pautada na intervenção estatal encontra seu ápice. Para José Murilo de Carvalho, o Estado Novo foi a personificação do regime visualizado por Goés Monteiro. Para ele, o modelo estado novista, em que a política partidária foi expurgada, permitiu que o mesmo pudesse fazer o mesmo internamente nas Forças Armadas.¹³¹

Na política do Estado Novo era responsabilidade do Exército a ordem interna. O agente social tímido de décadas anteriores dá lugar a um grupo proeminente na política brasileira. Em síntese, isso significou que Estado e Forças Armadas se mostravam indistinguíveis.¹³²

Como demonstrou Karla Carloni “foi durante o primeiro governo Vargas que os militares adquiriram importância e papel decisivo nos debates e conflitos políticos nacionais, tornando-se, nas décadas subsequentes, importantes aliados dos variados setores da sociedade”.¹³³ De força renegada durante o Império e mal gerida na Primeira República, o Exército torna-se de uma vez por todas uma instituição de grande impacto durante o governo de Vargas. Foi sem dúvida, principalmente durante o Estado Novo, o grande sustentáculo desse regime.

Foi durante o Estado Novo que o processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo, bases ideológicas defendidas pelas Forças Armadas, se concretizou. Como afirma José Murilo, “o conteúdo concreto da intervenção, sobretudo em seus aspectos nacionalizantes, industrializantes e de contenção política, revelava-se

¹³⁰ Idem. Pp. 109.

¹³¹ Idem. Pp. 110.

¹³² MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945 – 1964: a ante-sala do golpe. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). **O Brasil Republicano**. Volume III: O tempo da experiência democrática: a democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹³³ CARLONI, Karla. Op. Cit. Pp. 28.

compatível com a ordem burguesa industrial que se gestava no país, embora fosse a antítese do liberalismo político”.¹³⁴

É o período que podemos definir como “Modernização Conservadora”, ou seja, é o momento em que os militares se consolidaram como importantes atores políticos, assumindo seu papel como gestores da base social das elites tradicionais e dos interesses econômicos provenientes da burguesia industrial brasileira emergente.¹³⁵

A simbiose entre a política estadista de Vargas, os seus interesses e os do Exército, convergiam em prol de um acordo mútuo visando o desenvolvimento industrial nacional e, por consequência, militar. Interessou-nos aqui estabelecer como a partir do fim do domínio oligárquico e o estabelecimento da política de Getúlio Vargas, a partir de 1930, o Exército tornou-se a instituição com grande força motriz no regime e principal aliado do governo. Entretanto, a união entre Vargas e os militares não foi eterna. Foi principalmente no contexto da Segunda Guerra Mundial que a aliança se modificou.

1.2.3 ROMPIMENTO COM VARGAS

A chegada da década de 1940 trouxe mudanças profundas na política interna e externa brasileira. Este período acabou deflagrando um rompimento na união entre Forças Armadas e o Estado brasileiro. A sombra do comunismo/socialismo, que desde a intentona em 1935 foi perseguida e caçada, tendo seus adeptos sido presos ou assassinados pelo regime estado novista, sofre uma grande transformação com o advento da Segunda Grande Guerra.

Vargas passou a enxergar na classe trabalhadora um novo grupo de sustentação do seu regime¹³⁶, principalmente em 1943, com a consolidação da CLT. A política externa, devido ao apoio à Tríplice Aliança, culminava, na condenação dos regimes fascistas, o que acabou por gerar questionamentos sobre o papel do Estado Novo. Vargas e seus aliados percebiam que o processo de redemocratização seria inevitável e, assim, a ideologia do trabalhismo brasileiro passou a sofrer importantes investimentos por parte do governo.

¹³⁴ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 100.

¹³⁵ Idem. Pp. 110.

¹³⁶ Idem. Pp. 111.

A política trabalhista gerava muita desconfiança entre os militares. Karla Carloni afirma que a política de massas implementada por Vargas era, na visão dos militares, algo muito arriscado, devido a aproximação com o comunismo. É importante ainda destacar que a formulação dessa doutrina do anticomunismo foi fundamental para a tomada de posição contrária a Vargas.¹³⁷

A sombra do comunismo e o receio que ela causava nos militares não eram dessa época. Desde pelo menos 1935, com o advento da (pejorativamente) chamada Intentona Comunista¹³⁸, o Exército combateu o “perigo em vermelho”¹³⁹ sistematicamente. É importante lembrar, inclusive, que a intentona foi um ato catalisador para o golpe em 1937 e a implementação do Estado Novo de Vargas.

A aliança entre governo e trabalhadores no seguir do regime passou a ser visto com muitas restrições. A menor fagulha que gerasse a possibilidade de ideias comunistas imergirem no Brasil deveria ser rechaçada de prontidão

A ruptura entre os grupos se consolidou quando uma proposta de uma Assembleia Constituinte por Vargas foi apoiada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), caçado durante o Estado Novo, mas que a partir dessa nova conjuntura, voltou ao cenário político brasileiro (mesmo que brevemente). O apoio da classe trabalhadora e do PCB somada a uma proposta de um novo regime, chegou aos militares mais conservadores como uma medida política de Vargas com pretensões de perpetuação na presidência e estabelecimento de um “república sindicalista”.

Foi exatamente essa questão que se transformou na bandeira dos setores mais conservadores do Exército. José Murilo de Carvalho nos mostra que os militares lutaram contra Vargas pela questão sindicalista, porém, utilizando-se do argumento em prol do retorno da democratização que o mesmo ajudou a derrubar em 1937.¹⁴⁰ Diante da possibilidade de redemocratização Vargas procurou rearticular sua forma de agir politicamente, assim como buscar novos grupos de sustentação, tentando achar novas formas de se manter politicamente através do trabalhismo.¹⁴¹ Resumidamente, “embora

¹³⁷ CARLONI, Karla. Op. Cit. Pp. 35.

¹³⁸ CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

¹³⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo, Perspectiva, 2002.

¹⁴⁰ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 111.

¹⁴¹ GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Editora FGV, Rio de Janeiro: 2015.

o anticomunismo e o medo de uma política populista ao estilo de Perón estivessem também presentes nesse grupo, ficavam em parte encobertos sob a capa da luta contra a ditadura, pela defesa do liberalismo e da democratização”.¹⁴²

O medo de que Vargas tentasse se manter no poder, sustentado pelo apoio popular, principalmente pelo proletariado, frustraram o processo eleitoral de 1945, e levaram a deposição de Vargas pelas Forças Armadas. É interessante ver que assim como em 1889, 1930 e 1937, é o Exército que toma a dianteira no processo de mudança política.

Podemos assim estabelecer que Exército, a Marinha e a Aeronáutica foram a principal força na derrubada de Vargas.¹⁴³ A deposição de Vargas, em outubro de 1945, é, inclusive, o primeiro golpe engendrado pelos três estados-maiores (Exército, Marinha e Aeronáutica) em coesão.¹⁴⁴

Obviamente, a derrubada de Vargas não significou uma unanimidade entre os militares. Como demonstra José Murilo de Carvalho, “As vozes discordantes ou estavam em escalões inferiores, ou não tinham condições de se manifestar. Foi uma ação típica do ideal de Góes: a corporação agindo como um todo, pela voz da hierarquia”.¹⁴⁵ Ou seja: o Exército que retirou Vargas do poder representava, em suas ações, o exato sucesso imaginado por Góes Monteiro: unido, forte, e lutando (aos olhos da instituição) em favor do melhor para a Nação.

O que queremos aqui dizer é que as correntes divergentes de ideias, que muitas vezes geravam ações opostas, não levaram a uma ruptura no Exército.¹⁴⁶ Mesmo em períodos em que o debate acabou voltando à tona no seio militar, a noção de unidade acabou despontando.

Contudo, não podemos esquecer que as disputas internas permaneciam. E aqui talvez esteja o ponto mais importante. Para o público externo, as medidas tomadas pelo Exército deveriam prevalecer como uma ordem homogênea, o que gera essa noção de unidade. Todavia, internamente, as disputas e cisões não terminaram.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit.

¹⁴⁴ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 112.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit. Pp.123.

Logo, podemos enxergar que o fim do governo de Getúlio Vargas representou o fim do relacionamento estreito entre Vargas e os militares, mas não com o setor nacionalista, que ganharia força nos anos subsequentes. A política de aproximação de Vargas com a classe trabalhadora representou foi percebida como um perigo para o Exército que passava a se construir em torno da ideia anticomunista e que enxergava, na união do Estado com o proletariado, o temor de criar contornos da realidade.

A política trabalhista e o apoio ao PCB afastaram os militares conservadores de Vargas. O Exército que emergiu desse momento de conturbação política era diferente daquele que aplicou o golpe em 1930. Mais forte e estruturado, o Exército passou a ser um protagonista de peso no cenário político brasileiro. Uma instituição com força, que se coloca a frente das situações e passa a ter uma voz imponente nas decisões.

1.3 SEGUNDO GOVERNO VARGAS: ASCENSÃO DA ALA NACIONALISTA

O Exército ao longo do período Republicano se estruturou como instituição. Aumento de efetivo, crescimento no investimento e mais poder como força motriz do governo de Getúlio. De grupo renegado durante o Império, as Forças Armadas passaram a ter um papel preponderante na sociedade e, principalmente, nos rumos da política nacional.

O período que compreende a saída de Vargas em 1945, até o golpe civil-miliardado em 1964, é considerado o período de maior participação militar na vida política.¹⁴⁷ É o momento político, social e econômico brasileiro que pode ser definido como nacionalista, baseado no protagonismo do Estado em um pacto com os setores populares das cidades e dos campos, na qual havia uma democracia limitada, mas em processo de ampliação.¹⁴⁸

Contudo, antes de iniciarmos o debate sobre o papel dos militares neste período, entendemos ser necessária uma explicação sobre o fenômeno político do nacionalismo. Isso porque, como veremos a seguir, é esta ideia que irá pautar todo o debate, tanto na vida civil quanto militar.

¹⁴⁷ PEIXOTO, Antônio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militar no Brasil**. Ed. Record, Rio de Janeiro. 1980. Pp.71.

¹⁴⁸ REIS FILHO, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Pp.11-12.

1.3.1 ASCENÇÃO DO NACIONALISMO NA DÉCADA DE 1950

Discutir o fenômeno em si gera algumas questões. Muitos autores debatem tanto o que esta ideia representa na sua plenitude, tanto quanto o seu início como ideologia. Para Ernest Gellner, por exemplo, só se pode pensar em nacionalismo “num contexto no qual o Estado já é uma realidade e plenamente aceito”.¹⁴⁹ Para ele o nacionalismo emerge a partir da organização industrial, de uma unidade política e uma homogeneidade cultural.¹⁵⁰

Ou seja, para Gellner, a noção de nacionalismo, como representação, está conectada ao momento de quando uma sociedade partilhar de um ambiente cultural comum, ao qual a própria formação do Estado não é necessária, apesar deste ideal, em sua visão, surgir na calcificação Nação.¹⁵¹

Benedict Anderson vai entender que “a nação e o nacionalismo são artefatos culturais (...).Anderson compreende a nação e o nacionalismo como produtos da modernidade”.¹⁵² Na visão deste autor:

A nação é uma comunidade política imaginada porque a maioria de seus membros não chegará a conhecer e ouvir falar dos demais, embora criem a imagem de uma comunidade; de uma comunhão de seus membros. A nação é imaginada como uma comunidade, tendo em vista o fato de que seus membros possuem um sentimento de fraternidade e de companheirismo.¹⁵³

Para Anderson, aqui se encontra uma importante característica. Quando se fala sobre nacionalismo, está sendo descrito uma ideologia adaptáveis e moldados de acordo com a época e o regime político. Muitos deles acabam se construindo efetivamente a partir dessas ideias. Estes signos são, inclusive, a perfeita representação do nacionalismo de terminado povo. Para ele “os produtos culturais do nacionalismo, em suas diferentes formas de expressão, ressaltam o amor à pátria muito claramente, de modo muito mais significativo do que uma possível aversão ao outro”.¹⁵⁴

¹⁴⁹ KUNHAVALIK, José Pedro. **Os Militares e o conceito de Nacionalismo**: Disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política. Florianópolis, 2009. Pp.55

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993

¹⁵² KUNHAVALIK, José Pedro. Op. Cit. Pp.56

¹⁵³ Idem. Pp.56-57

¹⁵⁴ Idem. Pp.58.

Erick Hobsbawm vai afirmar que “se houve um momento em que o ‘princípio de nacionalidade’ do século XIX triunfou, esse momento foi o final da Primeira Guerra Mundial, mesmo que isso não fosse nem previsível nem intencional por parte dos futuros vencedores”.¹⁵⁵ Para o autor, é no período que vai de 1918 a 1950, ou seja, o intervalo entre o fim da Primeira Grande e da Segunda Guerra mundial, que se encontra o apogeu do nacionalismo.¹⁵⁶

O historiador defende que vários foram os fatores que levaram a tal associação, como por exemplo, a questão mal resolvida do Tratado de Versalhes que levaram, a médio e longo prazo, a populações minoritárias a serem oprimidas e, muitas vezes, perseguidas, ou mesmo a própria expansão do Capitalismo, que teve como marca deste período, a forte intervenção do Estado, seja de qualquer origem ideológica.¹⁵⁷

Hobsbawm tem o cuidado de explicar que o próprio conceito sobre o nacionalismo pode ser interpretado de variadas formas. Para ele:

É importante distinguir entre o nacionalismo exclusivo dos Estados, ou movimentos políticos direitistas que se substituem por todas as outras formas de identificação política e social, e o conglomerado nacional/cidadão, a consciência social que, nos Estados modernos, constituiu o solo no qual todos os outros sentimentos políticos florescem”.¹⁵⁸

Logo, para Hobsbawm, é importante diferenciar quando estamos falando de nacionalismo, no sentido de exaltação nacional, de algo que possa representar uma unidade frente à diversidade da sociedade, com a consciência daquilo que torna a sociedade unida. Um sentimento que verdadeiramente representa valores que unem e anseios coletivos, que fazem uma sociedade, independente do seu recorte territorial ou mesmo da sua bandeira política.

São ideias que também convergem com o que Ernest Gellner e Benedict Anderson. Enquanto o primeiro afirma sobre a parte cultural que representa a intersecção de valores de uma determinada sociedade, Anderson exprime como a questão da nacionalidade é representativa para um determinado povo, mesmo que este grupo acabe por nunca se conhecer profundamente ao longo da vida. A sensação de

¹⁵⁵ HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Pp.159.

¹⁵⁶ KUNHAVALIK, José Pedro. Op. Cit. Pp.59.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ HOBBSAWM, Eric. Op. Cit. Pp.173

pertencimento dentro desse imaginário se mostra mais poderosa por ideias e pela noção de comunidade.

Retomando a questão pontual da primeira metade do século XX, o mais importante para nós seja quando Hobsbawm afirma que “Como um todo (...) os movimentos de independência e a descolonização, especialmente após 1945, sem dúvida nenhuma estavam identificados com o anti-imperialismo socialista/comunista”.¹⁵⁹

No nosso entender, concordando com José Pedro Kunhavalik, Hobsbawm defende a ideia de que nesta época “o nacionalismo também passou a ser marcado pelo imperialismo”.¹⁶⁰ Esse pensamento se torna evidente quando voltamos ao ponto da perseguição a minorias que Hobsbawm tanto defende como um dos alicerces do nacionalismo. A luta pela independência dos países do chamado terceiro mundo ou periféricos, torna-se uma significativa representação do nacionalismo.

É importante ressaltar que, a palavra independência possui duas conotações: a primeira, e mais óbvia, pauta-se na questão de países dominados pelas grandes nações europeias tornarem-se (novamente) países livres; e a segunda, e a que mais nos interesse neste momento, nos remete ao fato da questão da libertação de influência, ou melhor, na posição de não se tornar “dependente” de um desses países com maior poder econômico.

É neste cenário que se encontrava o Brasil no pós 1945. A questão da soberania nacional era o ponto central da discussão de duas alas do Exército que, principalmente, a partir de 1950, irão se enfrentar política e ideologicamente, fosse internamente, dentro de espaços militares, ou externamente, tendo, inclusive, a participação e o apoio de civis neste intenso debate.

O discurso nacionalista vai assim defender uma monopolização do poder pelo Estado visando o crescimento econômico (a partir do processo de industrialização), a única forma para eles de se superar o subdesenvolvimento do país.¹⁶¹ Como nos mostra Karla Carloni, durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, a América Latina como um

¹⁵⁹Idem. Pp.178.

¹⁶⁰KUNHAVALIK, Op. Cit. Pp.59.

¹⁶¹CARLONI, Karla. Op. Cit. Pp. 46.

todo foi tomada por movimentos nacionalistas, liderados por grupos populares, de diversas orientações políticas.¹⁶²

Como afirma Hobsbawm, “O nacionalismo adquiriu uma forte associação com as esquerdas durante o período antifascista, associação essa que foi reforçada subsequentemente pela experiência da luta anti-imperialista nos países coloniais”.¹⁶³ Por isso, a ala do Exército mais ligado ao nacionalismo pode ser identificada com a esquerda militar, mesmo que o conceito de esquerda, neste caso, não representa sinônimo para o comunismo. Esta associação, aliás, será uma das grandes críticas que este grupo irá sofrer pelos ideólogos do liberalismo e defensores da entrada do capital estrangeiro no país.

Para fins deste trabalho, precisamos compreender que quando falamos de esquerda militar, estamos nos referindo a um grupo dentro do Exército que tem como principal objetivo a luta por igualdade social como princípio norteador. Ou seja, para fins de entendimento, é preciso entender a esquerda militar como todos aqueles que nas Forças Armadas lutaram de alguma forma pela redução da desigualdade social, e não só aqueles ligados ao PCB ou declaradamente comunistas.¹⁶⁴

Edmundo Campos Coelho afirma que:

Principalmente no início do segundo Governo Vargas, as circunstâncias eram particularmente desfavoráveis, dentro do Exército, as manifestações exaltadas de nacionalismo e se tornaram mais restritivas porque seus principais porta-vozes eram oficiais em torno dos quais, desde o Estado Novo, haviam se criado prevenções e suspeitas de simpatias com correntes de esquerda.¹⁶⁵

Portanto, independente da variedade de representações que o conceito possa ter, seja em relação à sua origem ou mesmo sua significação, a partir deste ponto, a discussão em torno do nacionalismo não só irá permear todo o debate neste trabalho, como representará, quase que exclusivamente, a questão em relação à soberania nacional.

¹⁶² Idem. Pp. 40.

¹⁶³ HOBBSAWM, Eric. Op. Cit. Pp.177.

¹⁶⁴ CARLONI, Karla. A esquerda militar no Brasil. FERREIRA, Jorge; AARÃO, Daniel Reis. (org.). **As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Pp.282.

¹⁶⁵ COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit. Pp.126.

Mais do que identificar os signos e as representações que os regimes brasileiros buscam construir em torno desse sentimento, como uma forma de se legitimar no poder – e que são muito importantes e também relevantes para nosso trabalho –, será importante analisar como a questão da supremacia brasileira foi o principal ponto debatido.

1.3.2 O CLUBE MILITAR

Antes de analisar o debate durante o governo Vargas de 1950 à 1954, é importante explicarmos o que foi o Clube Militar do Rio de Janeiro, local de importância fundamental para os rumos da política brasileira na década de 1950. Isto porque “Foi em fins dos anos 40 e na primeira metade dos anos 50 que a atuação política do Clube Militar foi decisiva, pois se tornou um centro privilegiado de discussão do modelo econômico que se pretendiam impor ao país”.¹⁶⁶

O Clube Militar foi fundado nos últimos anos do Império, em meio ao movimento abolicionista e republicano no Brasil e após a eclosão da chamada Questão Militar, que opôs oficiais do Exército ao governo imperial.¹⁶⁷ Nas palavras de André Moysés Gaio, dizia que:

Segunda o estatuto, o Clube deve afastar-se de atividades políticas, resguardando o seu caráter de associação recreativa, como está expresso no artigo 2º: “O Clube se conservará estranho à matéria de religião e de política partidária, sendo velada a cessão de suas dependências para reuniões que objetivem situações dessa natureza”.¹⁶⁸

Entre outras ocasiões, o Clube teve participação decisiva quando analisamos importantes ações promovidas pelo Exército, como a campanha abolicionista e o movimento militar que proclamou a República.¹⁶⁹ Apesar de sua participação bastante presente em insurreições a favor ou contrário ao governo de Getúlio Vargas, Antônio Carlos Peixoto demonstra que “O Clube (...) não estava sujeito à autoridade direta do

¹⁶⁶ GAYO, André Moysés. **O Clube Militar no Segundo Governo Vargas**. Pp. 26

¹⁶⁷ LAMARÃO, Sérgio, MONTALVÃO, Sérgio e URBINATI, Inoã Carvalho. In ALVES, Alzira Abreu. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Verbete Clube Militar. 1ª Ed., CPDOC, RJ, 2015, pp. 1383-1389.

¹⁶⁸ GAYO, André Moysés. Op. Cit. Pp. 25

¹⁶⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2ª ed. Civilização brasileira, RJ, 1968. Pp.305.

ministro da Guerra, mas certamente este exercia um controle hierárquico sobre os diretores do Clube, já que eram todos oficiais do Exército”.¹⁷⁰

Apesar de ser definido para atividades recreativas, o Clube Militar:

Mostrou desde a sua criação, uma tendência para a participação ativa na vida política do país, sendo utilizado várias vezes como um canal para expressar a opinião do Exército sobre questões que muitas vezes extrapolavam os limites corporativos, chegando mesmo até a articular golpes contra os governos¹⁷¹

Todavia, essa situação se intensificou partir da segunda metade da década de 1940. Nelson Werneck Sodré mostra que no período que compreende o final dos anos 1940 e a primeira metade da década de 1950, o Clube Militar possuía uma atuação política decisiva. Para o autor, era dentro deste espaço – privilegiado – de intenso debate – que se discutiu os rumos, políticos, sociais e econômicos, que o país deveria tomar.¹⁷²

Já Karla Carloni diz que:

Entre as décadas de 1940 e 1950, o Clube Militar, uma organização com caráter de associação de classe aberta a oficiais de todas as Forças, transformou-se em lugar por excelência da querela e da difusão dos ideais nacionalistas e liberais. Por não ser lugar onde o fator hierárquico tinha peso preponderante, o clube era o local privilegiado nas acaloradas discussões entre os militares, e elementos de ligação com as organizações civis.¹⁷³

Por isso, é possível afirmar que essas inúmeras correntes existentes no interior do Exército brasileiro procuravam, através do Clube, obter o controle da instituição, e por consequência, do seu próprio processo político. Por isso, entre essas e outras, o processo eleitoral do Clube Militar representou nesse período ser uma decisão tão importante quanto às eleições presidenciais.

José Murilo de Carvalho afirma a intenção de alguns militares ao proporem uma *intervenção controladora* sobre as instituições políticas.¹⁷⁴ Para ele, esses militares que debatiam no âmbito do Clube Militar buscavam, cada um a sua maneira, impor um projeto próprio para a Nação, cujos parâmetros estavam definidos nos próprios princípios da organização militar.

¹⁷⁰ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. Pp. 74.

¹⁷¹ GAYO, André Moysés. Op. Cit. Pp.27.

¹⁷² SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit.

¹⁷³ CARLONI, Karla. Op. Cit. Pp. 46.

¹⁷⁴ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit.

Logo, podemos definir como o Clube Militar se mostrou no centro do processo de intensas discussões sobre o futuro que o Brasil deveria tomar. Não só eram feitas as reuniões, as opiniões eram expostas ao público, por meio da imprensa, e mesmo articuladas com autoridades civis.

Em suma, foi neste lugar que muitas das decisões das correntes militares foram debatidas e decididas. Dentro do espaço, hora dominado pela corrente nacionalista, hora dominado pelos internacionalistas o debate acerca dos rumos da democracia e da economia brasileiras encontrou espaço. As próprias eleições no Clube foram à exemplificação do debate político que cercava todo país, tendo a escolha do Presidente do Clube Militar, inclusive, poder de influência nas eleições gerais do país. Não por acaso, Nelson Werneck Sodré afirma que a sucessão da diretoria do Clube assumiria sempre aspecto de problema político, independente da opinião das pessoas.¹⁷⁵

1.3.3 A ELEIÇÃO DE ESTILLAC LEAL

Após o fim da ditadura de Vargas, a suposta imunização da organização militar contra a contaminação política externa não pôde resistir à abertura política, e a retomada do debate na sociedade.¹⁷⁶ Como afirma Antônio Carlos Peixoto:

Se o debate político nas Forças Armadas ganhou tal amplitude e se o Clube Militar se tornou o canal privilegiado para o confronto dessas correntes, isso se deve a que o Exército, a partir de 1945, integrara-se definitivamente, como força organizada, à esfera política do país. Urgia, naturalmente, leva-la em consideração.¹⁷⁷

Dentro deste contexto, o Clube Militar se mostrou o espaço aberto mais importante, que refletia os anseios das Forças Armadas. Como afirma Karla Carloni, “as eleições para a diretoria do Clube Militar refletiam as disputas existentes na corporação, e o debate não se restringia aos seus salões”.¹⁷⁸ Basicamente, os problemas que inquietavam o país na década de 1950 ecoavam dentro do Clube Militar.¹⁷⁹ Mais do que isso:

Na medida em que as atividades do Clube eram de domínio público, as discussões e os confrontos eleitorais tornaram-se acontecimentos

¹⁷⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. Pp. 304-305.

¹⁷⁶ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp.112.

¹⁷⁷ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. Pp. 88-89.

¹⁷⁸ CARLONI, Karla. Op. Cit., Pp. 47.

¹⁷⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit. Pp. 112.

que afetaram intensamente a vida política brasileira: as eleições do Clube eram um instrumento que permitia avaliar a opinião militar.¹⁸⁰

Muito da importância dada ao Clube, além do espaço mais “democrático” de discussões, foi dado pelo próprio Presidente Vargas em segundo mandato quando o mesmo escolheu para chefiar o ministério da Guerra o recém-eleito Presidente do Clube Militar.

Essa escolha foi a nomeação do General nacionalista Estillac Leal, vitorioso na eleição do Clube Militar de 1950 –termômetro para a própria vitória de Vargas nas eleições presidenciais realizadas alguns meses depois. Por isso, podemos estabelecer que “as eleições para a diretoria do Clube Militar refletiam as disputas existentes corporação, e o debate não se restringia aos seus salões”.¹⁸¹

Assim, deve-se ter um amplo conhecimento do cenário estabelecido nas eleições presidenciais de 1950. O primeiro passo é o entendimento das duas correntes que polarizam a política militar no seio do Exército brasileiro: nacionalistas e internacionalistas.

Os nacionalistas, formado por militares como os generais Estillac Leal, Horta Barbosa e Ciro do Espírito Santos Cardoso, eram da corrente militar a favor do fortalecimento do Estado. Baseado no ideal da soberania nacional e do fim da influência estrangeira no cenário político econômico brasileiro. Esta ala do Exército defendia a “industrialização do país com características autônomas, posicionando-se de forma abertamente crítica contra o papel dos ‘trustes internacionais’ e contra uma política externa de alinhamento com os EUA”.¹⁸²

Os internacionalistas, chamados pelos nacionalistas de “entreguistas” ou “antinacionalistas”, tinham o apoio dos setores civis mais conservadores e liberais, como o caso da UDN. Sua principal bandeira era manter o apoio e a boa relação com os EUA e sua política de influência. Na visão deste grupo “industrializar significava atrair o capital estrangeiro, reforçar os laços com os Estados Unidos, enquanto se mantinha a classe operária afastada do processo político”.¹⁸³

¹⁸⁰ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. Pp. 89.

¹⁸¹ CARLONI, Karla. Op. Cit. Pp. 48.

¹⁸² MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit. Pp. 112.

¹⁸³ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. Pp. 80.

Podemos afirmar que essa campanha do Petróleo, envolvendo a futura criação da Petrobrás no governo varguista dos anos 1950, foi o primeiro embate entre esses grupos. Enquanto os nacionalistas defendiam o total controle do governo sobre a exploração do petróleo, os internacionalistas, tendo como seus expoentes os Generais Zenóbio da Costa, Juarez Távora e Oswaldo Cordeiro de Faria, eram totalmente a favor da abertura do capital externo neste processo. Para este grupo:

A posição brasileira deveria ser solidária à segurança do hemisfério e no contexto da Guerra Fria, contribuindo para isto com a exploração de minerais estratégicos em cooperação com capitais advindos de países que eram parceiros na política internacional.¹⁸⁴

Muitos desses militares eram, inclusive, filhos ideológicos da ESG¹⁸⁵ e a chamada “doutrina de segurança nacional”. No Brasil, o conceito de segurança foi entendido como “urgência militar de enfrentar os problemas nacionais como um conjunto, onde os aspectos sociais e políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares”.¹⁸⁶ O projeto *esguiano*:

Tornou-se importante meio de difusão ideológica do pensamento econômico liberal (...). A ESG foi responsável pelo desenvolvimento e pela consolidação, nas Forças Armadas, de um projeto em que o Estado e o grande capital seriam condições essenciais para a concretização dos objetivos nacionais elaborados pelo aparelho militar, relação que admitia e sugeria o estabelecimento de um Estado autoritário.¹⁸⁷

Nas palavras de João Roberto Martins Filho “O mais correto [...] seria dizer que o grupo que fundou a ESG partia da percepção da necessidade de estreitar os laços entre elites militares e civis na luta contra o Comunismo”.¹⁸⁸ Isto é, com a criação da ESG o Exército tinha como principal objetivo possuir a capacidade autônoma em desenvolver ideias e ideologias no âmbito da nova escola, pautado, exclusivamente, na total aversão à aquilo que o comunismo/socialismo pregavam.

Para Karla Carloni, o lado internacionalista seguia a escola *esguiana*, que no final das contas “pode ser definido em termos de desenvolvimento do liberalismo econômico

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ CARLONI, Karla. Op. Cit. Pp. 46.

¹⁸⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit. Pp. 108.

¹⁸⁷ CARLONI, Karla. Op. Cit. Pp. 49

¹⁸⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. Op. Cit. Pp. 107.

sob a condução das elites, de limitação da participação política dos segmentos populares e de irrestrito alinhamento político e econômico do Brasil com os Estados Unidos”.¹⁸⁹

Enquanto que os nacionalistas acusavam os internacionalistas de entreguistas, ou seja, que estavam colocando em xeque o desenvolvimento nacional, abrindo o mercado a “dominação externa”; os internacionalistas, afirmavam que a ala nacionalista era, na verdade, um grupo que se aproximava de Vargas e do comunismo, pela sua visão estadista da economia. Para os antinacionalistas, essa aproximação com Vargas não era aceitável pela “mobilização e participação crescente da classe operária, além de uma política externa que se afastava da aliança privilegiada com os Estados Unidos”.¹⁹⁰

Os nacionalistas criticavam os internacionalistas, não só pelo fato de defesa da soberania nacional e de uma industrialização autônoma, mas também por entender que o discurso liberal defendido por eles estava associado a tentativas de grupos agrários e exportadores para recuperarem o poder perdido.¹⁹¹ Como nos apresenta Antônio Carlos Peixoto:

O nacionalismo, sobretudo no interior das Forças Armadas, caracterizava-se por um forte conteúdo antiliberal, cujas origens devem ser buscadas principalmente na oposição aos grupos agroexportadores, mais do que na oposição aos fundamentos do liberalismo enquanto doutrina política.¹⁹²

Até sobre o papel do próprio clube as chapas discordavam. Os internacionalistas, também denominados como Cruzada Democrática, diferente dos nacionalistas, entendiam que “o Clube Militar deveria somente ser uma entidade que se preocupasse com *atividades sociais e culturais*, que proporcionasse aos oficiais oportunidades de lazer e divertimento”.¹⁹³ Entre disputas e acusações, fica evidente que o Exército sim se encontrava em um momento dicotômico. Como afirmou Antônio Carlos Peixoto:

O Exército, enquanto instituição, via-se frequentemente em conflito com um partido militar, e consenso estabelecido em seguida a uma intervenção militar revelava-se frágil e pouco durável. O Clube Militar viveu todas as vicissitudes da vida política brasileira daquela época.¹⁹⁴

¹⁸⁹ CARLONI, Karla. Op. Cit. Pp.50.

¹⁹⁰ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. Pp. 80.

¹⁹¹ Idem. Pp. 78.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ GAYO, André Moysés. Op. Cit. Pp. 32.

¹⁹⁴ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. Pp. 74.

Em suma, a política pretendida por Góes Monteiro, o princípio do *Partido Militar*, difundido por Alain Rouquié, pós 1945, sofre um grande revés. A questão de se fazer a política no Exército trouxe grandes dificuldades internamente, mesmo que, a questão hierárquica, diferentemente do mundo civil, conseguisse manter um sentido de ordem muito maior. Se a hierarquia e o controle dos setores não permitiu que o debate político encontrasse nas fileiras do Exército, espaço para discussão, a ordem da instituição permitiu, apesar das dificuldades, que o sentido da Força fosse mantida.

É neste cenário de tensões que a eleição de 1950, pela diretoria da direção do Clube Militar ocorreu. De um lado, o Nacionalista do General Estillac Leal contra o internacionalista General Oswaldo Cordeiro de Faria. José Murilo de Carvalho afirma que “o General Estillac Leal foi lançado candidato à presidência do Clube Militar como uma espécie de teste de viabilidade militar da candidatura do ex-ditador”.¹⁹⁵ O próprio Estillac Leal era um simpatizante da política e de Vargas, visto pelos internacionalistas até como um militar socialista, por sua suposta adesão a Aliança Nacional Libertadora.¹⁹⁶

A magnitude desta eleição fez com que setores civis importantes da política brasileira apoiassem as chapas, de acordo com a ideologia de cada indivíduo ou grupo. Esse envolvimento estreitou laços e criou importantes vínculos, que seriam retomados ao longo de todo governo de Getúlio. Vargas assumiu vários compromissos, e aqueles que o apoiavam esperavam ver as promessas cumpridas, enquanto seus opositores o ameaçavam constantemente.¹⁹⁷

Enquanto os nacionalistas se aproximavam de grupos civis que integravam a coligação que apoiava o retorno de Vargas a Presidência – os antinacionalistas articulavam os representantes do capital estrangeiro, formados pelos setores agrários e políticos da UDN, representantes do liberalismo tradicional e inimigos históricos de Vargas.¹⁹⁸

Logo após a vitória de Estillac Leal, assim como era esperado, Vargas sagra-se vitorioso nas eleições presidenciais. Com isso, os nacionalistas saem vencedores neste

¹⁹⁵ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp.112.

¹⁹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. Pp. 305.

¹⁹⁷ Idem. Pp.308.

¹⁹⁸ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. Pp. 80.

primeiro embate. Vargas, inclusive, convida Estillac Leal para assumir a pasta do Ministério da Guerra.

Engana-se quem acredita que a vitória da chapa nacionalista fez com que as disputas se encerrassem. Muito pelo contrário. O desagrado da chapa perdedora só fez aumentar sua oposição, tanto internamente, quanto externamente. Essa disputa, que transcendeu os espaços do Clube, se tornou, a partir desse momento, uma verdadeira briga pelo poder ideológico e estratégico nos rumos da Nação. Apesar de não ter sido fator preponderante, Sodré acreditava que era objetivo dos interesses imperialistas destruir a barreira nacionalista do Clube Militar.¹⁹⁹ André Moysés Gaio nos mostra que:

A chapa perdedora, inconformada com o resultado, rearticulou-se, criando para os nacionalistas do Clube Militar e para o novo Presidente da República eleito, Getúlio Vargas, uma oposição sistemática, o que acabou por inviabilizar o trabalho da nova diretoria, contribuindo grandemente para a desestabilização do governo, desestabilização que culminava no colapso de 24 de agosto de 1954.²⁰⁰

Por fim, para os internacionalistas, o modo populista do governo de Getúlio não deveria ser mais tolerado. Apoiado por esses setores mais conservadores, cria-se um movimento que iria combater cada política de Vargas e de seus correligionários, entre eles, o próprio Estillac Leal.²⁰¹

1.3.4 A OPOSIÇÃO DA CRUZADA DEMOCRÁTICA

Ao assumir a presidência da República, apoiadores e políticos contrários a Vargas, usavam a experiência do regime do Estado Novo como base para suas defesas e críticas. Como afirma Antônio Carlos Peixoto:

Para uns, o discurso liberal assumia a forma de defesa da democracia em oposição ao autoritarismo do estado Novo e às “ameaças” autoritárias encarnadas por Vargas. Para outros, o essencial da herança getulista era representado pela política de desenvolvimento econômico seguida durante o Estado Novo e retomada por Vargas, conquanto em circunstâncias diferentes, após a eleição em 1950.²⁰²

A ala mais conservadora da sociedade ao qual o grupo internacionalista encontrava-se inserido criticava, prioritariamente, a questão da estatização econômica

¹⁹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. Pp. 313.

²⁰⁰ GAYO, André Moysés. Op. Cit. Pp. 35.

²⁰¹ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. Pp. 80.

²⁰² Idem. Pp. 84.

defendia por Vargas e sua política voltada para os trabalhadores. Esse período, como nos mostra Karla Carloni:

Entre fins da década de 1940 e o início da década de 1950 foi o momento primordial para a união da facção militar anticomunista, que se opunha ao getulismo e ao trabalhismo, com a elite econômica ligada e interessada no privilégio do capital privado, na entrada do capital estrangeiro e no irrestrito alinhamento político e econômico com os EUA.²⁰³

Por isso, o governo varguista tentava mudar essa visão defendendo que sua política nada mais era do que a manutenção da soberania nacional. Principalmente, PTB e Vargas não podiam dar a oportunidade de seus opositores (UDN) de os qualificarem como comunistas/socialistas.

E a tentativa de gerenciar essa política não obteve o mesmo sucesso de seu regime anterior. Mesmo defensor do nacionalismo ferrenho, o capital estrangeiro tinha o papel no processo de desenvolvimento. Como afirma André Moysés Gayo:

Deve-se observar que Vargas, durante a campanha, reorientou o seu discurso em relação ao papel que caberia à iniciativa privada no processo de desenvolvimento do país, pois, se agora o investimento privado era concebido como um estímulo positivo, durante o primeiro governo (1930-1945), o interesse privado era visto como manifestação de interesses egoísticos, individualistas, que não se solidarizavam como as causas da Nação Brasileira e, enfim, representavam o pensamento reacionário, porque desagregador e particularista.²⁰⁴

Mesmo que “a iniciativa privada, nestes termos, deveria ser duramente controlada, pois, do contrário, o Brasil se enfraqueceria, colocando em risco sua soberania”²⁰⁵, esse processo não foi absorvido da maneira pretendida por Vargas. Seus opositores mantiveram a política de combate fervoroso, e principalmente, seus apoiadores, não entenderam esse tipo de política implementada pelo Presidente.

O Exército, especialmente na figura de Estillac Leal, não ficou de fora desta disputa. Os nacionalistas do Exército, inclusive, dividiram-se entre os mais radicais e os moderados. A ala mais radical saiu do lado de apoio e demonstrou sua total insatisfação com o que Vargas e Estillac estavam produzindo no governo e na pasta do Ministério da Guerra, principalmente depois do fato de Vargas não incluir Estillac Leal nas reuniões

²⁰³ CARLONI, Karla. Op. Cit., Pp. 48.

²⁰⁴ GAYO, André Moysés. Op. Cit.. Pp. 38.

²⁰⁵ Idem.

que formavam a comissão mista Brasil-EUA.²⁰⁶ Para este grupo, a forma de agir de ambos era “dúbia” e contra os princípios de desenvolvimento nacional defendidos por este grupo. A própria imprensa, colaborou com a Cruzada Democrática em categorizar a política da Estillac Leal orientado pelo comunismo.

Internamente, os problemas de Estillac Leal só aumentavam. Uma das questões que mais geravam polêmica se deu em relação à Revista do Clube Militar. Como afirma Antônio Carlos Peixoto, “a revista do Clube apresentava pontos de vista sobre praticamente todos os problemas da vida política nacional concernentes ao processo de desenvolvimento”.²⁰⁷

A Revista do Clube Militar estava sendo duramente criticada pelos internacionalistas pois, na visão deste grupo, suas matérias eram totalmente ideológicas. Basicamente “a orientação da revista e o conteúdo dos artigos expressaram uma radicalização crescente dos pontos de vista da corrente nacionalista”.²⁰⁸ Como nos apresenta Karla Carloni:

Um importante veículo de disseminação dos ideais nacionalistas foi a revista do clube, *Revista do Clube Militar*. Principalmente durante a direção do General Estilac Leal, entre os anos de 1950 e 1952, a revista publicou inúmeros artigos de oficiais que desejavam esclarecer e formar opinião nos meios militares, marcando, assim, o posicionamento ante os problemas da agenda nacional.²⁰⁹

Um desses embates ocorreu em uma publicação sobre a Guerra da Coreia. Os internacionalistas criticavam os artigos que faziam críticas contundentes à ação americana na Coreia. Enquanto os nacionalistas falavam da agressão Imperialista que a guerra representava, criticando um possível apoio ao governo dos EUA, os internacionalistas entendiam que essa visão, além de equivocada, era prejudicial para a política entre Brasil e EUA, fora o fato de não representar a opinião unânime das Forças Armadas.²¹⁰ Era, em suma, na visão dos internacionalistas, uma ação indevida, onde a Revista do Clube acaba sendo usada em favor de ideias daqueles que comandavam o Clube.

²⁰⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. Pp. 330.

²⁰⁷ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. Pp. 93.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ CARLONI, Karla. Op. Cit., Pp. 46.

²¹⁰ GAYO, André Moysés. Op. Cit. Pp. 43.

A reação de insatisfação por parte dos internacionalistas foi enorme. A reação contra o artigo foi imediata, não só por parte dos militares derrotados nas eleições do Clube, como também pelos civis, que ficaram sabendo deste ocorrido graças a uma campanha conduzida pela imprensa, já nesse momento, nitidamente inclinada para o lado dos internacionalistas. Antônio Carlos Peixoto mostra que até o jornal *Correio da Manhã* participou desse debate, acusando a ala nacionalista de tentar transformar as Forças Armadas em uma “ilha soviética”.²¹¹

Por causa desse embate fervoroso, a revista chegou, por algum tempo, ficar fora de circulação. A pressão em cima de Estillac Leal era enorme, e nesse caso, vinha de ambos os lados da disputa. Em meados de 1951, os internacionalistas pressionaram os nacionalistas para que uma assembleia geral fosse realizada no Clube Militar a fim de se discutir a orientação da revista. A pressão chegou a tal ponto que, em Junho de 1952, Estillac não suportou a pressão e se retirou da pasta do Ministério da Guerra.

Mesmo com a entrada de Ciro do Espírito Santo Cardoso, outro militar Nacionalista, no Ministério da Guerra, podemos afirmar que esta foi a primeira vitória da Cruzada Democrática no embate político contra Vargas e os nacionalistas. Mesmo que não diretamente, se a eleição de Estillac em 1950 gerou um aporte para a eleição de Vargas, a sua saída a sob pesadas críticas, gerava, conseqüentemente, uma perda para o governo varguista. Na visão de Antônio Carlos Peixoto:

A médio prazo, essa demissão significava o início da liquidação da corrente nacionalista – em consequência de seu afastamento dos postos-chave da hierarquia militar –, o enfraquecimento do governo Vargas nas Forças Armadas e a retomada da instituição militar pelo antinacionalistas.²¹²

Porém, essa não foi a única vitória. No mesmo ano de 1952, ocorreu uma nova eleição do Clube Militar. O General Estillac Leal, junto ao general Horta Barbosa (que era o comandante do Clube durante o período em que Estillac Leal foi ministro da Guerra) tentaram a reeleição.²¹³ Todavia, dessa vez, a Chapa Azul, formada pelos internacionalistas, era composta pelos Generais Etchegoyen e Nelson de Melo, dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira, que se consagram vencedores.

²¹¹ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. Pp. 97.

²¹² Idem.

²¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. Pp. 330.

Nelson Werneck Sodré demonstra como a Cruzada Democrática saiu vitoriosa da eleição, além de devido as crises que o General Estillac Leal teve de enfrentar durante seu papel de ministro, também contou com o apoio de setores conservadores da Imprensa e de partidos políticos, destacando-se aí a União Democrática Nacional.²¹⁴

O Controle do Clube Militar demonstrou ser mais uma vitória da ala conservadora da sociedade. Prioritariamente, ao reassumir o Clube, a Cruzada Democrática tentava reassurar a unidade do aparelho militar, tão preciosa para a coesão da tropa, a partir do processo de despolitização do Clube, buscando que o mesmo retornasse às suas origens.²¹⁵

O ano de 1953 é o momento mais conturbado e de maior desafio que Vargas e ala nacionalista enfrentaram. Como firma José Murilo de Carvalho:

Em 1953, a conspiração militar, aliada a grupos civis, sobretudo aos liberais conservadores da UDN, caminhou rapidamente à medida que Vargas dava sequência à sua política nacionalista sancionando a lei que criou o monopólio estatal do petróleo e propondo ao Congresso projeto de lei que limitava os lucros extraordinários.²¹⁶

Entre outros casos, vale destacar o chamado “Memorial dos Coronéis”, ocorrido já no ano de 1954. O documento “punha ênfase na precariedade da situação funcional do Exército, com queixas contra a insuficiência de vagas, a falta de estímulo profissional, os baixos vencimentos, a desunião”.²¹⁷ 82 coronéis e tenentes-coronéis, ligados à ala conservadora do Exército no Rio de Janeiro, assinaram o manifesto. No fundo, o objetivo era criticar a política de Vargas e seu ministro do trabalho, João Goulart, a fim de enfrentar a “influência comunista nas Forças Armadas e na sociedade”.²¹⁸

Mais do que citar cada acontecimento político, nos interessa apresentar que a partir da saída de Estillac Leal, a política nacionalista de Vargas sofreu uma grande derrota. O biênio 1953 e 1954 apresentou grande dificuldade para a ala nacionalista da política brasileira.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. Pp. 97.

²¹⁶ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 113.

²¹⁷ Idem. Pp.114.

²¹⁸ Idem.

O poder e o prestígio adquirido pelos conservadores só realmente sofreu um recuo quando, em 1954, Vargas decidiu tirar a própria a vida, às vias de um possível *impeachment* após o escândalo da tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, um de seus principais críticos e membro da UDN.

O objetivo aqui foi apresentar como o período entre o fim do Estado Novo e o suicídio de Vargas é categorizado pela disputa de dois grupos que buscaram encontrar melhores formas para o desenvolvimento do país. E, mais do que isso, é de nossa pretensão afirmar que esse embate, que se inicia no campo político, não é embaraçado ai. A influência dessa política para outras áreas e ponto central de nossa pesquisa, e entender como isto ocorreu é de extrema relevância.

CONCLUSÃO

Mais do que discutir diretamente cada movimento ao qual o Exército encontrou-se presente, este capítulo teve o objetivo de demonstrar a evolução que esta instituição obteve durante o período Republicano. Protagonista do golpe que retirou a Monarquia do poder e instaurou a República no Brasil, o Exército era um antes neste momento e outro completamente em 1953.

Durante todo este período, as Forças Armadas se desenvolveram, não só institucionalmente, como também na questão estrutural e bélica. A estruturação promovida durante as décadas subsequentes possuiu papel preponderante na Força que, a partir de 1930, aparece no cenário político como um atuante personagem que constituiu todo o sistema político brasileiro.

Foi principalmente com Vargas no poder que as Forças Armadas ratificaram o seu papel como agente do Estado, tendo se tornado o principal sustentáculo do Estado Novo varguista. Se durante a Primeira República vemos um Exército enfrentar as forças oligárquicas e suas policiais estaduais, ou mesmo disputas internas, sendo obrigados a lidar com movimentos contestatórios de praças ou mesmo de oficiais, o Exército que emerge na década de 1930, e que se seguiu desde então, mostrou-se no controle da Nação e unido à base do poder hierárquico. Uma força que decide dar fim à política no Exército e formar a política do Exército.

O fim do “casamento político” com Vargas já em meados de 1940, o Exército não se enfraqueceu como instituição. Muito pelo contrário. Já estabelecido, esta instituição decide envolver-se cada vez mais no processo político, mantendo seu desejo de desenvolvimento nacional como objetivo primordial.

A década de 1950 e o segundo governo de Vargas, como aqui foi observado, representou a culminância desse processo de fortalecimento do Exército brasileiro. Contudo, a instituição que se apresenta neste período não só possui esse poder adquirido ao longo do tempo, como exhibe características de dicotomia não enxergada com tanta clareza anteriormente. Nas palavras de Antônio Carlos Peixoto:

Nacionalismo e antinacionalismo haviam se tornado os dois pólos mais principais do processo político no âmbito das Forças Armadas. A articulação de cada um desses pólos com os grupos civis deu aos debates e confrontos políticos nas Forças Armadas uma importância e amplitude tais, que os choques entre as facções militares não podem ser isoladas dos processos que ocorreram na sociedade e na esfera política nacional.²¹⁹

Estes dois grupos representavam visões distintas de ação política que ambos entendiam que a Nação deveriam tomar. É interessante ver aqui que o fundamental do Partido Militar, a ideologia que entendia que as Forças Armadas deveriam apresentar uma visão única, se mostrou uma falácia. Ou talvez nem tanto. Antônio Carlos Peixoto deixa claro que “Cada um dos grupos militares não procurou provocar uma cisão das Forças Armadas enquanto instituição; tentaram isolar os grupos antagônicos, presumindo sempre, porém, que agiam em nome da totalidade da instituição militar”.²²⁰

Em suma, o que o autor procura demonstrar é que a intenção de ambos os grupos era chegar a esse consenso, pela imposição de suas ideias. Era objetivo comum culminar no ponto de coesão total. Contudo, essa prática acabou por gerar o movimento exatamente contrário: As Forças Armadas na década de 1950 acabaram se enfrentando internamente, gerando enormes e fervorosos debates, principalmente no âmbito do Clube Militar, espaço que era previamente pensado para o lazer, mas que se tornou o antro destas disputas.

Os embates aqui descritos possuíam uma questão primordial: o debate sobre o papel do nacionalismo. Enquanto os nacionalistas, contrários aos princípios

²¹⁹ PEIXOTO, Antônio Carlos. Op. Cit. Pp. 84.

²²⁰ Idem.

imperialistas, defendiam uma política econômica autônoma, os internacionalistas lutavam em favor da participação do capital estrangeiro na economia, entendo que somente assim o pleno desenvolvimento seria adquirido.

Se para os nacionalistas, pautados pelos princípios do nacionalismo, os internacionalistas estavam entregando a riqueza nacional e a soberania do estado nas mãos estrangeiras, os internacionalistas acreditavam que sua ala rival aproximava-se enormemente do comunismo, ideologia muito combatido pelo Exército como um todo. José Murilo de Carvalho acreditava, inclusive que “As Forças Armadas teriam acompanhado facilmente o nacionalismo econômico e o industrialismo de Vargas não fosse sua face populista”.²²¹

Em geral, nossa pretensão foi a de apresentar a força que o Exército possui, sendo uma das instituições mais importantes que formam o nosso país. Seu enorme poder só se equipara a sua responsabilidade o povo e a Nação. Como afirma José Murilo de Carvalho:

As Forças Armadas, enquanto aparelho de poder, são por conseguinte submetidas a uma pressão tríplice: a dos grupos civis, que buscam atraí-las para seu ponto de vista, a das correntes militares atuantes no interior do aparelho, e, finalmente, a pressão latente para o exercício de papéis institucionais definidos pela lei, e que são interpretados pela hierarquia.²²²

Entendido a construção do Exército em meio às várias mudanças políticas, da qual o mesmo foi participante diversas vezes, e até mesmo protagonista, é hora de entender como as homenagens feitas a Maria Quitéria enquadram-se neste contexto. O objetivo, a partir de agora, é o de entender como o cenário dicotômico da política brasileira, e por consequência, do próprio Exército, influenciaram (foram influenciados) pela consagração feita à heroína da Guerra de Independência.

Nesse aspecto, todos os fatos citados aqui pretendem contribuir, seja pela sua ideologia ou questão prática. Quando falamos especificamente do Ministério da Guerra e do Clube Militar, é importante expor que eles têm importância fundamental e direta nas homenagens a Maria Quitéria. Enquanto o primeiro organizar uma homenagem em forma de solenidade, com a presença de importantes militares e civis, o segundo

²²¹ CARVALHO, José Murilo. Op. Cit. Pp. 117.

²²² Idem. Pp. 85.

promove uma matéria em sua revista, que citamos aqui como epicentro do embate entre nacionalistas e internacionalistas.

Portanto, para finalizar, é necessário demonstrar a importância deste capítulo como ferramenta de compreensão de todo o processo que culmina na homenagem a Maria Quitéria. A questão do nacionalismo e o funcionamento do Exército durante o segundo governo varguista são peças-chaves para que consigamos entender em que contexto e com quais objetivos o Exército brasileiro rememora a heroína da Independência.

CAPÍTULO II– MARIA QUITÉRIA ATRAVÉS DO EXÉRCITO: A CONSTRUÇÃO DO MITO NACIONAL

Se no primeiro capítulo nossa principal preocupação foi apresentar o contexto histórico do Exército, além da trajetória do desenvolvimento da instituição ao longo da República brasileira, o segundo capítulo tem duas finalidades: apresentar a história de Maria Quitéria, desde sua infância até a sua performance como combatente; e tentar encontrar como a sua história envolve (e é envolvida) pelo momento em que sua memória foi rememorada.

Nosso objetivo é demonstrar como o debate acerca dos rumos políticos que o Brasil deveria tomar na década de 1950, relacionados com as disputas entre nacionalistas e internacionalistas, no Exército e fora dele, possuem conexão com as homenagens feitas a heroína da Guerra de Independência.

Será preciso, ao longo do trabalho discutir características envolvendo os conceitos de mito/herói, memória, imaginário social. Para nós, é só a partir do entendimento desses termos que poderemos conseguir apresentar uma discussão palpável para o leitor.

Portanto, ao longo desta etapa do trabalho, o principal tema será explicar os motivos que levaram o Exército a consagrar Maria Quitéria no ano do seu centenário. Compreender como o resgate de um personagem, destacando seu caráter heroico é de fundamental importância para o sucesso dos interesses pensados por essa instituição.

2.1 A MULHER SOLDADO

Antes de darmos início, é importante ressaltar que a base de todo o trabalho desenvolvido no capítulo possui como referência o ano de 1953. Contudo, para análise do discurso promovido pelo Exército brasileiro sobre sua heroína, utilizaremos o livro de João Francisco de Lima²²³ como colaboração na elaboração dos fatos de vida da heroína. Apesar de ser um discurso a frente do tempo que estamos trabalhando, além do fato do livro de 1977 ser nitidamente baseado na obra de Pereira Reis Júnior, lançada em 1953. Nesta parte ele funciona exclusivamente como um aporte a história de Quitéria.

²²³ LIMA, João Francisco de. **A incrível Maria Quitéria**. São Paulo: Nova Época, 1977.

Contudo, o centro da dissertação será os acontecimentos e as características atribuídos à Quitéria em 1953, exatamente para compreendermos os valores que o discurso feito pelo Exército nesta época. Portanto, o livro de Pereira Reis Júnior, lançado em 1953 e o texto do Capitão Jonas Neto publicado na Revista do Clube Militar em agosto deste mesmo ano, ainda devem ser entendidos como as principais fontes para este trabalho.

2.1.1 A INFÂNCIA DE MARIA QUITÉRIA

Maria Quitéria de Jesus nasceu em 1792 no Sítio do Licorizeiro em São José das Itapororocas, freguesia de Nossa Senhora do Pôrto da Cachoeira (hoje município de Feira de Santana) que está localizado na Bahia. Os proprietários da terra eram seus pais, o lavrador Gonçalo Alves de Almeida e sua esposa, Quitéria Maria de Jesús. A obra escrita por Pereira Reis Júnior indica que Gonçalo Alves de Almeida era natural de São José²²⁴, enquanto a de João Francisco de Lima afirma que ele teria uma possível naturalidade portuguesa, como incita o trecho: “vindo de Portugal, muito jovem, tentar fortuna na Colônia”.²²⁵ Em 1794 nasceu a irmã de Maria Quitéria, Josefa, e em 1796, nasceu o irmão mais novo, Luís. Em 27 de Julho de 1798, já com seis anos, Maria Quitéria foi batizada na capela de São Vicente.²²⁶ A menina, de acordo com seus biógrafos, ao contrário dos irmãos mais novos, preferia brincar no sítio em vez de dentro de casa. Não recebeu ensino formal e teria se mantido iletrada até o fim da vida.²²⁷

Segundo os biógrafos, sua mãe, Quitéria Maria de Jesús, adoeceu e faleceu no ano de 1802. Seu pai decidiu então casar-se novamente já que era um homem de negócios. Não tinha tempo para ficar em casa e possuía filhos pequenos (um de dez, de oito e de seis anos).²²⁸ Cinco meses depois do falecimento de Quitéria Maria, em 19 de Julho de 1802 Gonçalo de Almeida casou-se com Eugênia Maria dos Santos, também natural daquela freguesia.²²⁹ Segundo Reis Júnior, a madrasta era extremamente carinhosa com

²²⁴ REIS JÚNIOR, Pereira. **Maria Quitéria**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1953. Pp. 17.

²²⁵ LIMA, João Francisco de. Op. Cit.

²²⁶ Livro de Baptizados de São José das Itapororocas, Arquivo da Secretaria do Arcebispado, Bahia. Apud REIS JÚNIOR, Pereira, op. cit., Pp. 17.

²²⁷ REIS JÚNIOR, Pereira. Op. cit. Pp. 22.

²²⁸ REIS JÚNIOR, Pereira. Op. cit. Pp. 20.

²²⁹ Livro de Casamentos, 1800 - 1849, Arquivo da Secretaria do Arcebispado, Bahia. Apud REIS JÚNIOR, idem, Pp.21.

os enteados.²³⁰ Porém, também adoeceu repentinamente e faleceu dias depois. Após a morte de sua segunda esposa, Gonçalo decidiu se mudar do Sítio do Licoreiro em busca de solo mais fértil e com menos secas. Com as suas economias, adquiriu as terras da Serra da Agulha.²³¹

A fazenda da Serra da Agulha se localizava na parte noroeste da Freguesia de São José das Itaporocas, a nove quilômetros de Santo Antônio de Tanquinho. Tinha o terreno acidentado, cortado pelo rio Cipó, que ficava perto da Casa Grande da fazenda. Nessa época, Maria Quitéria, então com doze anos, estava à frente da casa. Como era a mais velha, cuidava de seus irmãos e cada vez mais sentia a ausência de uma figura materna. Gonçalo casou-se mais uma vez. O nome da sua terceira esposa era Maria Rosa de Brito, também natural daquela Freguesia.²³² Enquanto a mãe e a primeira madrastra teriam sido boas com os filhos de Gonçalo e Quitéria Maria, a nova madrastra possuía uma personalidade forte e logo ela e Maria Quitéria teriam entrado em discórdia. Com o decorrer do tempo, nasceram filhos do novo casal: Francisca, Teresa e Bernarda.²³³

Os biógrafos afirmam que a nova fazenda, sendo melhor administrada e com solo mais fértil, aumentou as riquezas à família. “O gado [...] atingira algumas dezenas de cabeças. Recrudescer a plantação de algodão. [...] Tinha então o homem vinte e seis escravos”.²³⁴ A colheita de algodão, caso a chuva caísse de abril a agosto e não ocorresse nenhum imprevisto, atingiam o preço da arroba de quatro a cinco mil réis nos mercados da Cachoeira.²³⁵ Gonçalo, com o dinheiro obtido, comprou mais terras. Dentro desse mesmo espaço de tempo, rapidamente se tornava um abastado fazendeiro. Além disso, teve com Maria Rosa mais três filhos: Ana, Josefa e Manuel.

A presença da madrastra retirava de Maria Quitéria – sendo o ano de 1815, tinha vinte e três anos – grande parte das obrigações de cuidar dos irmãos mais novos e da casa. Isso permitiu que Quitéria tivesse mais tempo para o trabalho e o lazer.²³⁶ Em especial, de acordo com Pereira Reis Júnior, sua distração favorita seria a caça nas terras

²³⁰ REIS JÚNIOR, Pereira, op. cit. ibidem.

²³¹ Idem, Pp. 22.

²³² Idem, Pp. 23.

²³³ Idem.

²³⁴ Inventário dos bens que ficarão por falecimento de Gonçalo Alves de Almeida, fls. 202. Cartório do 1º Ofício, Feira de Santana. Apud REIS JÚNIOR, Pereira, idem, Pp. 24.

²³⁵ GRAHAM, Maria, apud REIS JÚNIOR, Pereira, Pp. 24.

²³⁶ REIS JÚNIOR, Pereira. Pp. Cit. Pp. 25.

da família. Manejava uma espingarda e trazia para casa aves e mamíferos, de pequeno e grande porte.²³⁷ Das amigas de Maria Quitéria destaca-se Maria Hermenegilda de Oliveira cujo neto Pereira Reis Júnior recebeu depoimentos.

Segundo Lima, nas terras próximas a fazenda da Serra da Agulha, teria havido um boiadeiro chamado Gabriel Pereira de Brito. Maria Quitéria, então com vinte e oito anos – em 1820 –, teria se interessado pelo rapaz e pretendeu se casar com ele, mas Gonçalo, que aspirava partido melhor para sua filha, teria proibido esse casório.²³⁸

2.1.2 A TRAJETÓRIA DO SOLDADO MEDEIROS

Com a Revolução Liberal do Porto em 1820²³⁹, D. João VI foi pressionado a voltar para Portugal e em 1821 ele o fez, deixando no Brasil D. Pedro de Alcântara, seu primogênito. Em 09 de Janeiro de 1822, houve o “Dia do Fico”²⁴⁰, quando D. Pedro, apoiado pelo Partido Brasileiro, foi contra as ordens das Cortes Portuguesas, que exigiam sua volta a Portugal. Composto por comerciantes e donos de terras que se aproveitavam da situação privilegiada que o Brasil tinha desde a vinda de D. João VI, o Partido brasileiro temia a volta ao status de colônia.²⁴¹

Na Bahia, o clima era de tensão, já que era sede de tropas lusitanas. Em 15 de Fevereiro de 1822 chegou a Salvador o navio-correio “Leopoldina”, trazendo uma Carta Régia de 09 de Dezembro de 1821 que tornava o português Inácio Luís Madeira de Melo comandante das Armas da Província da Bahia, substituindo o brasileiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães.²⁴² Logo após, teria surgido a notícia de que a Carta não era legal, por não ser registrada na Contadoria Geral da Corte. Desse modo, formaram-se dois partidos: uma tropa brasileira chefiada por Guimarães e uma lusitana chefiada por Madeira de Melo. A Junta do Governo concluiu que era necessário o reconhecimento de Madeira de Melo e julgou irrelevante o registro da Carta pela Câmara.²⁴³ O Capitão Jonas Neto afirma que “desde o começo de 1822, fermentavam as rixas políticas,

²³⁷ LIMA, João Francisco de. Op. Cit. Pp. 49.

²³⁸ Idem, Pp. 55-57.

²³⁹ Ver: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, Volume I e II. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997. Pg.154-158.

²⁴⁰ Ocorrida em 9 de janeiro de 1823, este dia ficou marcado pela recusa de D. Pedro I em obedecer as ordens da corte portuguesa, para que o mesmo voltasse a Portugal, ratificando seu compromisso com a independência brasileira. Ver: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit. Pp. 164-166.

²⁴¹ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit. Pp.154-158.

²⁴² REIS JÚNIOR, Pereira. Op. Cit., Pp. 27.

²⁴³ Idem, Pp. 29.

naquelas províncias [Bahia], consequência de graves acontecimentos em Portugal, com sérios e inevitáveis reflexos na vida brasileira”.²⁴⁴

Na manhã do dia 19, “mais de cem milicianos pardos e pretos do 3º e 4º Regimentos [...] deixam o Forte de São Pedro, unidos a alguns civis, e dirigem-se à residência do Brigadeiro Manuel Pedro [...] com fim de apanhar seu fardamento”²⁴⁵, ele já havia chegado à paisana. Ao se aproximarem da Igreja do Rosário, foram atacados por lusitanos do 12º Batalhão de Infantaria e Madeira de Melo apoderou-se do quartelamento dos corpos brasileiros. Os milicianos do Forte São Pedro resistiram à investida de Madeira de Melo.

No dia 20, houve o episódio do ataque português ao convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, lugar onde sóror Joana Angélica²⁴⁶ defendeu o Convento na esperança de retardar as tropas portuguesas e permitir que as freiras fugissem. Entretanto, ela acabou sendo morta pelas tropas lusitanas. No mesmo dia, Madeira de Melo exigiu que o Forte se rendesse sob ameaça de um bombardeio. Guimarães chegou a resistir, mas logo percebendo que não havia condições para tal resistência, acabou por se render. Guimarães foi preso e levado para Portugal na galera São Gaultier.²⁴⁷ Nesse momento, instaurou-se uma guerra civil.²⁴⁸ Escreve Reis Júnior que morreram aproximadamente quatrocentos brasileiros em três dias deste período.²⁴⁹

Enquanto a guerra civil acontecia na Bahia, tendo reflexos em Cachoeira, Maria Quitéria teria tomado conhecimento das lutas por comerciantes que por lá passavam, e por José Cordeiro de Medeiros, seu cunhado, casado com Teresa Maria, sua irmã por parte de pai. A Junta do Governo enviou para todo o Recôncavo baiano emissários para convocarem homens para a guerra. Um deles chegou a Serra da Agulha e anunciou que

²⁴⁴ NETO, Jonas. Op. Cit. Pp.35.

²⁴⁵ Idem, Pp. 30.

²⁴⁶ Joana Angélica (1761-1823) era baiana, nascida em Salvador e freira no Convento da Lapa, da mesma cidade, desde 1782. Em 1815 foi abadessa da congregação das Religiosas Reformadas de Nossa Senhora da Conceição, e lá ficou até 1817. Joana Angélica teria morrido em 20 de fevereiro de 1823, por um golpe de espada deferido por um soldado da tropa do brigadeiro Madeira de Melo, numa tentativa de embarrear o avanço do exército português. A morte da madre Joana Angélica deu mais alento à luta pela independência travada pelo povo baiano. A religiosa se tornou um símbolo da resistência contra o autoritarismo português. Fonte: SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital (Ed.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**: com 270 ilustrações. Zahar, 2000.

²⁴⁷ REIS JÚNIOR, Pereira. Op. Cit., Pp. 31.

²⁴⁸ Ver: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Op. Cit. Pp.154-158.

²⁴⁹ SORIANO, Simão José da Luz. **História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal**. Lisboa, 1822. Apud SOUZA, Bernardino de, Apud REIS JÚNIOR, Pereira.

Portugal queria novamente o Brasil na condição de colônia, mas que D. Pedro teria escolhido ficar com os brasileiros. Por fim, pede auxílio a Gonçalo, que teria reagido com indiferença.²⁵⁰

Segundo os relatos, tal indiferença pode ter vindo da possibilidade de ser português, como dito por Lima, ou por não ter filhos homens adultos. Luís, filho do primeiro casamento, com Quitéria Maria, havia falecido de causas desconhecidas pelos biógrafos e Manuel, filho do terceiro casamento, era apenas uma criança. Igualmente os escravos não teriam mostrado interesse pela independência do Brasil. Contrariando o pai, Maria Quitéria teria sugerido que a deixasse se alistar, já que sabia manejar armas de fogo com maestria. Gonçalo logo teria respondido que mulheres tecem e bordam, e que a guerra era para homens.²⁵¹

Depois da partida do emissário, Quitéria não desistindo do seu ideal de luta teria ido até a casa de sua irmã Teresa, que ficava a um quilômetro e meio da sua, para conversar com ela sobre sua ideia de se alistar. De acordo com Pereira Reis Jr, a irmã teria apoiado dizendo que também se alistaria caso não estivesse casada e grávida²⁵²; mas ainda assim lhe entregara as roupas do marido, cunhado de Maria, e cortou-lhe os cabelos.

José Cordeiro de Medeiros a acompanhou até a vila da Cachoeira – a oitenta quilômetros da fazenda de seu pai – onde os batalhões aguardavam. Capitão Jonas Neto em seu texto para a Revista do Clube Militar afirmou que “impressionara-a a propaganda do movimento nativista, que escutara seu próprio ar modesto e austero, pelas frases vibrantes de um arregimentador de voluntários. Decidir e agir foi um lapso para a sertaneja”.²⁵³

Ao chegar a Cachoeira, Maria Quitéria teria se apresentado com um prenome “que a história não registra”²⁵⁴, e com o sobrenome Medeiros, dizendo-se filho de José Cordeiro de Medeiros. Adiciona Reis Júnior que “manejando com segurança a arma de fogo, disciplinado e de comportamento exemplar, o soldado Medeiros é bem visto na

²⁵⁰ REIS JÚNIOR, Pereira. Op. Cit., Pp. 42.

²⁵¹ Idem, Pp. 43.

²⁵² Idem.

²⁵³ NETO, Jonas. Op. Cit. Pp. 36.

²⁵⁴ REIS JÚNIOR, Pereira. Op. Cit. Pp. 44.

tropa”.²⁵⁵ O “soldado Medeiros” logo foi transferido da artilharia, no trabalho com canhões para a infantaria. Talvez fosse por seu físico frágil ou pela sua experiência com armas de fogo como a espingarda que teriam feito com que ela fosse promovida. Juntou-se ao Batalhão n.º 3 de Caçadores que ficou conhecido como Voluntários do Príncipe D. Pedro ou Batalhão dos Periquitos, por causa da cor verde dos punhos e gola da túnica.²⁵⁶

Enquanto Quitéria servia como soldado, Gonçalo de Almeida tendo notado e estando preocupado com seu desaparecimento, procurou-a pelos arredores da Serra da Agulha. A obra de Lima indica que teria sido Teresa, irmã de Maria, que contara ao pai que ela havia ido acompanhar seu marido até Cachoeira. Em contrapartida, o livro de Reis Júnior afirma desconhecer quem deu a Gonçalo a dica do paradeiro de sua filha. Em Cachoeira, Gonçalo teria encontrado e reconhecido Maria disfarçada entre os homens e, após uma breve discussão, denunciou-a para o comandante, Major José Antônio Silva Castro.²⁵⁷

O Major teria permitido que Maria Quitéria continuasse no batalhão alegando sua útil habilidade com armas de fogo e sua maioridade – Quitéria tinha trinta anos. Gonçalo teria então amaldiçoado e abandonado sua filha.²⁵⁸ É neste período que Maria modificou seu uniforme, colocando nele uma saia semelhante à de um *highlander*²⁵⁹, o que significa que todos os homens do batalhão passariam a ficar cientes de seu verdadeiro sexo.²⁶⁰ Escreve Júnior que:

No dia 28 de março [de 1823], atendendo à sua solicitação, o Conselho Interino do Govêrno, manda o Inspetor dos Fardamentos, Montarias e Misteres entregar ao cadete Maria Quitéria, dois saiotes de camelão ou de outro pano semelhante, e uma fardeta de polícia e, no dia 31 do mesmo mês, outra ordem manda lhe seja fornecida uma espada.²⁶¹

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ NETO, Jonas. Op. Cit. Pp. 36.

²⁵⁷ LIMA, Op. Cit., Pp. 115.

²⁵⁸ Idem, p. 116.

²⁵⁹ A saia *highlander* é conhecida também pelo nome *kilt*. O nome *highlander* significa “Homem que habita as Terras Altas (“Highlands”) na Escócia, ou dela é natural. Indivíduo que pertence ao regimento escocês; soldado de alguma tropa escocesa”. Disponível em: <www.dicio.com.br/highlander/>. Acesso em 12/05/2015.

²⁶⁰ REIS JÚNIOR, Pereira. Op. Cit. 47.

²⁶¹ *Livro de Registro de Portaria do Governo Provisório da Villa da Cachoeira da Bahia*. Apud REIS JÚNIOR, Pereira. Op. Cit., Pp. 47.

Se em um primeiro momento o ainda “soldado Medeiros” foi incumbido de lutar junto ao corpo de artilharia em fins de 1822, Quitéria passou a lutar junto ao Batalhão de “Voluntários do Príncipe”.

No dia 29 de Outubro de 1822, o Major Silva Castro ordenou que o batalhão fosse para a Ilha da Maré para organizar sua defesa. Foi na estrada de Pituba que Maria Quitéria combateu pela primeira vez, em uma emboscada feita pelos portugueses.²⁶² Em Fevereiro de 1823 ela lutou novamente, em Itapuã, onde, segundo Júnior, foi elogiada na ordem do dia, “tendo atacado uma trincheira inimiga e feito prisioneiros, que conduz ao acampamento brasileiro”.²⁶³ Logo depois foi promovida ao posto de 1º cadete pelo general Pedro Labatut.

Maria Quitéria teria casado com o soldado João José Luís durante o período da guerra. O casamento ocorreu antes de 31 de Março de 1823, pois neste dia os membros do Conselho Interino do Govêrno da Província ordenaram que fosse entregue ao soldado um fardamento e a sua mulher, Maria Quitéria, uma calça e dois botões.²⁶⁴ Ambos os autores são da opinião que Maria Quitéria e João José Luís se uniram apenas perante a Igreja, na presença de capelães da tropa – e Lima identifica o capelão como o beneditino Frei José de S. Bento Damázio.²⁶⁵ Não há registros do que teria ocorrido com João José Luís após esse momento. O que Lima afirma é que quando Maria casou-se com Gabriel Pereira de Brito, seu segundo esposo, ela estava viúva.²⁶⁶

Em Abril, na Barra do Paraguaçu, teria ocorrido um episódio no qual Maria Quitéria teria comandado um grupo de mulheres civis que se uniram ao batalhão para lutar contra uma tropa portuguesa.²⁶⁷ Segundo Lima, tropas portuguesas teriam atacado a foz do rio Paraguaçu, uma das principais entradas do Recôncavo, e a resistência contou com militares e civis, incluindo idosos, crianças e mulheres. Maria teria ficado responsável pelo batalhão das mulheres.²⁶⁸ Sobre esta vitória, Jonas Neto afirma que um contemporâneo de Quitéria, Santos Tiara, teria lhe dedicado um poema épico sobre a participação na batalha:

²⁶²REIS JÚNIOR, Pereira. Op. Cit.

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ Idem, Pp. 48.

²⁶⁵ LIMA, João Francisco de. Op. Cit., Pp. 142.

²⁶⁶ Idem, Pp. 197.

²⁶⁷ REIS JÚNIOR, Pereira. Op. Cit., Pp. 48.

²⁶⁸ LIMA, João Francisco de. Op. Cit., Pp. 146.

Barreira opõe-lhe os patrícios peitos
E armígeras baianas, que, terríveis,
Do frágil sexo deslembrando o mimo,
Os aguardam na praia, iras nutrindo,
Tú, destemida Pentasiléia heroica,
Tinta de iras, rancor e toda fogo,
Mais e mais n'alma delas sopras flamas.²⁶⁹

De acordo com essa construção do episódio de batalha, Maria Quitéria não só era patriota, como lhe é imputada uma força que consegue reunir um batalhão de mulheres em prol da defesa nacional. Quitéria não era só mais um soldado, mas sim, uma personagem exemplar a ser seguido. Uma afirmação que, ao ser homenageada, estabelece toda uma lógica em sua narrativa. Ou seja: sua consagração, mesmo anos após, cria na narrativa de sua vida, valores que justificam tal ação.

Na noite de 1º de Julho de 1823, a maior parte dos lusitanos resistentes ao novo regime brasileiro fugiram em embarcações de volta para Portugal, mesmo que perseguidos pelo esquadrão do Marechal Cochrane.²⁷⁰ Os últimos lusitanos da tropa de Madeira acabaram derrotados em 02 de Julho - data esta que é realizada as comemorações de Independência na Bahia até os dias de hoje.

Com o fim da guerra, o batalhão voltou ao Convento de Santa Teresa e, em Julho, Maria teria dito ao general Lima e Silva que desejava “ir à Côrte beijar a mão de Sua Majestade”.²⁷¹ Segundo Pereira Reis Júnior, o general teria concordado e recomendado ao Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, a ida da heroína até a capital.²⁷² Em 29 de Julho ela foi para o Rio de Janeiro em um navio, e chegou 19 dias depois, em 17 de Agosto. Teria desembarcado em uniforme militar, chamando atenção por onde passou e a imprensa faz referência ao “heroísmo, tecendo-lhe elogiosas referências”.²⁷³

No dia 20, ela foi recebida pelo imperador que, na época, já estava ciente de seus feitos militares. D. Pedro então a condecorou com a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro.²⁷⁴ Em seguida, promoveu Maria Quitéria a alferes de linha²⁷⁵,

²⁶⁹ NETO, Jonas. Op. Cit. Pp.37.

²⁷⁰ Idem. Pp. 38-39.

²⁷¹ REIS JÚNIOR, Pereira. Op. Cit. Pp. 56.

²⁷² *Ofício de José Joaquim de Lima e Silva ao Ministro João Vieira de Carvalho*. Apud REIS JÚNIOR, Pereira, Pp. 56.

²⁷³ *Diário do Governo*, nº 51, sábado, 30 de Agosto de 1823. Apud REIS JÚNIOR, Pereira, Pp. 56.

²⁷⁴ A Ordem Imperial do Cruzeiro, hoje chamada de Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, foi uma medalha dada a dignatários brasileiros ou estrangeiros que tiveram valor na luta pela Nação brasileira. Ver: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/cerimonial/5696-ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul>>. Acesso em 04/04/2018.

passando a heroína a receber o salário desta patente. Por fim, Quitéria teria pedido a D. Pedro que fosse escrita uma carta em seu nome e que esta fosse destinada a seu pai, pedindo para perdoá-la.

No local esteve presente também a jornalista inglesa Maria Graham²⁷⁶ que registrou o encontro com a heroína do Exército:

Visitou-me hoje dona Maria de Jesus, a moça que ultimamente se distinguiu na guerra do Recôncavo. Seus traços são de um soldado dos batalhões do Imperador, acrescidos de uma espécie de avental curto, de lã, que ela me disse haver copiado de uma gravura representando um *highlander* (escocês), porque bem se bem adaptava a um traje militar feminino. As feições de Maria, especialmente olhos e testa, apresentam acentuados traços indígenas. Dona Maria narrou-me particularidades relativas ao país e às suas aventuras. Ela é iletrada, mas viva. Tem a inteligência clara e a percepção aguda. Penso que, se a educassem, viria a ser uma personalidade notável. Nada se nota de masculino nos seus modos, antes os possui gentis e amáveis. Não contraiu nenhum hábito grosseiro ou vulgar durante a vida de acampamento, não se apontando nada que lhe desabone a honestidade. Nada notei de peculiar no seu procedimento à mesa, a não ser que come ovos no almoço e peixe no jantar, com farinha e nunca com pão e que fuma um cigarro após cada refeição. No mais muito moderada.²⁷⁷

2.1.3 PÓS-GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

De acordo com a narrativa dos biógrafos, mais tarde, Maria Quitéria voltou para a Serra da Agulha e se reencontra com seu pai, que a teria perdoado. A heroína de guerra, escrevem Pereira Reis Jr. e João Francisco de Lima, teria se casado com seu antigo namorado, Gabriel Pereira de Brito. Com o casamento, seu pai teria dado ao casal “cem mil réis de sua legítima e por dote um escravo de nome Antônio, avaliado em cento e vinte e sete mil réis, um cavalo por vinte, uma novilha por cinco e mais um cavalo por trinta, tudo num total de cento e oitenta e dois mil réis”.²⁷⁸ Quitéria teve apenas uma filha com Gabriel cuja data de nascimento é desconhecida, se chamava Luiza Maria da Conceição. Gabriel, por sua vez, faleceu em uma data também desconhecida, deixando Maria viúva.²⁷⁹

²⁷⁵ Patente extinta no Exército Brasileiro, tendo sido substituída em 1930 pela de segundo-tenente.

²⁷⁶ GRAHAM, Maria. Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823. Apud LIMA, João Francisco de, Op. Cit.

²⁷⁷ GRAHAM, Maria. Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823. Apud LIMA, João Francisco de, op. Cit. Pp. 179-180.

²⁷⁸ REIS JÚNIOR, Pereira. Op. Cit. Pp. 62.

²⁷⁹ LIMA, João Francisco de. Op. Cit.

Após seu papel heroico no campo de batalha, a personagem acaba desaparecendo. Maria Quitéria só voltou do anonimato em 22 de Agosto de 1835, quando se iniciou um longo processo da tentativa de constituir o inventário de seu pai, falecido em 25 de Outubro de 1834. Essa tentativa durou mais de trinta anos e não se concretizou com Maria ainda vivia. Em 21 de Maio de 1841, a situação parecia ter avançado levemente, segundo o que está registrado no inventário, que diz, entre outros:

(...) a suplicante [Maria Quitéria] se acha em hum estado deploravel por lhe faltar a vista, requer por isso a V.S. Que por equidade na ocasião da partilha lhe mande lançar no seo quinhão a escrava Alexandrina, cabra, por ser capaz de tratar a supplicante na sua gravissima molestia o que d'outra forma a supplicante sofrerá bastantes faltas e incômodos da vista (...).²⁸⁰

Em Dezembro de 1841, Manuel José de Almeida – meio-irmão de Maria Quitéria por parte de pai e filho de Maria Rosa – pediu ao juiz que ele fosse anexado ao inventário do testamento de seu pai, o que acarretou na anulação das partilhas já feitas e levando tudo a estaca zero. Maria Quitéria, de acordo com os autores, desistiu do inventário em 1843, que só foi completado em 1863, depois de sua morte. Sua filha, então com 37 anos, recebeu a parte de sua mãe.²⁸¹ Depois de abandonar o inventário, Quitéria foi com a filha para Salvador. Lá, viveu por mais dez anos, usando o salário de alferes para sobreviver, até que:

No dia vinte e um de agosto de mil oitocentos e cinquenta e três, nesta Freguesia de Santa Ana do Sacramento da Bahia, tendo recebido os socorros espirituais, faleceu de inflamação do fígado, com idade de cincoenta e seis anos, Maria Quitéria de Jesus, que tinha o posto de Alferes, e vencia soldo, a qual, decentemente amortalhada, com enterro acompanhado pelo Pároco de pluvial e sacristão, sepultou-se no cemitério contiguo à Igreja Matriz (...).²⁸²

2.2 O PROCESSO DE ESCOLHA E REMEMORAÇÃO DO MITO DE MARIA QUITÉRIA PELO EXÉRCITO

Como foi relatado no capítulo anterior, o ano de 1953 se apresentou como epicentro da crise vivida pelo segundo governo de Getúlio Vargas. Neste ano, especificamente, temos a demissão de Estillac Leal e a entrada de Ciro do Espírito

²⁸⁰ Inventário dos bens que ficarão por fallecimento de Gonçalo Alves de Almeida. Apud LIMA, João Francisco de. Op. Cit., Pp. 219.

²⁸¹ LIMA, João Francisco de. Op. Cit. Pp. 223.

²⁸² CAMPOS, Joaquim Cajueiro de. **Arquivo da Secretaria do Arcebispo**. Livro de Óbitos da Freguesia de Santana. Bahia. Apud LIMA, João Francisco de. Op. Cit., Pp. 230.

Santo Cardoso na pasta do Ministério da Guerra.²⁸³ Essa troca representou, de forma expressiva, a derrota da corrente nacionalista do Exército, e uma perda pessoal para Vargas, que via seus prestígio e capacidade de governo declinar substancialmente.

É neste contexto que iremos discutir as formas pelas quais o mito de Maria Quitéria foi homenageado em 1953. É importante entender como este momento, inserido no contexto do debate entre nacionalistas e internacionalistas, influenciou as comemorações em nome da heroína da Independência.

2.2.1 AS HOMENAGENS À MARIA QUITÉRIA EM 1953

Em 1953, o Exército brasileiro promoveu uma série de homenagens ao mito de Maria Quitéria. Neste ano completava-se um século de seu falecimento e este percurso de rememoração feito em nome da heroína da Guerra de Independência iniciou-se com Pereira Reis Júnior. É o autor que, no ano de 1953, toma parte no processo de exaltação da figura de Maria Quitéria. Como afirma o Jornal *Correio da Manhã*:

Diante do quadro a óleo, de corpo inteiro, segundo uma gravura da época, o general Ciro Cardoso, dando início a solenidade, pronunciou ligeiras palavras expondo aos presentes o reconhecimento do Exército à figura de Maria Quitéria, passando em seguida a palavra ao **prof. Pereira Reis, a quem se deve a iniciativa das comemorações.**²⁸⁴

É importante explicitar que este trecho de matéria refere-se a uma solenidade em homenagens ao Duque de Caxias. Durante a semana de vinte a vinte e cinco de agosto de 1953, este último, o dia específico em que se completava o centésimo quinquagésimo aniversário de nascimento do Patrono do Exército²⁸⁵, ocorreu várias comemorações na sede do Ministério da Guerra – Palácio que leva o nome de Duque de Caxias –, sendo uma delas, uma homenagem à Maria Quitéria, que em vinte e um de agosto, cujo centenário de falecimento se celebrava. Esta festividade, realizada no dia vinte de agosto:

Foi presidida pelo **Ministro Ciro Cardoso**, achando-se presentes altas autoridades civis e militares, entre as quais **o ministro da Educação, sr. Antônio Balbino, o presidente da Câmara dos Deputados, sr. Nereu Ramos**, Ministro Vaz de Melo, Alencar Araripe, Bocaiuva

²⁸³O Brasil no segundo governo Vargas: Ciro do Espírito Santo Cardoso. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Ciro do Espírito Santo Cardoso](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Ciro%20do%20Espirito%20Santo%20Cardoso)> Acesso em: 28/08/2017.

²⁸⁴*Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20/08/1953. 1º Caderno, p.8. **Grifos do autor.**

²⁸⁵ O aniversário do Duque de Caxias é comemorado até hoje como o “dia do soldado”.

Cunha e Pinto de Lima, **todos do Superior Tribunal Militar, toda a bancada baiana da Câmara dos Deputados**, todos os Generais em serviço nesta Capital, **o presidente da Casa da Bahia, sr. Rômulo de Almeida**, senhoras e senhores jornalistas.²⁸⁶

É importante observar como esta solenidade teve presença de personagens expressivos do meio político brasileiro a época, destacando-se, óbvio, o próprio ministro da Guerra, **Ciro Cardoso**. Ministro esse que:

No ano do centenário do falecimento da valorosa mulher-soldado o então Ministro da Guerra determinou, por intermédio do Aviso N° 408, de 11 de maio de 1953, que em todos os estabelecimentos, repartições e unidades do Exército, fosse inaugurado, no dia 21 de agosto de 1953, o retrato da insigne patriota.²⁸⁷

O papel de Pereira Reis Júnior é importante para entender como o Exército acabou se inserindo nesse processo. A relação do autor com a personagem vem de tempos anteriores à homenagem prestada pelos militares. Em 1949, o Ministério da Educação e Cultura aprovou o livro de Pereira Reis Júnior, datado neste edital de 1947, como uma possibilidade para o uso didático.²⁸⁸ Podemos concluir então que as homenagens, incorporadas pelos militares e pelo próprio Ministério da Educação, que lançou o livro do escritor, com o seu selo, em 1953, em parte são influenciados pela própria visão do autor sobre a personagem.

Além da solenidade, realizada no dia vinte de agosto, um dia antes da data precisa do centenário de morte da heroína, o Clube Militar, palco dos principais embates ideológicos do Exército à época, decidiu por lançar, na sua edição de agosto de sua revista, uma matéria. Assinada pelo Capitão Jonas Neto o artigo contava a história de vida Maria Quitéria, exaltando seu desempenho em batalha.

O Capitão Jonas Neto, possivelmente influenciado pelas características da comemoração em que a homenagem de Maria Quitéria, promoveu uma reflexão sobre como poderia ter sido o encontro de Quitéria e Caxias, já que o ainda soldado e futuro Patrono do Exército, se encontrava nas fileiras dos combatentes da Guerra de Independência que assistiu a consagração da heroína pelas mãos do próprio Imperador, Dom Pedro I.

²⁸⁶ Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 20/08/1953. 1º Caderno, Pp.8. Grifos do autor.

²⁸⁷ Site Oficial do Exército Brasileiro. *Patronos – Maria Quitéria*. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/maria-quitiera-quadro-complementar-de-oficiais>>. Acessado em 09/11/2013.

²⁸⁸ Diário Oficial da União. Ver em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2378174/pg-37-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-04-1949?ref=next_button>. Acesso em 23/02/2018.

Alguns meses antes da festividade, o Presidente Getúlio Vargas, pelo decreto número 32.999 de dez de junho de 1953 decidiu que:

Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros) para o levantamento, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, de um monumento comemorativo do primeiro centenário da morte da heroína brasileira Maria Quitéria de Jesus.²⁸⁹

Já em princípios de 1954 (Decreto Nº 35.005, de 4 de fevereiro de 1954), o Exército decidiu criar a comenda Maria Quitéria, uma medalha dada a valorosos soldados “mandada cunhar pelo Ministério da Guerra por ocasião do Primeiro Centenário da morte da heroína brasileira da Independência, Cadete Maria Quitéria de Jesus”.²⁹⁰

O que podemos compreender é que o ano de 1953, e até mesmo o início de 1954, se mostrou um período de grande destaque em cima da figura de Maria Quitéria. Por mais que o Exército não tenha tido a iniciativa, como fica nítido em relação à questão da solenidade, o fato desta instituição agregar, incentivar e mesmo patrocinar tal festividade, não deve ser entendido como algo aleatório, muito pelo contrário.

A ideia que permeia todo este trabalho busca estabelecer que as comemorações feitas em homenagem a Maria Quitéria no ano de 1953 são um processo de reafirmação da instituição frente às disputas políticas e ideológicas do segundo governo Vargas, como apresentado no capítulo anterior e, por outro lado, da tentativa de reaproximação de Vargas com militares.

2.2.2 O PROCESSO DE MITIFICAÇÃO

Ao desenvolver a narrativa respeito da personagem Maria Quitéria, consagrando-a em vários momentos ao longo da história, retomando seus feitos, o Exército transformou Maria Quitéria em um mito. Um mito que foi criado como forma de tentar promover a união entre civis e militares – num momento de crise e disputas, ou seja, a falta de unidade tão defendida pelo espírito militar – e desenvolver valores, como o nacionalismo e o patriotismo, que deveriam ser estendidos às tropas e aos civis.

²⁸⁹Decreto Nº 32.999, de 10 de Junho de 1953. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-32999-10-junho-1953-337653-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 12/03/2018.

²⁹⁰Decreto Nº 35.005, de 4 de fevereiro de 1954. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35005-4-fevereiro-1954-332075-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 23/02/2018.

É imprescindível aqui determinar que o processo de mitificação deve ser compreendido por aquele que “designa, [...] uma ‘história verdadeira’ e, ademais, extremamente preciosa por seu caráter sagrado, exemplar e significativo”.²⁹¹

Para que esta ideia seja apreendida, é importante destacar que comemorações e rememorações são importantes para que, a partir da visão de uma data ou personagem do passado, possa se desenvolver ideias do presente. O que queremos aqui demonstrar é que, a partir do processo de construção da homenagem a tal personagem, este “constrói-se a si próprio e constrói a sua época, tanto quanto é construído por ela. E essa construção é feita de acasos, de hesitações, de escolhas”.²⁹²

Por esse motivo, a todo o momento, devemos conectar os fatos relacionados a Quitéria com o contexto em que eles foram introduzidos, e os seus respectivos objetivos. Os fatos atribuídos a ela têm a função, não só de valorizar sua questão heroica, como exaltar ideias ligadas ao presente. Logo, quando os biógrafos enaltecem seu caráter patriótico, o amor à Nação contempla o efeito de engrandecer sua imagem, assim como de ressaltar um ideal que a instituição preconizava na década de 1950.

Dois exemplos do que estamos querendo aqui expor encontram-se no contexto do centenário da Independência, em 1922, e do sesquicentenário, em 1972, vivido em plena Ditadura Militar. São momentos onde foi construída uma história em favor de um determinado projeto político. Além da exemplificação, a escolha destes dois casos foi feita também pelo fato do nome de Quitéria ter sido lembrado em ambas as comemorações.

Em 1922, o Brasil completava seu primeiro século de Independência do domínio Português. A República, ainda muito recente (1889), não apresentava a estabilidade buscada pelos brasileiros com a mudança do sistema política no final do século XIX. A Primeira República não conseguiu construir uma identidade brasileira em seu breve período de tempo. Como afirma Marly Silva da Motta, “o início da década de 1920 foi fértil em balanços e avaliações dos cem anos da nação independente”.²⁹³ Para a autora “frente ao desafio do momento histórico – a comemoração do Centenário da

²⁹¹ ELÍADE, Mircea. Op. Cit.. Pp. 6.

²⁹² LE GOFF, Jacques. São Luís. Op. Cit. Pp.23.

²⁹³ MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos**: a questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992. Pp.18.

Independência – formou-se a geração intelectual dos 20, comprometida com a tarefa de criar a nação, forjar identidade nacional e construir o Brasil moderno”.²⁹⁴

Por isso, “este evento obrigava a sociedade brasileira, através de seus intelectuais, políticos e líderes, a se pensar novamente”.²⁹⁵ Ocorreu, a partir desse momento, uma disputa entre os intelectuais da época sobre a memória nacional: entender o que era país. Marilly Silva da Motta mostra, por exemplo, que “a muitos ocorria que era hora de afastar das letras a influência portuguesa e de romper com as formas tradicionais de expressão na gramática herdada dos descobridores”.²⁹⁶

Na visão da autora, 1922 se apresentou como um:

Ano-chave para o acirramento dessa descrença: de um lado, a comemoração do Centenário, forçando uma reflexão sobre o país, em especial, um balanço das realizações republicanas; de outro, a crise política representada por uma campanha presidencial particularmente tensa, coroada por um movimento de rebelião militar²⁹⁷ na própria capital federal.²⁹⁸

Era um período de grandes desafios para essa intelectualidade. Eles precisavam enfrentar a dicotomia da compreensão da sociedade com o objetivo de encontrar a “verdadeira” República junto à nostalgia que o povo ainda possuía pelo regime anterior.²⁹⁹

Dentro desse contexto, várias mudanças ocorreram, principalmente na capital federal. Algumas ruas de bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro foram renomeadas com nomes de heróis da Guerra de Independência, inclusive, Maria Quitéria. A heroína do Exército é retomada justamente no centenário da guerra em que ela se tornou famosa.

Quitéria é rememorada a partir de uma valoração atributiva pelos intelectuais: brasileira; lutou contra o domínio português; baiana e sertaneja. Sua história, assim como de seus conterrâneos heróis da Independência, apresentava o estereótipo do

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Idem. Pp. 19.

²⁹⁷ Movimento Tenentista. Ver: LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Vol. I. Civilização Brasileira, 2003; FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo, Exército e Sociedade. In: __. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930**. Forense Universitária, Rio de Janeiro.

²⁹⁸ MOTTA, Mary Silva da. Op. Cit. Pp. 24.

²⁹⁹ Idem.

brasileiro que os intelectuais desejavam e queriam defender. Representavam essa perfeita mistura entre o simbolismo que a república almejava com ares de nostalgia Imperial.

Já nos anos 1970, em pleno governo ditatorial militar, presidido por Emílio Garrastazu Médici, o Brasil comemorava o centésimo quinquagésimo aniversário de Independência em meio à conjuntura política do *milagre econômico*.³⁰⁰ O discurso para o ano de 1972 era extremamente otimista: finalmente, “o eterno país do futuro se transformou afinal no país do presente”.³⁰¹

Baseado nesse cenário, todas as comemorações do aniversário de número 150 da Independência brasileira fizeram com que esse período fosse visto como um futuro utópico finalmente se aproximando de uma concretude. Uma comissão especial unindo civis e militares foi criada durante esse período objetivando, exatamente, essas comemorações.³⁰²

Como nos apresenta Janaína Martins Cordeiro:

Desde janeiro de 1972 viva-se no país a expectativa do início das comemorações: datas como a abertura dos portos em 1808 ou o Dia do Fico, em novo de janeiro de 1822, foram celebradas. Heróis de batalhas regionais foram rememorados: por exemplo, Joana Angélica e o 02 de julho na Bahia (...). Mas foi em 21 de abril, dia de Tiradentes, que as festas começaram oficialmente, para somente, serem encerradas no dia 7 de setembro. A ideia era iniciar as comemorações com o chamado “Encontro cívico Nacional”, evento que deveria acontecer em todas as cidades do país.³⁰³

Entre as várias festividades promovidas, o maior destaque que podemos apresentar perpassa o traslado dos despojos mortais de D. Pedro I e da Imperatriz Leopoldina que, de abril de 1972 até o dia 7 de setembro (data da comemoração nacional de Independência), vindos diretamente de Portugal, peregrinou por toda Nação.

Esse ano de celebrações, principalmente entre os meses de abril e setembro, pode ser caracterizado como os festejos da história da pátria e, por consequência, uma

³⁰⁰O “milagre econômico” foi a denominação dada ao período de grande crescimento econômico vivido durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil, durante o período de 1967 e 1973. Ver: Milagre Econômico Brasileiro. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>>. Acesso em 14/02/2018.

³⁰¹ MÉDICI, 1972. Apud. CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Pp. 9.

³⁰² Idem. Pp.10-11.

³⁰³ Idem. Pp. 11-12.

perpetuação do regime militar. Nesse momento, estava-se vivendo um auge político e econômico. Janaína Martins Cordeiro também nos mostra que:

A festa, no entanto, incluiu outros eventos: livros editados e reeditados; congressos realizados; escolas e universidades mobilizadas; músicas compostas especialmente para a ocasião; competições esportivas organizadas por todo o país, premiando os vencedores com o “Troféu Sesquicentenário”.³⁰⁴

Em suma, o ano de 1972 apresentou-se um momento de intensas comemorações e festas que evocavam valores, tradições e os heróis patrióticos, ao mesmo tempo em que demonstrava orgulho ao comemorar os feitos do presente.³⁰⁵

É um momento que se apresenta como o auge da nação brasileira, esse futuro utópico que parecia nunca chegar, em que a heroína do Exército é lembrada como umas das figuras que representam o Estado frente à população. É a partir desse processo de comemorações que, ao longo desta década, o livro *A Incrível Maria Quitéria* de João Francisco de Lima foi produzido (1977)³⁰⁶, (re)criando a mitificação da heroína que, entre outras consequências, faz com que seu nome seja retomado como um símbolo de luta contra a injustiça, como no caso em que ela teve seu nome dado a um folhetim usado pelo *Movimento Feminino pela Anistia*, um grupo de mulheres que lutava contra a Ditadura Civil-Militar.³⁰⁷

Esses dois casos mostram exatamente como a construção da história de um personagem encontra-se conectado com o contexto em que o mesmo vive. Sua história é contada de forma que sirva a interesse de grupos com um objetivo evidente. Nossa proposta é mostrar exatamente que a valorização da figura de Maria Quitéria, no ano de 1953, não foge a esta tipologia.

Como estabelecemos no capítulo anterior, a disputa entre nacionalistas e a chamada “cruzada democrática” foi bastante tensa. O ano de 1953 se mostrou, inclusive, uma vitória para a ala internacionalista do Exército brasileiro, culminando na saída de Estillac Leal do Ministério da Guerra e pela sua derrota na tentativa de se reeleger no Clube Militar.

³⁰⁴ Idem. Pp. 13.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ LIMA, João Francisco de. **A incrível Maria Quitéria**. São Paulo: Nova Época, 1977.

³⁰⁷ CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria – Uma ruptura pela anistia**. ANPUH, 2007, RS.

Esse período de disputas políticas evidenciava a insatisfação da ala mais conservadora do Exército tanto com Estillac Leal, quanto Getúlio Vargas. Os militares nacionalistas também mostravam descontentamento devido a não implementação na totalidade das ideias que defendiam.³⁰⁸ Como afirma André Moysés Gaio:

A corrente nacionalista criticou Estillac Leal desde o início de sua gestão, atacando-o por suas atitudes consideradas dúbias em face das ideias contidas na campanha da eleição do Clube Militar.³⁰⁹

É importante lembrar que esta disputa entre nacionalistas e internacionalistas encontra-se envolvido no cerne da questão do ideal do nacionalismo que discutimos no capítulo anterior. O debate tinha em seu centro a questão da soberania. O desenvolvimento nacional estava intimamente ligado, não só com as ideológicas de cada grupo, como também em suas ações. E a decisão de homenagear Quitéria não foge deste panorama.

Logo, se o ano de 1953 se apresenta como um importante marco na construção do Exército como ator político, a homenagem à Maria Quitéria precisa ser entendido como uma ação relacionada a isso. Em um momento de disputas políticas internas, uma cerimônia como esta, tendo a presença de civis e militares de alta patente do Exército, teve o poder de obter, mesmo que momentaneamente, a união entre vários grupos em oposição.

União essa que era tudo o que o Vargas procurava obter, em busca de uma maior estabilidade do seu governo, tentando restabelecer os laços com o Exército, que um dia foram seu principal aliado. É preciso lembrar que a saída de Estillac Leal e a crítica da ala nacionalista sobre a forma como Vargas conduzia a política brasileira se deu exatamente por sua tentativa de alinhar as demandas de ambos os grupos, o que na verdade, só acarretou em um maior desgaste de seu governo.

Se o nacionalismo era o cerne da questão, a valorização de uma heroína da Independência não pode ser vista sem que coloquemos este fator na equação. (Re)contar a história enaltecendo o amor à Nação que Quitéria possuiu ao se voluntariar na Guerra está totalmente relacionado a um debate muito maior, que envolvia, como vimos anteriormente, os rumos que a Nação deveria tomar.

³⁰⁸ CARVALHO, José. Op. Cit.

³⁰⁹ GAYO, André Moysés. Op. Cit. Pp.46.

Mais do que isso: Maria Quitéria poderia ser a representação que os nacionalistas pretendiam difundir, porém, seu papel heroico não poderia ser ignorado pelos internacionalistas. Logo, homenagear a heroína da Independência era encontrar um exemplo que conseguisse abarcar interesses tanto internamente quanto externamente.

Isso fica evidente quando retornamos aos trabalhos de Pereira Reis Júnior e do Capitão Jonas Neto. Quando analisamos ambos os textos, vemos como esse patriotismo é todo tempo citado. Mais do que isso, como é valorizado. Se enxergarmos a descrição da cena em que Quitéria decide se alistar, Pereira Reis Júnior afirma que a irmã dela também teria se alistado, se já não estivesse esperando um filho. Ou seja, a valorização da luta pela libertação nacional é posto como lógica a ser seguida na história.

Nossa proposta é demonstrar que ao ser constantemente elogiada, seja por sua habilidade com armas ou pela sua destreza em capturar inimigos, existe uma lógica na história que esses autores contam que nos remete a valores tradicionais em busca da reafirmação de ideais do presente, num processo retro alimentador. Logo, o mito de Quitéria conjuga valores em sua história, a medida que a narrativa produzida pelo Exército nessa época buscava torná-la símbolo desse projeto.

2.3 O PAPEL DO IMAGINÁRIO SOCIAL DE MARIA QUITÉRIA

Na nossa compreensão, a história de Maria Quitéria tem por objetivo demarcar ideias e valores no presente a partir da narrativa heroica do seu passado. Para o Exército, fazia-se necessário que essa figura causasse impacto tanto na tropa, representando ideias que eles deviam seguir, como também representasse esses valores para a sociedade civil e para o Estado. A história da personagem devia obedecer a noção tríplice do qual falamos no capítulo anterior: os interesses do Estado, da sociedade e o próprio Exército deveriam se sentir contemplados nesse processo.

De forma concisa, o mito/herói devia ser o representante e divulgador dos valores que a instituição, neste caso, o Exército brasileiro, procurava difundir a todos que o cercavam. Esta etapa do trabalho buscará explicar como o desenvolvimento da história de Quitéria encontrou elementos que evidenciavam a sua relação com o cenário em que ela foi construída.

Contudo, para que tal ideia seja entendida na plenitude, é importante estabelecer como o imaginário social e a memória possuem importantes atributos que fundamentam este tipo de análise. São a partir dessas características que poderemos analisar o discurso que o Exército elaborou sobre Maria Quitéria, para que possamos entender quais os valores e anseios que a instituição buscou transparecer.

2.3.1 A FUNÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL

O culto aos heróis, que envolvido nesse objetivo, se mostra de extrema importância para instituições em geral. Como mostra José Murilo de Carvalho:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos.³¹⁰

Contudo, um herói não é simplesmente declarado. Para que um personagem seja alçado a tal categoria necessita não só de uma história que justifique a elevação de determinado personagem a essa colocação, como também precisa ser identificado com os vários grupos – que possuem ideias completamente diferentes, algumas vezes até mesmo opostas – e suas ideologias. Precisa, finalmente, ter uma narrativa que se adeque ao contexto em que o mesmo está construído. Como afirma o autor:

Heróis que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado.³¹¹

As atribuições à Quitéria transcendem a imagem de um soldado. Ela vai sendo concebida por Pereira Reis Júnior e pelo Capitão Jonas Neto (um discurso aderido pelo Exército), em 1953, como uma heroína. Joseph Campbell em sua obra *O Herói de Mil Faces*³¹² disserta que “toda a vida do herói é apresentada como uma grandiosa sucessão de prodígios, da qual a grande aventura central é o ponto culminante”.³¹³ O que os biógrafos fazem ao relatar todas as façanhas de Quitéria é justamente essa. Ademais, destacam principalmente as dificuldades que ela passou, transformando seus feitos ainda mais dignos.

³¹⁰ CARVALHO, José Murilo de. “A formação das almas: o imaginário da República no Brasil”. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Pp. 55.

³¹¹ Idem.

³¹² CAMPBELL, Joseph. Op. Cit.

³¹³ Idem.

Esses feitos são melhores compreendidos quando entendemos como estas representações, de mitos e heróis, se entrelaçam com o imaginário social de um grupo, ou, no nosso caso, de uma instituição. Dizemos por imaginário social aquilo que compreendemos por um “elemento importante de um dispositivo simbólico, através do qual um certo movimento de massas procura dar-se a si próprio identidade e coerência, permitindo reconhecer e designar as suas recusas bem como as suas expectativas”.³¹⁴

Um exemplo do que estamos descrevendo se passou no período da proclamação da República no Brasil. Em seu livro *A Formação das Almas*³¹⁵, José Murilo de Carvalho analisa o problema que se criou durante esse acontecimento: a falta de um personagem que pudesse personificar as ideias e os valores que o regime republicano buscava transparecer para estabelecer o elo com a sociedade brasileira.

Ao decretar o fim do Império, necessitava-se de uma figura heroica que trouxesse estabilidade e legitimidade ao regime que estava para ser implantado. Inúmeras figuras, como Marechal Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e outros personagens envolvidos na ação de 1889 não possuíam o caráter condizente com as necessidades que a proclamação necessitava para sua consolidação. Foi, na verdade, na ressignificação da figura de Tiradentes que se conseguiu um mártir para a República.³¹⁶

É preciso lembrar que Tiradentes morreu pelas mãos do Império português no final do século XVIII por ter sido identificado como um dos líderes da Conjuração Mineira em 1789.³¹⁷ Ou seja, a figura de Tiradentes, mesmo que identificado pela luta da libertação da colônia frente a Portugal, não participou nem mesmo do movimento de Independência brasileira, na terceira década do século XIX. Todavia, a reconstrução da sua história, ligada historicamente e visualmente a figura do Messias, cambiou de um criminoso do Império para herói da República.

Obviamente, essa conexão não é feita de forma simplória, mas como afirma José Murilo de Carvalho:

A formação do mito pode dar-se contra a evidência documental; o

³¹⁴ BACZO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Anthropos-Homem, vol.5 Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. Pp. 296.

³¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Ver: MAXWELL, Kenneth. “Conjuração mineira: novos aspectos”. Estudos Avançados, vl. 3, nº. 6, págs. 04-24, 1989.

imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não se enquadram necessariamente na retórica da narrativa histórica.³¹⁸

Em outras palavras, mesmo que Tiradentes não tenha participado do processo de Independência brasileira, a sua construção ao longo do XIX como um herói, antes mesmo de concretizada a Proclamação da República, tornou viável o culto a Tiradentes, e sua imagem como simbologia do novo modelo de governo que começava a ser implantado no Brasil, ainda em busca de legitimidade e apoio da sociedade como um todo.

A partir desse exemplo de Tiradentes, podemos ver como que “a função do símbolo não é apenas instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos”.³¹⁹ Nas palavras de Baczo:

O imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo em que constitui um apelo à ação, um apelo a compor-se-á de determinada maneira. Esquema de interpretação, mas também de valorização, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum”.³²⁰

Entretanto, outras características que ficam evidentes no exemplo da análise de José Murilo sobre a escolha de Tiradentes é a forma como o mito é construído a fim de se adequar as ideias daqueles que pretendem exercer o poder. Já estabelecemos aqui que “Uma das funções dos imaginários sociais consiste na organização e no controle do tempo coletivo no plano simbólico. Esses imaginários intervêm ativamente na memória coletiva”.³²¹ Como Sandra Pesavento nos mostra:

É importante que se tenha em vista que intervêm no processo de formação do imaginário coletivo manifestações e interesses precisos. Não se pode esquecer que o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema.³²²

³¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. Pp. 58.

³¹⁹BACZO, Bronislaw. Op. Cit. 311.

³²⁰ Idem. Pp. 311.

³²¹ Idem. p. 312.

³²² PESAVENTO, Sandra. Op. Cit. Pp. 15.

Enfim, queremos demonstrar que um herói ou mito não pode ser criado do nada, ou seja, ele precisa de um terreno fértil para que tenha o sucesso pretendido. Parte desse sucesso passa pela possibilidade de se adequar a narrativa do personagem em destaque em relação à ideologia dominante, ou seja, daqueles que exercem o poder buscam.

Quando falamos da consagração de Tiradentes, estamos utilizando um exemplo que abarca a sociedade brasileira como um todo. Contudo, a mitificação de um herói pode ter suas funções também em grupos ou instituições de menor escala, como no caso do próprio Exército. Nossa proposta, em todo texto, é salientar que o ato de consagrar Maria Quitéria encarna exatamente os valores que os militares buscavam difundir na época.

Essa proposta é baseada em uma ação de objeto comum, que se deu já durante o século XX, quando o Exército transformou o Duque de Caxias em Patrono do Exército brasileiro. Até a década de 1920, apesar de não ser algo oficialmente estabelecido, Marechal Manuel Luís Osório³²³ era cultuado como Patrono do Exército, sendo, o Dia do Exército, comemorado no dia da Batalha de Tuiuti, famosa pela participação de Osório.³²⁴ Mesmo que sua consagração só tenha ocorrido na década de 1960, a transformação de Caxias em Patrono do Exército brasileiro iniciou-se no momento de reconstrução nacional vivida durante os anos 1920, mas, principalmente, durante a Era Vargas.³²⁵

É preciso aqui voltarmos ao capítulo anterior e lembrar da construção que o Exército viveu ao longo da década que precedeu a Revolução de 1930. Mais especificamente ligado à vida militar, o Exército precisou enfrentar os levantes

³²³ Manoel Luís Osório (1808-1879) nasceu em 10 de maio de 1808, na antiga Vila de Santo Antônio do Arroio, hoje Município de Osório, no Rio Grande do Sul. De soldado a marechal fez-se presente em todas as campanhas travadas pela manutenção e configuração de nossas fronteiras sul e oeste, desde a Independência até a Guerra da Tríplice Aliança. Foram ao todo nove campanhas, sendo na Batalha de Tuiuti, em maio de 1866, o ápice da sua trajetória. Osório revelou-se, no campo de batalha, talhado para o comando, um chefe que fascinava seus subordinados e que, pelo exemplo, empolgava e arrastava como nenhum outro jamais conseguiu em tão alto grau. Condutor de homens por excelência e habilíssimo em proveitar as propriedades do terreno, foi escolhido como Patrono da Arma de Cavalaria, por encarnar em vida os ideais de coragem, arrojo e habilidade no combate, inserindo-se, assim, na História do Brasil, como um de seus personagens mais significativos na galeria dos imortais heróis do nosso país. Fonte: <<http://www.esa.ensino.eb.br/cursos/cavalaria/patrono.asp>>. Acesso em 12/05/2015.

³²⁴ Uma das mais importantes batalhas da Guerra do Paraguai (1864-1870). Ver: IZECKSOHN, Vitor. *A Guerra do Paraguai*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial**. Volume I – 1808-1831 Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

³²⁵ Período de 1930 a 1945 governado por Getúlio Vargas. Ver: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. Vol. II – O tempo do nacional-estatismo. Civilização Brasileira, 2003.

relacionados ao Movimento Tenentista.³²⁶ Por isso mesmo, “é interessante observar que a oficialização do ‘culto a Caxias’ se dá em 1923, ano seguinte à revolta de 05 de julho de 1922³²⁷, que inaugurou o ‘ciclo tenentista’ – nos anos seguintes, o Brasil viveria seguidas rebeliões militares”.³²⁸

A ideia era buscar o sentimento de unidade e coesão, tão defendido e implementado por Góes Monteiro ao longo da Era Vargas. Celso Castro discorre que “a integridade institucional do Exército foi, portanto, durante todo esse período, uma questão em aberto; solucioná-la, tornou-se o objetivo principal de diferentes atores individuais e coletivos”.³²⁹

A questão da reconstrução se deu numa escala tão elevada que, como demonstra o próprio Celso Castro:

O termo ‘Patrono’ não existia, até então, na tradição militar brasileira. A inspiração francesa para essa nova “tradição” encontrou, no entanto, terreno propício para vingar devido à admiração que então se tinha pela cultura militar francesa, vitoriosa na Primeira Guerra Mundial.³³⁰

Para o autor, o culto a uma figura histórica, ou seja, tornar Caxias o Patrono do Exército, possuía papel preponderante nesse processo de institucionalização do Exército brasileiro. Para ele “mais do que a ‘reorganização’ de uma instituição fragmentada após décadas de clivagens organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a invenção do Exército como uma instituição nacional”.³³¹

Nesse contexto, é possível dizer que:

Até 1930, o objetivo a ser alcançado, no plano simbólico, era a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército, despedaçada, nos anos 20, por

³²⁶ Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Civilização Brasileira, 2ª Edição., Rio de Janeiro, 1968. Págs. 198-214; LANNA Jr, Mário Cleber Martins. “Tenentismo e crise políticas na Primeira República”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Maria Lúcia. (orgs.). **O Brasil Republicano**. RJ: Civilização Brasileira, 2007. VI. 1; FORJAZ, Maria Cecília Spina. “Tenentismo, Exército e Sociedade”. In: __. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930**. Forense Universitária, Rio de Janeiro.

³²⁷ LANNA Jr, Mário Cleber Martins. Tenentismo e crise políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Maria Lúcia. (orgs.). **O Brasil Republicano**. RJ: Civilização Brasileira, 2007. Vol.1.

³²⁸ CASTRO, Celso. **Entre Caxias e Osório: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro** Estudos históricos. Vol. 25, 2000. Pp. 107.

³²⁹ Idem. Pp. 104.

³³⁰ Idem. Pp. 106.

³³¹ Idem. Pp. 104.

diversas revoltas internas e clivagens políticas.³³²

Assim, “o conteúdo das mensagens transmitidas pelos chefes militares em relação a Caxias e ao Dia do Soldado teria o objetivo de funcionar, simbolicamente, como um ‘antídoto’ contra a indisciplina militar”.³³³ Portanto, podemos afirmar que o ideal político do Estado Novo, ao qual o Exército foi protagonista, tudo teve a ver com o projeto militar ao qual Caxias tornou-se símbolo.³³⁴

Celso Castro mostra a relação da construção de Caxias com o modelo de projeto político proposto a partir da década de 1930, ao afirmar que:

O conteúdo veiculado nas comemorações do Dia do Soldado na década de 1930 destaca duas características centrais diretamente relacionadas à autoridade de Caxias: sua atuação como ‘pacificador’ e como mantenedor da unidade do Brasil.³³⁵

As características ligadas a Caxias eram, de fato, conectadas a esse projeto político autoritário que se torna vencedor com Vargas. Para o autor, a exaltação das qualidades militares, internalizadas na narrativa sobre Caxias, eram imperativas no processo de luta contra a ação subversiva dos agitadores contrários ao Regime. Podemos assim estabelecer, de fato, que Caxias é tão construído, quanto é construtor deste regime. Sua história é construída por valores e perpassada com a intenção de ratifica estes mesmos atributos.

Portanto, a mudança de Osório para Caxias não foi feita meramente ao acaso. A transformação e a construção de Caxias como Patrono do Exército brasileiro estão inseridas numa necessidade específica de um projeto político da época. Osório, venerado dentro das fileiras militares, não possuía as características requeridas para ser o exemplo de um modelo de uma política conservadora e autoritária, como pretendido pelo Exército.

Para isso, foi necessário também, fazer culto sistematicamente a figura de Caxias para que sua imagem fosse compreendida pelos militares, no quesito interno, e para que a sociedade pudesse ver o seu exemplo como líder do Exército e aceitá-lo como uma verdadeira liderança militar.

³³² Idem.

³³³ Idem. Pp. 108.

³³⁴ Idem.

³³⁵ Idem. Op. cit. Pp. 111.

O que queremos estabelecer é que a figura de Quitéria possuiu o mesmo objetivo ao ser consagrada em 1953. Se Caxias era a representação de um ideal que o Exército procurava transparecer, Quitéria não foge desta missão. Pelo contrário. Suas comparações a Caxias, como vimos no texto do Capitão Jonas Neto, também não devem ser entendidas como aleatórias. A partir da heroína da Guerra de Independência, assim como de Caxias, era desenvolvida a base de atributos que, a partir desta história, o Exército procurava transparecer para o público, tanto interno, quanto externo.

Se Tiradentes era um símbolo que exprimia em sua história um símbolo para o regime, enquanto Caxias era um personagem que representava o conservadorismo dos ideais militar, Maria Quitéria era, no contexto do debate nacionalista, a representação da heroína patriota. Patriotismo esse evidenciado a todo tempo pelos biógrafos em suas ações e escolhas. Entrar nas fileiras militares contrariando o pai, a destreza e a vontade em luta, as inúmeras vezes em que foi elogiada nas ordens do dia, entre outros fatores.

Se era relevante construir a ideia da instituição devota à Nação, é na história de Maria Quitéria que o Exército tornou-se bem sucedido. Uma mulher, que foge do seu espaço comum para defender a Nação frente a invasões estrangeiras. Esse embate nada mais é do que a representação da disputa entre os nacionalistas, que defendiam a ideia de que os internacionalistas queriam entregar a soberania nacional (e por isso chamados de “entreguistas”), enquanto que os próprios internacionalistas acreditavam que eram os nacionalistas que lutavam contra a Nação por não aceitar o investimento do capital externo, que em sua visão, era fundamental para o desenvolvimento nacional.

Portanto, independente de nomes ou nomenclaturas, o Exército, como instituição, de forma unitária, promoveu a homenagem a Quitéria em busca, independente da sua ideologia, de desenvolver a história de uma heroína que permitisse transparecer essa imagem patriótica da instituição. Tudo isso com o apoio de Vargas na tentativa de se reaproximar dos militares. Tentativa que não obteve êxito visto a crise de agosto de 1954 que culminou em seu suicídio.

2.3.2 MARIA QUITÉRIA: UMA HEROÍNA CONCILIADORA

Um fator importante que precisamos também explorar para entendermos como se dá o processo de construção desse imaginário, passa pela articulação bem feita da construção de memória. A memória que, como vemos, é seletiva, e por vezes,

“manipulada” a partir dos objetivos propostos. Se voltarmos ao exemplo anterior, é a partir dessas “escolhas” e atribuições narrativas que Tiradentes passa de criminoso para mártir.

É também por esse processo que a narrativa a respeito da personagem Maria Quitéria passou. A tentativa de se dar uma coerência a história de Quitéria culmina no realce a fatos que, nitidamente, auto justificam o seu caráter heroico. O que estamos querendo demonstrar é que os pontos de destaque na história de Maria Quitéria são construídos exatamente a partir da lógica em que sua história procura se inserir. Portanto, os “acontecimentos vividos” de Maria Quitéria são estruturados de forma que seu heroísmo em batalha, e sua própria homenagem em 1953 sejam interligados.

Portanto, quando afirmamos que sua história influencia ao mesmo tempo em que é influenciada pelo contexto em que foi (re)construída, estamos afirmando que a escolha dos acontecimentos de sua narrativa estão totalmente conectadas. Esse elo é feito de forma retro alimentadora. Ou seja, ao escolher Maria Quitéria, o Exército analisa essa personagem através de um determinado conjunto de valores cujo ele quer resplandecer para seus comandados e para a sociedade.

O que estamos aqui afirmando é que era intenção do Exército que todo aquele que entendesse a história de Maria Quitéria pudesse se inspirar nos valores que a mesma possuiu em sua vida, ideias relacionadas com as diretrizes militares. Portanto, ao mesmo tempo em que a personagem reafirma essas ideias, ela é construída baseada nela. Logo, as escolhas dos momentos que se sobressaem em sua narrativa, acontecem exatamente para que esse processo seja possível.

O contexto do nacionalismo pode ser o ponto central para entendermos o papel de Maria Quitéria. Contudo, a história desenvolvida por Pereira Reis Júnior e agregada pelos militares nos apresenta uma heroína que desenvolve inúmeros valores que o Exército preconiza.

Durante a narrativa da heroína, por exemplo, é enfatizada a questão do batismo de Quitéria. A religiosidade como um todo, e mais ainda o catolicismo, possui um elo muito forte com a carreira militar.³³⁶ Muito do que se refere ao imaginário militar,

³³⁶A relação do Exército com o catolicismo é notório. De uma forma geral, todas as repartições militar, armas e grupos dentro da instituição estão ligadas a isso. O noticiário do Exército de 1996, que apresenta

principalmente no que concerne aos seus deveres e objetivos como um combatente militar, tem uma estreita relação com a fé e a crença. Logo, podemos entender que afirmar o batismo de Quitéria é apresentar uma personagem que desde a infância se colocava dentro das diretrizes prescritas pelos militares.

O próprio casamento entre Maria Quitéria e Gabriel Pereira de Brito retoma essa ideia da proximidade do meio militar com o catolicismo. O casamento ocorreu perante a um capelão que foi abençoado pela Igreja inserido em um ambiente de Guerra. Além de retomar a questão da proximidade entre o Exército e o catolicismo, o fato da missa ser realizado dentro das fileiras, com a benção de um capelão militar, demonstram a aprovação deste casamento pelos militares.

Essa é o tipo de análise que Bourdieu alerta sobre todo pesquisador: a ilusão biográfica. Não podemos ignorar que a biografia é elaborada com o objetivo de ser o mais coerente possível em relação aos feitos de vida da personagem quase que naturalmente. Neste caso específico, destacar o batismo – em um primeiro momento – e o casamento dentro do Exército representam como Maria Quitéria enquadra-se nas Forças Armadas brasileira exatamente por difundir suas ideias .

Mais do que isso. A história de Quitéria funciona como uma ideologia retro alimentadora. A narrativa que o Exército produz desenvolve características que qualificam sua heroína para esse posto, ao mesmo tempo em que, a partir de seus atributos, desenvolvem as ideias em que os militares e civis devem se inspirar ao ter a história dela como algo a ser seguido.

Outra questão perpassa o fato de a heroína ser caracterizada como uma pessoa “iletrada”. Enxergamos características que retomam a ideia do “verdadeiro brasileiro”, que reside no interior do Brasil, enfrenta dificuldades e luta contra elas. No caso de Quitéria, as dificuldades na infância desde a morte de sua mãe; o fato teve que cuidar da casa ainda muito jovem; além da difícil relação com uma de suas madrastas.

Os autores apresentam Maria Quitéria como alguém proativa, que aceita e sabe lidar com responsabilidade de cuidar da casa e dos irmãos, sem demonstrar fraquezas frente ao desafio. Essas características não são exclusivas do meio militar, todavia, são

Maria Quitéria como Patrono do Quadro Complementar de Oficiais apresenta, na mesma página, Santo Antônio como padroeiro do QCO. Ver: *Noticiário do Exército*. Nº 9.172, 02/10/1996.

atributos bastante valorizados dentro da instituição. É possível delinear claramente como a história de Quitéria, norteada pelos seus feitos em combate, acaba guiando Pereira Reis Jr e o Capitão Jonas Neto a reafirmarem características que ela teria apresentado desde a infância. Ou seja, os autores acabaram por descrever, paulatinamente, Maria Quitéria como uma personagem predestinada as suas futuras conquistas.³³⁷

A partir do relato dos biógrafos, outro valor muito difundido no meio militar é apresentado: o patriotismo. Ambos os autores demonstram como Quitéria, a contragosto de seu pai, de nacionalidade portuguesa, decide participar da luta em defesa da liberdade de sua Nação. Isto é, eles qualificaram de forma sistemática ao longo de toda a narrativa da vida de Quitéria, algo que enxergavam como um dos problemas sociais do Brasil na década de 1950: a ausência, em grande parte da população, de um amor pela Nação.

A estruturação de uma personagem com fortes sentimentos pela Nação também fica evidente no texto do Capitão José Neto, principalmente quando ele afirma que:

A Bahia estava em polvorosa. O facho patriótico, uma vez aceso, não mais haveria de extinguir-se. Os ânimos exaltados, as esperanças despertadas, todos os corações e todas as energias se empenhavam na libertação da campanha nacional. (...) Eis que uma legítima filha da terra baiana, inflamada de ardor pelo seu berço natal, achou de se alistar também.³³⁸

Interessa ressaltar como que para a construção de um símbolo heroico o sentimento de patriotismo e de defesa da liberdade é apresentado em Quitéria. Novamente, impõe-se à personagem valores do próprio Exército e, mais uma vez, retoma-se a ideia da predestinação. Passagens sobre seus sucessos em batalhas, ou mesmo a afirmação de um “facho patriótico” entre os cidadãos baianos evidenciam a intenção de realçar o patriotismo dos soldados brasileiros, principalmente, na heroína. Tal sentimento que não impede ao fim de sua “obrigação” como soldado, retornar a sua casa e pedir perdão a seu pai. Portanto, após o seu sucesso como combatente, Quitéria

³³⁷ Predestinação aqui relacionada com o que afirma Joseph Campbell em “O herói de Mil Faces”, quando o autor explora essa exata relação entre o personagem que, desde cedo, é contado como se suas ações heroicas fossem definidas desde o seu nascimento. Ver: CAMPBELL, Joseph. **O Herói de mil faces**. Cultrix/Pensamento, São Paulo. 1997.

³³⁸ Idem.

retorna ao seu papel na sociedade, como mulher e filha (futuramente, até mesmo se tornando mãe).

Todavia, talvez um dos pontos mais interessantes seja o fato da narrativa produzida pelas Forças Armadas construir Maria Quitéria como a personificação dessa mistura que caracteriza a fundação brasileira: filha de português, com características indígenas³³⁹ e nascida no interior do Brasil.

Se voltarmos à questão tríplice levantada por Antônio Carlos Peixoto, entendemos a questão que estamos tentando estabelecer. Todas essas características buscam, cada uma à sua forma, estabelecer relações entre Exército, Estado e com a sociedade civil em si. Ao desenvolver valores tradicionais do Exército na narrativa da vida de Quitéria, como a questão patriótica e a pro atividade da heroína ou a relação com a fé, esta instituição buscava apresentar o ideal de um soldado para sua tropa. Apresentar valores que os mesmos preconizavam e esperavam que seus soldados obtivessem.

Contudo, mais relevante para nós seja a forma como Maria Quitéria consegue através da sua história, abarcar os anseios de vários grupos internos do Exército. Se pensarmos na dicotomia existente, os nacionalistas identificam-se com Quitéria pela valorização que sua narrativa traz ao herói que defende sua nação. As próprias características, físicas ou de atitude, reforçam este estereótipo. Uma personagem que, literalmente, encarnava o espírito contra o Imperialismo. Alguém que lutou contra uma Nação dominante em prol da soberania nacional. Entretanto, ela não se mostrava um personagem não identificado pelos internacionalistas.

É importante ressaltar que a Cruzada Democrática, esta que era uma união mais conservadora, caracterizava sua ideologia pelo termo de “nacionalismo saudável”. Portanto, homenagear Maria Quitéria era difundir todos os ideais militares que esse grupo presava sem que a defesa nacionalista os impedisse de compreender a comemoração feita em nome de heroína da Guerra de Independência.

Além disso, e tão importante quanto estes fatos, consagrar Maria Quitéria dentro deste cenário era uma das raras ocasiões que os militares conseguiram promover o ideal

³³⁹ A partir das palavras de Maria Graham é possível considerar Maria Quitéria como parda. Ver: GRAHAM, Maria. *Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823.* Apud LIMA, João Francisco de, Op. Cit.

do Partido Militar, ou seja, uma frente unificada. Apresentavam para o público interno e externo a faceta hierárquica de poder que presava pela coesão. A própria cerimônia é um retrato deste acontecimento.

Não por acaso, a homenagem a Quitéria é feita na presença de civis e militares. Ressaltando o “fazer a política do exército e não no Exército”, instituição homenageava uma personagem que se identificava com a sociedade – uma personagem do interior, não branca –, com o Exército em si e até mesmo com a política que o governo varguista procurava estabelecer.

Em suma, Maria Quitéria representava o papel do mito conciliador. Em meio às disputas políticas, sua consagração conseguia reunir os vários setores a favor e contra o governo, em torno da história de alguém que conseguia estabelecer o elo entre eles. Sua história, a construção de sua memória em 1953 é feita exatamente a partir desses valores. Ele categoriza e é categorizado por eles.

Talvez o melhor exemplo que explore como a memória é (re)utilizada por diferentes grupos, de diferentes formas ao longo de diferentes épocas, seja um dos maiores símbolos nacionais da França que é Joana D’Arc.³⁴⁰ Ela que, também, exprime a relação entre sociedade e símbolo. A heroína francesa, uma mulher, assim como Maria Quitéria, que lutou nas guerras do século XV, ficou esquecida por um período da história, pelo menos até fim do século XVIII, mas seu nome emergiu e sua história foi lembrada no século XIX. Porém, como nos apresenta Flavia Aparecida Amaral, Joana D’Arc não foi destacada como uma heroína por autores em um primeiro momento.³⁴¹

Para a autora, foi no século XIX que surgiram novos olhares para a história da heroína. Em suas palavras “ela deixa de ser lembrada como defensora da Monarquia e começa a ser vista como uma representante do povo que luta contra a tirania absoluta”.³⁴² Logo,

³⁴⁰Joana D’Arc nasceu na França no ano de 1412 e morreu em 1431 durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Foi uma importante personagem da história francesa, quando seu país enfrentou a rival Inglaterra. Foi canonizada em 1920. Ver: <<http://www.sohistoria.com.br/biografias/joanadarc/>>. Acesso em 10/02/2018.

³⁴¹ AMARAL, Flávia Aparecida. **História e Resignificação**: Joana D’Arc e a historiografia francesa da primeira metade do século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de História. São Paulo, 2012.

³⁴² AMARAL, Flávia Aparecida. Op. Cit. Pp. 35-36.

podemos dizer que a Revolução Francesa demonstrou ser um marco importante na valorização da história de Joana D’Arc.

É nesse momento que a memória de Joana D’Arc, antes ligada a Monarquia francesa, passa a ser construída a fim de se adequar as novas ideias que buscavam ser implementadas após a queda da Bastilha e o fim do regime monárquico francês. Logo, a história de Joana D’Arc passa por uma reconstrução de sua narrativa que os usos do passado passam a atender expectativas e legitimar projetos de determinados grupos sociais que foram vitoriosos ao longo do século XIX. E que, na história, conseguiram agregar os valores nostálgicos da Monarquia e os anseios pretendidos pela República.

É inserido nesse contexto de mudanças políticas e sociais, que assim como nos exemplos anteriores, o sucesso desse novo projeto de poder que se buscava implementar na França, que o símbolo se mostrava necessário, a fim de construir um espaço de imaginário social que desenvolvesse no povo francês o ambiente que, em seguida, levasse a estabilidade e o sucesso desse novo regime.

Assim como no caso que explicitamos sobre Tiradentes e também na forma que enxergamos o papel de Maria Quitéria em 1953, Joana D’Arc possui o papel de símbolo agregador. Mesmo que a Revolução Francesa tenha sido conduzida pelos ideais iluministas – que dominaram ideologicamente o processo -, vários grupos com diferentes ideologias participaram do movimento de libertação francesa. Portanto, Joana D’Arc evidencia seu papel de conciliadora entre os vários desejos dos inúmeros grupos que construía este novo país.

É importante destacar que estamos falando sobre grupos, muitas vezes com ideias totalmente opostas e, inclusive, diretamente conflituosas. Contudo, cria-se uma narrativa ao longo de sua história que permite que esses variados grupos possam se enxergar na história de Joana D’Arc. Enaltecendo seus feitos em batalha e valorizando seu aspecto como alguém que lutava pela França acima de tudo, a heroína é estruturada como uma personagem que agrega essas várias demandas sem se contradizer no processo.³⁴³

É exatamente desta questão que estamos trabalhando ao enxergar a história da heroína da Guerra de Independência. Enquanto que a situação política brasileira - e do

³⁴³ AMARAL, Flávia Aparecida. Op. Cit.

próprio Exército - se apresentava como um cenário dicotômico, ou seja, grupos com ideais diametralmente opostos, ambos os lados se enxergavam em Maria Quitéria. Dentro do contexto do Exército, é óbvio que a valorização da personagem é feita pelos preceitos do nacionalismo valorizando o “verdadeiro brasileiro”, que enfrenta dificuldades e que as supera a partir de um amor a Nação. Não obstante, era impossível que os internacionalistas não se identificassem com isso. Por isso, como já explicamos, dos mesmos se considerarem “nacionalistas sadios”, o patriotismo, um ideal da carreira, e não de um grupo, deveria sim ser valorizado pelo Exército como instituição e não somente como valor de um grupo ou de outro.

CONCLUSÃO

Mais do que apresentar a história de Maria Quitéria e sua importante participação na Guerra de Independência, nossa proposta foi a de demonstrar como o Exército conta sua história na década de 1950. Como esta instituição agregou ou construiu uma determinada narrativa, tentando compreender quais eram os preceitos e os objetivos que esta instituição buscava. Ideias essas que não podem ser apreendidas como algo desconectado a sua história. Ao contrário. Como apresentamos, toda a (re)construção da história da heroína de Independência tem de ser assimilada como parte de um projeto político maior.

Passando pela sua infância e seu papel preponderante durante as batalhas vividas na Guerra de Independência, contando mesmo sua vida pós-combatente, o Exército procurou construir a história de um personagem que deveria servir de Exemplo para seus comandados. Todos os valores preconizados pelo Exército são vistos na narrativa de Quitéria, que é caracterizada por tais atributos tanto quanto os define.

Por isso, pontuamos a necessidade de fazer entender como o trabalho com histórias de vida deve ser feito com extrema cautela. Entender os perigos que a biografia possui é fundamental para compreender quais as ideias que estão encarnadas em determinada história. Neste caso, quando vemos determinados fatos, como a habilidade que Quitéria possuía com armas na infância ser citado como um fator preponderante para sua continuidade nas fileiras de batalha, é preciso ter a “ilusão biográfica” como ideia fundamental para compreendemos o trabalho com Biografia.

O que estamos afirmando é que a narrativa biográfica apresenta duas características que se entrelaçam de tal forma, que acabam se tornando um fator só. Ao mesmo tempo em que o narrador busca instintivamente criar uma coesão na história da personagem, os valores que a mesma apresenta não podem ser considerados como algo dado. Pelo contrário. Esses atributos possuem um objetivo claro.

Comportamento este bem visto quando vemos que outras construções biográficas seguem esta mesma estrutura. Como vimos aqui, Tiradentes, Caxias ou mesmo Joana D'Arc apresentam, cada um em seu tempo, espaço e grupos sociais, determinadas ideias em sua história que, ao serem difundidas determinam os valores que seus seguidores devem ter. É, como foi dito, um efeito retroalimentado: Desenvolvem e são desenvolvidos pela mesma ideia.

O que precisamos evidenciar nesse capítulo é qual ideia que Maria Quitéria procura transparecer. Ou melhor, quais ideias. Isso porque, defendemos que a heroína da Guerra de Independência não defende valores de um só grupo, ou mesmo dialoga somente como este. Muito pelo contrário.

É de nosso entendimento que destacar Maria Quitéria deve ser visto por várias ramificações. A primeira delas, e talvez mais clara, seja o impacto que sua história possa causar na tropa. Como demonstra a pesquisadora Cristina Wolff:

Com alguma frequência, conforme as exigências do momento, o fato de uma mulher aventurar-se a portar armas e lutar em uma rebelião não é mal recebido, pelo contrário, é usado como um incentivo aos homens para fazerem o mesmo: se até uma mulher é capaz de tamanha impavidez, como ficam os homens reticentes? (...) a figura de Maria Quitéria foi explorada pelas autoridades como uma maneira de atrair voluntários: uma mulher disposta a morrer pelo Brasil incentiva os “filhos da pátria” a também demonstrar bravura.³⁴⁴

Mais do que desenvolver características como o patriotismo, coragem, destreza em combate, com as armas, Quitéria representa, na visão da autora, um símbolo que causa desconforto para todo aquele soldado que não desenvolve estas características. Ou seja: Quitéria encarna as demandas que as Forças Armadas buscam em suas fileiras.

³⁴⁴ WOLFF, Cristina Scheibe. *Em armas: Amazonas, Soldadas, Sertanejas, Guerrilheiras*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. SP: Contexto, 2012. Pg.425.

Porém, não é somente este o papel atribuído à heroína da Guerra de Independência. Em meio ao cenário político dicotômico vivido no governo Vargas da década de 1950 – ao qual o Exército encontrava-se inserido -, Maria Quitéria também teve sua narrativa influenciada por esse debate acerca do futuro que o Brasil deveria tomar.

O patriotismo destacado ao longo de toda sua narrativa, somada a origem humilde, vinda do interior, uma personagem formada pelas várias origens que geraram o brasileiro (filha de português, parda), representam os valores que devem ser conectados a ala nacionalista, encabeçada pelo próprio Vargas. Apesar dos nacionalistas (de uma forma geral) dentro do Exército não concordarem com a política implementada por Vargas, estas características devem ser compreendidas como as valorizadas por este grupo.

Contudo, não podemos cometer o erro de achar que Maria Quitéria era a representação de um setor, e um símbolo da disputa. Muito pelo contrário. Até mesmo pelo fato dos internacionalistas se entenderem como “nacionalistas sadios”, as ideias difundidas na narrativa de Quitéria não apresentavam um embate para eles. Assim como os nacionalistas, os internacionalistas também se enxergavam na história da heroína. Principalmente pelos valores que a mesma desenvolvia como combatente, também era do interesse dos nacionalistas homenagearem Quitéria no centenário de seu falecimento.

Portanto, entendendo todos os cuidados que se deve ter ao analisar uma biografia, para nós, o papel que a mesma passou a ter no imaginário social, seja dentro das fileiras militares, ou mesmo da sociedade brasileira como um todo, foi a de um mito conciliador. O ideal do Partido Militar, a busca da unidade militar, é a exata pretensão que o desenvolvimento do mito de Maria Quitéria busca.

Esse sentimento de coesão, que acaba ignorado (de forma não proposital) pelo intenso debate entre as duas correntes ao longo de todo governo varguista, é uma das ideias mais fortes que podemos encontrar na narrativa de Quitéria. Sua história não buscava exacerbar essa disputa, e sim, tornar o Exército para aquilo que este foi pretendido: uma unidade.

Logo, podemos concluir demonstrando a importância que a homenagem a Quitéria possui em 1953. Seja pela matéria publicada na Revista do Clube Militar, o

livro ao qual o governo e o Exército enalteceram, uma solenidade em homenagem a heroína da Guerra de Independência ou mesmo pela encomenda de uma medalha em nome de Quitéria, fica evidente que transformá-la em um mito não foi um processo gratuito. Na verdade, demonstrou ser um projeto muito bem elaborado, com objetivos muito claros, e totalmente relacionado com o contexto vivo pelos vários grupos que a transformaram.

CAPÍTULO III –MÃE, FILHA E ESPOSA: QUITÉRIA E SEU PAPEL NA SOCIEDADE

O esforço que desenvolvemos no capítulo anterior buscou demonstrar como o fato de homenagear Maria Quitéria não foi uma ação isolada, pelo contrário, o contexto político e social que o Brasil vivia na década de 1950, sob o segundo governo de Getúlio Vargas e o projeto político do Exército, teve relação com a escolha da personagem.

Partindo desta constatação, nos resta explorar um quesito que se soma a este fato. Enquanto que no segundo capítulo dissertamos sobre como a narrativa heroica, produzida sobre a lenda da soldado da Guerra de Independência, desenvolve os ideais do nacionalismo presente no contexto sócio-político da época. O terceiro capítulo tem como proposta analisar o mito de Quitéria enquanto mulher e militar no contexto da década de 1950.

O que leva uma instituição tão conservadora, a homenagear uma personagem que demonstra estar fora das suas diretrizes? Quais são as características, as ideias e os valores produzidos na narrativa sobre heroína que permite ela não só ser homenageada, mas personificar valores que o Exército busca inculcar em sua tropa? Em resumo. Entendemos que assim como a influência do contexto sócio-político vivido pelo Exército representa uma importante impacto nas homenagens feita à heroína, o fato da construção de um mito mulher se dar em uma instituição dominada pelo masculino se mostra uma importante questão a ser refletida.

São essas questões que iremos trabalhar ao longo do texto, sempre tentando estabelecer as ideias propostas no capítulo anterior como fio condutor da explicação que nos permita compreender como uma mulher tornou-se um símbolo do Exército brasileiro.

3.1 MULHER, PARDA E SERTANEJA

É importante entendermos que a aceitação das mulheres nas Forças Armadas é ainda hoje uma questão que precisa ser debatida, pois o ingresso feminino nas fileiras militares não significou um processo de igualdade de deveres e direitos. É necessário compreender que o meio militar é uma espécie de “gueto masculino”. A predominância

masculina no Exército é tanta que a inserção das mulheres na instituição tem ocorrido predominantemente em funções administrativas ou de relações públicas. É perceptível a dificuldade que as mulheres possuem em exercer atividades operacionais, uma vez que, dentro desse cenário de dominação e divisão de tarefas, as funções historicamente ligadas aos militares são ainda consideradas distinguíveis aos homens.³⁴⁵

Partindo da afirmação de que o Exército é esta instituição conservadora ligada à dominação do masculino, compreender porque Quitéria foi vista por esta mesma instituição como uma heroína, e principalmente ser homenageada como tal, é uma questão intrigante.

A primeira etapa para pensar esta questão é entender quando a questão feminina surgiu de forma preponderante na narrativa sobre o mito da heroína da Guerra de Independência. Para nós, este fato surge de forma mais destacada na década de 1920, e tem grande importância em 1953.

Na última década do período que conhecemos por “Primeira República”, foi comemorado o centenário da Independência (1922), fato que citamos de forma singela no capítulo anterior como exemplo da construção de signos históricos em que Quitéria esteve envolvida ao longo das décadas em que sua memória foi retomada. Neste contexto, foi encomendado um quadro a óleo da heroína como parte das homenagens feita aos heróis do evento histórico.

O encarregado de produzir esta pintura foi o italiano Domenico Failutti³⁴⁶, pintor envolvido no projeto em parceria com o artista Oscar Pereira da Silva. Os dois ficaram responsáveis pela pintura de gravuras dos 23 retratos de políticos que tiveram um papel relevante no processo de Independência do Brasil.

A pintura foi produzida a partir da técnica de óleo sobre a tela, tendo 2,33 metros de altura e 1,33 de largura, datado de 1920. Esta gravura encontra-se hoje exposta no

³⁴⁵ BASTOS, Lúcia da Costa. **Formação de Identidade da Mulher Militar**: Análise do Caso do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro. Curso de Formação de Oficiais do Ano de 2009. EsSEX, Rio de Janeiro, 2009. Pg. 11

³⁴⁶Domenico Failutti (1872-1923) foi um pintor italiano, de formação acadêmica clássica, que se destacou pelos seus retratos. Realizou trabalhos em diversos países da Europa e da América, dentre eles Itália, Hungria, Brasil, Uruguai e Estados Unidos. Ver:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Domenico_Failutti>. Acessado em 30/11/2018.

Museu Paulista (ou Museu do Ipiranga), em São Paulo.³⁴⁷ Talvez o mais relevante sobre a pintura seja que ela se baseia pela gravura produzida por Augustus Earle, que desenhou Quitéria em 1824³⁴⁸, quando a heroína esteve no Rio de Janeiro para receber as homenagens dadas pelo Imperador.

Segundo Guilherme Goretti Gonzaga, Augustus Earle se interessou pela imagem de Quitéria devido sua distinção durante o período em que combatente. Gonzaga afirma ainda que Earle a retratou em duas ocasiões: num primeiro momento executou um busto, que hoje faz parte da coleção *Rex Nan Knivell*; em seguida, pintou outro retrato de corpo inteiro, que foi transformado em gravura para o livro de Maria Graham, *Diário de uma Viagem ao Brasil*.³⁴⁹

A inspiração fica muito clara pelas semelhanças de posição em que ambos os autores desenharam a heroína do Exército. Failutti baseou-se na imagem feita por Earle de corpo inteiro, e por consequência, da própria imagem do busto, já que esta foi a figura original produzida.

Contudo, as afinidades entre as obras terminam neste ponto. E é neste momento que a construção sobre a personagem vai se mostrando cada vez mais intrigante. A primeira diferença que se apresenta entre as pinturas é a cor de pele dada a Quitéria por cada pintor. Enquanto que na figura de Earle, ou seja, na pintura original, Quitéria é apresentada como branca, na imagem feita por Failutti Quitéria é retratada como uma mulher “morena”.

O próprio Guilherme Goretti Gonzaga afirma que “sua versão [Domenico Failutti] explorou mais os traços brasileiros da personagem, como a cor morena, diferente de Earle que a retratou com feições europeias”.³⁵⁰ Não só concordamos com a afirmação de Gonzaga, mas achamos que esta construção é ainda mais profunda.

³⁴⁷ Mais sobre a história da pintura ver: ANAIS DO MUSEU PAULISTA, Tomo XXIX, Universidade de São Paulo, SP, 1979.

³⁴⁸ Augustus Earle (1793-1838) foi um pintor britânico que acabou tendo três passagens no Brasil (1820, 1821-1824, 1831-1832), tendo na segunda, pintado o retrato de Maria Quitéria. Ver: <<http://www.salvador-antiga.com/fotografos/augustus-earle.htm>>. Acessado em 22/09/2018.

³⁴⁹ GONZAGA, Guilherme Goretti. **Augustus Earle (1793 - 1838):** Pintor Viajante - Uma aventura solitária pelos mares do sul. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes do Departamento de Artes Visuais (VIS) da Universidade de Brasília-UnB. Brasília, 2012. Pp.75

³⁵⁰ GONZAGA, Guilherme Goretti. Op. Cit. Pp.76.

É importante sempre deixar bem claro que não é nosso interesse prioritário buscar a verdadeira feição ou mesmo a origem étnica de Maria Quitéria. A única menção que temos a isso se encontra no diário de Maria Graham, fonte utilizada por Pereira Reis Júnior, em que a autora afirma que “as feições de Maria, especialmente olhos e testa, apresentam acentuados traços indígenas”.³⁵¹

A influência da construção do sentido de Nação que relatamos no primeiro capítulo culminou no fato de Maria Quitéria ser retratada como uma mulher não branca. Mais especificamente, por “traços indígenas”. Nesse processo de desenvolvimento do projeto de Nação, e de ressaltar os heróis da Independência, trazer a figura nordestina de Quitéria foi muito mais interessante. Era a forma de buscar e exaltar a originalidade brasileira e o mito do “encontro das raças” na iconografia que fundaria símbolos nacionais.

É imprescindível lembrarmos que a década de 1920 apresenta o início de um movimento que, a partir dos anos 30, mas principalmente nos 40 e 50, irá refletir o projeto de nação brasileiro. É preciso entender que o ideal nacionalista não foi refletido somente na política. O aspecto cultural não foi só influenciado, como foi o principal alvo de promoção dessas ideias.³⁵²

Dentro do ideal da “democracia racial”, que teve na obra de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala* o seu grande símbolo, intensificavam-se as falas que denunciavam a ausência de integração étnica e cultural do país.³⁵³ As décadas de 1940 e 1950 apresentaram uma exaltação de uma identidade nacional, baseada no ideal da pluralidade cultural das três raças: a negra, a indígena e a branca.³⁵⁴

Inserida neste contexto, a mistura racial, que durante o século XIX e início do XX era vista como um problema, ou um defeito das jovens nações latino-americanas, por enxergarem a diversidade étnico-racial como um empecilho para o desenvolvimento e a modernização do país, ressignifica-se na década 1950 um catalizador da construção de

³⁵¹ GRAHAM, Maria. *Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823.*

³⁵² CEVA, Antonia Lana de Alencastre. **O negro em cena: a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro (1944-1968).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

³⁵³ Idem. Pp.43-45.

³⁵⁴ Idem. Pp. 46.

uma nação sem fronteiras rígidas, buscando assim, dar um sentido de unidade para os diferentes grupos que formavam a nação brasileira.³⁵⁵

As palavras de Marie Graham nos permite assim definir Maria Quitéria como uma mulher parda ou mestiça, nomenclaturas usadas para definir pessoas que não são consideradas brancas, negras ou indígenas.³⁵⁶ Apesar de não significarem a mesma coisa, ‘pardo’ e ‘mulato’ foram utilizadas muitas vezes como sinônimos ao longo da história brasileira.³⁵⁷

Até por isso, Janaína Santos Bezerra afirma que o termo “pardo” foi historicamente utilizado como terminologia “coringa”, ou seja, uma maneira de definir etnicamente uma pessoa que não se “enquadrava” nos preceitos da branquira ou negritude.³⁵⁸ Por isso, para fins deste trabalho, consideraremos Maria Quitéria parda, partindo da descrição de Maria Graham.

A valorização desses traços nos remete a noção do “verdadeiro brasileiro” que se encontra incluso no processo de construção nacional que estamos abordando. O Exército engrandece uma figura iletrada, residente no interior do Brasil, que enfrenta dificuldades (no caso de Quitéria, as dificuldades na infância, desde a morte da mãe, passando pela necessidade de cuidar da casa ainda muito jovem, além da difícil relação com uma de suas madrastas), mas que luta contra elas.

Portanto, podemos entender que a valorização da imagem de 1922, amplamente divulgada em 1953, faz todo sentido com o projeto nacionalista e o ideal de nação promovido pelo governo de Getúlio. A ideia da mistura racial como o símbolo desta promoção corrobora por completo a ideia de Maria Quitéria ser essa personagem que internaliza vários ideais e significados relacionados às intenções políticas da época.

Talvez o maior exemplo de como a pintura carrega em si um valor político-cultural importante é quando comparamos o trabalho de Earle e Failutti. Enquanto se mostrou interessante a valorização da “sertaneja” Maria Quitéria em 1953, a questão da

³⁵⁵SILVA, Graziella Moraes; LEÃO, Luciana T. de Souza. O paradoxo da mistura Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista brasileira de Ciências Sociais** - vol. 27 n° 80.

³⁵⁶ BEZERRA, Janaína Santos. **Pardo na cor & Impuros no sangue**: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVII. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Letras e Ciências Humanas, Recife, 2010.

³⁵⁷ Idem. Pp.13.

³⁵⁸ Idem. Pp.37.

mistura racial não era bem vista no século XIX. O mulato e o pardo eram visto como um problema para o desenvolvimento da Nação. Portanto, o fato de Quitéria ser retratada como branca na pintura de Augustus Earle nos anos 1820, mesmo tendo supostamente os traços indígenas citados por Maria Graham, demonstra como é altamente relevante o contexto sócio-político.

Se a cor é uma diferença relevante, para nós, nas imagens existem outras características que embora sejam menores numa escala visual, são igualmente importantes e totalmente envolvidas no ideal de Nação promovido em 1953. Nas pinturas de Earle, principalmente a que retrata somente o busto, é relevante ver que o rosto de Quitéria é um tanto quanto sisudo, sem grandes expressões nos olhos ou na face, e seu cabelo bastante curto.

Já a gravura de Domenico Failutti nos apresenta o cabelo curto, mas com as pontas bem destacadas, quase que nos apresentando o local onde a heroína os cortou para que pudesse ingressar em batalha. O rosto, antes uniforme, apresenta lábios realçados em vermelho, olhos grandes com cílios bastante escuros, e por isso, destacados no retrato.

Nossa conclusão é de que enquanto Augustus Earle construiu um soldado, que por um acaso era uma mulher, coube a Domenico Failutti construir uma mulher-soldado. Mais do que isso. Failutti constrói a mulher-soldado brasileira, com as vestes tendo o azul e o amarelo vivos e presentes em toda a pintura.

Essa questão é outro relevante ponto que nos apoiamos nos dizeres de Maria Graham. A autora ao longo de sua descrição da heroína, além de afirmar seus traços indígenas, escreve que seus trejeitos são todos femininos, deixando claro que sua proeminência no mundo militar não a tornou uma figura “masculinizada”.

Em outras palavras, Failutti constrói a imagem da personagem Maria Quitéria que o Exército se utiliza para homenagear décadas depois. Parda/mulata, sertaneja, mulher. E mais do que isso: uma representação imaginária do que seria o verdadeiro brasileiro. A partir desse momento, e de sua homenagem no centenário de Independência, Quitéria não só se torna o ideal de um soldado, mas de alguém que dá valor a Pátria.

Portanto, sua feminilidade não é só um dado posto pelo autor. Ela, como defendemos em todo nosso trabalho, está sendo construída a partir de uma lógica, um

projeto político e principalmente, e isso faz parte de uma ideologia que o Exército não só adere, como investe: a feminilidade de Maria Quitéria é construída no ano de 1953 atrelada ao projeto nacionalista que permeava a época.

Quitéria não era só uma heroína ou uma mulher ou parda ou sertaneja. A narrativa que o Exército promove da personagem, ao qual sua imagem é peça fundamental, apresenta uma personagem com várias camadas, todas elas promovidas com um objetivo em vista. Por isso ela se mostra ser essa personalidade tão complexa e importante para a conjuntura política de 1953.

Logo, quando em 1953 o Exército decide que todos os estabelecimentos, repartições e unidades do Exército, deveriam inaugurar, no dia 21 de agosto de 1953, o retrato da insigne patriota, em virtude do centenário de falecimento da valorosa mulher-soldado,³⁵⁹ ou mesmo promove a entrega de uma comenda em seu nome, com seu retrato exercendo o papel de símbolo na medalha³⁶⁰, ou ainda promovendo a venda de um selo com a imagem da Quitéria, o Exército não está só se utilizando de uma imagem, mas sim desenvolvendo e expondo um ideal. Contudo, a questão feminina necessita de um aprofundamento maior.

A primeira vista, a contradição é evidente. Podemos entender que Quitéria, como mulher, apresenta-se como totalmente paradoxal. Por um lado, sua entrada no corpo de guerreira do Imperador se mostrou não só uma inversão de valores, já que o Exército, ainda mais no século XIX, vive sob o domínio do masculino, como uma atitude rebelde contra toda a ordem que o Exército preconiza.

No capítulo anterior, mostramos como a construção do Exército como essa visão da rebeldia foi suplantada pela questão do patriotismo envolto no espírito de Quitéria.

³⁵⁹ Site Oficial do Exército Brasileiro. *Patronos – Maria Quitéria*. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/maria-quitéria-quadro-complementar-de-oficiais>>. Acessado em 09/11/2017.

³⁶⁰ DECRETO Nº 35.005, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1954

Permite o uso da medalha de Maria Quitéria nos uniformes militares.

O Presidente Da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1: É permitido o uso, com os uniformes militares, da Medalha de Maria Quitéria, mandada cunhar pelo Ministério da Guerra por ocasião do Primeiro Centenário da morte da heroína brasileira da Independência, Cadete Maria Quitéria de Jesus.

Art. 2: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ver: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35005-4-fevereiro-1954-332075-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em 08/11/2018.

Porém, a valorização de uma heroína não se deu somente neste aspecto. Cristina Wolff nos mostra que:

Com alguma frequência, conforme as exigências do momento, o fato de uma mulher aventurar-se a portar armas e lutar em uma rebelião não é mal recebido, pelo contrário, é usado como um incentivo aos homens para fazerem o mesmo: se até uma mulher é capaz de tamanha impavidez, como ficam os homens reticentes? (...) a figura de Maria Quitéria foi explorada pelas autoridades como uma maneira de atrair voluntários: uma mulher disposta a morrer pelo Brasil incentiva os “filhos da pátria” a também demonstrar bravura.³⁶¹

Assim, as intenções expostas pela autora explicam ainda mais as atitudes tomadas pela alta cúpula militar. Logo, a partir desta ideia, a rebelde se transforma em patriota. A mulher que não estava onde devia, é posta no lugar onde é necessária. O ilegal transforma-se em combustível. A atitude de Maria Quitéria é construída a partir de uma lógica na qual a personagem é representada por um ato heroico que de forma dialética tem o poder de reafirmar as diretrizes do Exército, mesmo que seu símbolo possa ser interpretado como algo totalmente oposto.

Maria Quitéria podia não ser homem, e suas atitudes estavam longe daquelas que a sociedade esperava de uma mulher, mas a narrativa que o Exército procurou desenvolver em sua biografia, buscou não estabelecer essas oposições como problema, mas como solução para os problemas (aparentes) de uma mulher no cerne das Forças Armadas. Então, retomando a questão que exploramos no primeiro capítulo, em que estabelecemos o processo de desenvolvimento e construção do Exército brasileiro, a elaboração da narrativa de Quitéria em sua plenitude se mostra não só importante como fundamental para esse tipo de projeto.

Mulher, parda, sertaneja e militar. Várias camadas de Maria Quitéria que devem ser importantes para compreendermos a importância da heroína para o projeto do Exército no contexto do Segundo Governo Vargas. Todas as ideias que o projeto nacionalista imputou a partir da narrativa.

Esta, entretanto, é apenas uma das formas de se enxergar o processo. Nossa proposta é no decorrer do capítulo demonstrar que a escolha por uma personagem feminina possui diversos objetivos. A escolha do Exército por Quitéria tem, em todas

³⁶¹ WOLFF, Cristina Scheibe. *Em armas: Amazonas, Soldadas, Sertanejas, Guerrilheiras*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. SP: Contexto, 2012. Pp. 425.

essas ramificações, um designo concreto, que centra a questão do desenvolvimento da instituição e da Nação pautada no nacionalismo.

O que queremos a partir de agora é explorar quais são os valores que o Exército procura difundir com a história de Quitéria. Se no capítulo anterior a figura heroica pautava a construção do soldado, nosso objetivo aqui é nos debruçar na questão de como a mulher é explorada. É dentro dessa contradição aparente, mas bem pautada, que abordaremos o assunto a partir de agora.

3.2 QUITÉRIA E AS LIBERTADORAS DA AMÉRICA LATINA

No capítulo anterior, demonstramos como a história de Maria Quitéria tem em sua estrutura narrativa muito similar a de Joana D'Arc. E isso não ocorre por acaso. Existe toda uma estrutura que nos remete a questão da mulher no processo de mudança social e política.

Uma das teorias que confirmam esse processo está intimamente ligada ao fato da mulher ser historicamente relacionada ao ideal de renovação. Como demonstrou José Murilo de Carvalho, “um dos elementos marcantes do imaginário Republicano francês foi o uso da alegoria feminina para representar a República (...). A inspiração veio de Roma, onde a mulher já era símbolo da liberdade”.³⁶²

A história das independências da América Latina, e não só a brasileira, possui importantes figuras femininas na sua narrativa de fundação da Nação. Mulheres que, assim como Maria Quitéria, tiveram participação fundamental no processo de rompimento das colônias com as nações colonizadoras. Mas suas narrativas não são lembradas por acaso.

Mesmo que os processos de libertação da América não sejam ligados obrigatoriamente a processo Republicano – o caso brasileiro comprova isso –, a ideia em possuir historicamente uma personagem feminina em sua narrativa de fundação, visa demonstrar a ideia de ruptura com um sistema vigente e que não mais servia. Uma renovação, portanto.

³⁶² CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Pg. 75.

Nesse sentido, a “novidade” que Quitéria poderia representar, se mostra, na verdade, mais um passo para o processo de consolidação de um plano ou, no caso específico, de um projeto político. Nomes como Defunta Correa³⁶³, Manuela Eras y Gandarillas³⁶⁴, Manuela Pedraza (La Tucumana)³⁶⁵, Maria Remediel Valle³⁶⁶, Evangelista Tamayo³⁶⁷, Juana Azurduy de Padilla³⁶⁸, Manuela Sáenz³⁶⁹, Leona Vicario³⁷⁰ e Policarpa Salavarrieta (La Paola)³⁷¹ são alguns dos que, ao lado de Maria Quitéria, formaram o Panteão feminino de libertadoras da América Latina.

O processo de mitificação de Maria Quitéria deve assim ser entendido como uma interação de dois caminhos: a necessidade de se compreender e difundir o papel da

³⁶³ Era a jovem mulher de um soldado que ingressou nas filas de Facundo Quiroga, na época das lutas entre federalistas e unitários que dividiram o país. Acompanhava o marido e trazia consigo um filho pequeno que ainda amamentava. As agruras da campanha pelas terras secas do noroeste argentino e a falta de comida levaram-na à morte. Conta a lenda que quando a encontraram, já morta, ainda saía leite de seus seios e a criança continuava viva, mamando. A partir desse ‘milagre’, Defunta Correa transformou-se numa santa popular, cuja devoção espalhou-se pela região. Ver: PRADO, Maria Lígia. **América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos**. 2ª edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Pp.34-35.

³⁶⁴ Oriunda de Cochabamba, lutou na Guerra de Independência sem se esconder incluindo um audacioso ataque ao quartel dos veteranos realistas em 1815. Conta-se que Manuela, ao ver aproximar-se um ataque à cidade, notando certa vacilação por parte do pequeno grupo de soldados, teria afirmado: “Si ya no hay hombres, aquí estamos nosotras, para afrontar nosalenemigo, y morir por la pátria”. Ver: PRADO, Maria Lígia. **América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos**. 2ª edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.Pp.36.

³⁶⁵ Lutou contra a invasão inglesa em 1806, ao lado do marido, recebendo o grau de tenente. Ver: PRADO, Maria Lígia. **América Latina no Século XIX**. Pp.37.

³⁶⁶ Lutou ao lado de San Martín no Peru. Ver: PRADO, Maria Lígia. **América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos**. 2ª edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.Pp.37.

³⁶⁷ Lutou sob as ordens de Bolívar, destacando-se na batalha de Boyacá (1819). Morreu em 1821 na patente de capitão. Ver: PRADO, Maria Lígia. **América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos**. 2ª edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.Pp.37.

³⁶⁸ Liderou junto ao marido (Manuel Ascencio Padilla) um grupo de guerrilheiros, participando de 23 ações armadas, perdendo todas as posses que o casal possuía. Chegou a ocupar a patente de Tenente Coronel e foi muito elogiada por sua bravura e destreza. “las amazonas” era um grupo de mulheres que a acompanhava. Depois da morte do seu marido (morto em batalha) continuou a luta, com dificuldades. Após a Independência, seu reconhecimento foi pouco, e ela acabou falecendo pobre e esquecida. Ver: PRADO, Maria Lígia. **América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos**. 2ª edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.Pp.37-38.

³⁶⁹ Filha ilegítima de um espanhol e uma mestiça, era casada com um médico inglês e o abandonou para lutar ao lado de Bolívar. Como sua amante e companheira de luta, entre outras coisas, Manuela Sáenz teria salvado Bolívar de duas tentativas de assassinato; foi muito elogiada por sua inteligência, sagacidade e iniciativa. Ver: PRADO, Maria Lígia. **América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos**. 2ª edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.Pp.38.

³⁷⁰ Fugiu junto do marido durante o período da Independência. Após o ocorrido, sua participação política não diminuiu. “Vemo-la tomando partido dos federalistas, fazendo reivindicações, lutando para reaver parte da fortuna confiscada nos anos de Guerra”. Ver: PRADO, Maria Lígia. **América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos**. 2ª edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Pp.39.

³⁷¹ Representante do papel de mensageiro que algumas mulheres tiveram durante o combate. Costureira de famílias abastadas, conseguia informações para os movimentos de oposição ao controle espanhol. Acabou executada em praça pública por suas atuações. Ver: PRADO, Maria Lígia. **América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos**. 2ª edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.Pp.40.

mulher na sociedade à época de sua homenagem, porém, ao mesmo tempo, entender que este processo está incluso num projeto político mais amplo de nação e de Exército e, por isso, deve ser problematizado como tal. Precisamos compreender que ambas as situações ocorrem concomitantemente, sendo um enorme equívoco tentar hierarquizar ou entender um processo independentemente do outro. Nas palavras de Cristina Wolff:

O reconhecimento posterior de Maria Quitéria como uma “heroína da pátria” e do Exército faz refletir sobre como noções de gênero (ou seja, construções culturais relativas a ser homem ou ser mulher) podem ser modificadas e usadas de forma estratégica de acordo com as exigências do momento.³⁷²

São essas modificações que Cristina Wolff nos apresenta que a autora Maria Lígia Prado explora em seu texto “América Latina no Século XIX” ao analisar as mulheres que lutaram pela Independência na América Latina. Neste texto, a autora nos apresenta importantes mulheres, muitas delas que já destacamos. A participação feminina foi, inclusive, destacada por um testemunho de Bolívar. O mesmo afirmou que:

Até o belo sexo, as delícias do gênero humano, nossas amazonas combateram contra os tiranos de São Carlos com uma coragem divina, ainda que sem êxito. Os monstros e tigres da Espanha chegaram ao cume da covardia de sua nação, dirigiram as infames armas contra os cândidos e femininos peitos de nossas beldades; derramaram seu sangue, fizeram expirar muitas delas e as encheram de grilhões, porque conceberam o sublime designo de libertar sua adorada pátria.³⁷³

Podemos destacar das figuras que citamos que, assim como Maria Quitéria, pegaram em armas e lutaram, Manuela Eras y Gandarillas, famosa pela frase “Si ya no hay hombres, aqui estamos nosotras, para afrontar no salene migo, y morir por la pátria”³⁷⁴, além de Evangelista Tamayo que lutou ao lado de Bolívar e de Juana Azurduy de Padilla, que liderou um grupo de guerrilheiros no Peru, participando de 23 ações armadas, sendo considerada a figura paradigmática de mulher-soldado.

É relevante somente pontuar que a participação dessas mulheres não significa necessariamente que elas apenas pegaram em armas. Faz-se relevante abordar que “as mulheres, muitas vezes com filhos, acompanhavam seus maridos soldados; além disso, como não havia abastecimento regular das tropas, muitas trabalhavam – cozinhando,

³⁷² WOLFF, Cristina Scheibe. Op. Cit. Pp. 426.

³⁷³ PRADO, Maria Lígia. **América Latina no Século XIX**: tramas, telas e textos. 2ª edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Pp.38.

³⁷⁴ Idem. Pp.36.

lavando ou costurando – em troca de algum dinheiro”.³⁷⁵

Maria Ligia Prado apresenta também que “Há variadas narrativas sobre outros tipos de participação das mulheres, por exemplo, as que trabalhavam como mensageiras, levando informações para os insurgentes”³⁷⁶, como é relatado nas biografias de Policarpa Salavarrieta, La Paola na Colômbia e Josefa Ortiz de Dominguez no México.

Objetivamente, Maria Ligia Prado nos apresenta a mulher da Independência latino-americana como uma representação de mudança através das ideias e características que essas várias personagens apresentam em suas narrativas, sejam elas oriundas do campo de batalha ou somente como apoio aos guerreiros. Porém, talvez o mais relevante seja o fato dessas mulheres serem símbolos de várias outras que participaram da batalha. Em suma, cada uma dessas heroínas simboliza em sua história pessoal a participação feminina ativa na história de libertação da América latina.

Para nós, Maria Quitéria segue exatamente esse ideal. Se enxergarmos as narrativas que aqui usamos para compreender a construção da personagem promovida pelo Exército brasileiro em 1953, veremos que estruturação do mito funciona exatamente pensando nessas pontuações objetivas. Os próprios textos que aqui usamos como base para expor a narrativa construída pelo Exército apresenta como ela teria ficado responsável pelo batalhão das mulheres.³⁷⁷ Ou seja, Quitéria é símbolo de uma participação feminina efetiva, assim as outras heroínas latino-americanas.

Para a autora “tais biografias (...) tinham objetivos patrióticos e de exaltação das figuras femininas que se envolveram nas lutas pela independência”.³⁷⁸ Quando vemos as histórias descritas por Pereira Reis Jr e o Capitão Jonas Neto, esse ideal talvez seja o mais claro. Lembrar de Maria Quitéria, ou mesmo de Joana Angélica, outra heroína do processo de Independência brasileiro, é uma forma de homenagear e reconhecer o papel feminino, simbolizada na história heroica dessas personagens.

Logo, quando Jonas Neto afirma que o patriotismo a abateu de forma retumbante, ou Pereira Reis Jr afirma que irmã teria apoiado dizendo que também se alistaria caso

³⁷⁵ Idem. Pp.34

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ LIMA, João Francisco de. Op. Cit. Pp. 146.

³⁷⁸ Idem. Pp.43

não estivesse casada e grávida³⁷⁹, essas ideias estão postas. O amor pela Nação vira objetivo primordial, e ele se sobrepõe ao valor individual, essencial para o serviço militar.

Se formos mais a fundo, a pintura feita de Maria Quitéria que citamos anteriormente possui as cores da bandeira, principalmente o azul e o amarelo, destacados, como forma de ligá-la a símbolos nacionais. A própria comenda, em seu nome, é dada a militares valorosos, merecedores de tal título, o que significa reconhecer oficiais que possuem esse mesmo valor de Quitéria pela defesa da Nação.

Assim, conecta-se a questão da feminilidade com o papel militar. A ideia da renovação trazida por Maria Quitéria, somada ao seu patriotismo, ou seja, a Nação em primeiro lugar, constrói nessa personagem uma imagem paradoxal mas que em termos imagéticos completam-se nessa ambiguidade.

Maria Ligia afirma também que neste tipo de narrativa “a linguagem empregada evidencia os objetivos edificantes dos textos e nos apresenta um retrato de mulher ideal, construído como exemplo para as gerações contemporâneas e futuras”.³⁸⁰ Ou seja, para a autora, não apenas o patriotismo, mas a própria idealização da mulher é descrita na história dessas personagens.

É interessante vermos como isso se dá na narrativa de Quitéria, pois, existem alguns confrontos que parecem inviabilizar a formação destas características, mas que, na verdade, se completam. Se entendermos o papel do feminino desse período, veremos que:

Para os diversos setores do ambiente citadino, as leis naturais tinham estabelecido o lugar das mulheres no lar e o dos homens na vida pública. Juntar seres tão diversos e com destinação social diferente se constituía numa inobservância das leis divinas e da natureza; subverter essa ordem seria desobedecer a Deus.³⁸¹

Carla Bassanezi nos lembra que a década de 1950 acompanhou um processo de emancipação feminina, impulsionada principalmente pela participação das mulheres no esforço de guerra, mas que após o seu fim, passou pregar o retorno das mulheres ao lar e

³⁷⁹REIS JÚNIOR, Pereira. Op. Cit., Pp. 43.

³⁸⁰ Idem. Pp. 45

³⁸¹ ALMEIDA, Joana Soares de. **Mulheres no cotidiano**: educação e regras de civilidade, (1920/1950). Revista *Dimensões*, vol. 33, 2014. Pp.339.

aos valores mais tradicionais da sociedade.³⁸²

Em suma, desenvolvia-se “uma mentalidade na qual o espaço feminino por excelência era o recesso do lar”.³⁸³ Vale ressaltar que estamos falando da década de 1950, em que as mulheres no Brasil já possuíam o direito a voto, e a luta por maiores direitos se encontrava numa fase mais acentuada. Mas como um todo, não era esse o ideal esperado delas. Na verdade “as qualidades femininas as aproximavam ao arquétipo da Virgem da ideologia católica, e estavam voltadas para a preservação da família e dos valores cristãos”.³⁸⁴

Para Carla Bassanezi, a ideologia dos “anos dourados” defendia a maternidade, o casamento e a dedicação como pilares da essência feminina.³⁸⁵ Portanto, a participação na vida política ou mesmo qualquer ação fora do espaço do lar, não eram atitudes esperadas por parte das mulheres. À época, inclusive, as mulheres recebiam cartilhas de comportamento, influenciando-as na forma de se comportar com homens, além de reafirmar a obrigação da mulher com seu trabalho no lar.

A autora Jane Soares de Almeida mostra que esse período, mesmo evidenciado pelas conquistas de décadas a seguir, manteve-se na ideia de que:

[O] lugar das mulheres ser no lar continuou a fazer parte das aspirações da sociedade organizada, apoiada na manutenção da família como *celulamaterie* durante as primeiras décadas do século XX, o magistério representou uma das poucas carreiras abertas às mulheres, mesmo com inegáveis conquistas em outros campos.³⁸⁶

A educação das mulheres, desde a infância, passando por sua fase juvenil, era instruída objetivamente para que não se transpusesse os limites do espaço doméstico. Mulher, mãe e esposa. Esses eram os objetivos centrais na criação da mulher.³⁸⁷ Mais do que isso, “a função materna não mais era apenas biológica, mas social e patriótica”.³⁸⁸ Assim, voltamos a mais um dilema em relação a encontrar uma mulher num espaço em que ela não lhe é comum. Como Maria Quitéria, que fugiu do lar, exercia uma ação completamente fora do *habitat* esperado por ela, poderia ser usado

³⁸²DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo : Contexto, 2004. Pp. 608.

³⁸³ ALMEIDA, Joana Soares de. Pp.340.

³⁸⁴ Idem. Pp.342.

³⁸⁵DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. Op. Cit. Pp. 609.

³⁸⁶ ALMEIDA, Joana Soares de. Pp.343

³⁸⁷ Idem. Pp.342.

³⁸⁸ Idem. Pp.344.

como exemplos para tal desenvoltura? É aqui que se encontra a beleza da construção e das escolhas.

Como foi dito por nós, se utilizar da mulher faz reacender o espírito de combate nos soldados. Elisiane Sartori afirma que “O que se espera de uma mulher socialmente falando não é o mesmo que de um homem. Dela, o social preconiza a docilidade, a paciência e a obediência; dele, o contrário: a agressividade, a atividade e a liberdade para transformar o mundo”.³⁸⁹ Assim, elogiar uma mulher combatente, promove um acirramento do homem por esse ideal da luta.

Por isso, mesmo que contra esse ideal, numa primeira vista, o lado como lutadora em prol da Independência é mantido. É destacado seu lado como combatente mesmo quando era, supostamente, necessário falar sobre outros atributos.

Porém, essa construção nos traz a uma questão em relação a personagem. Apesar de ingressar no corpo de luta, a violência não faz parte de sua narrativa. Pereira Reis Jr. faz questão de apresentar os elogios dado pela obediência de Quitéria enquanto combatente. Nas lutas em que saiu vitoriosa, é ressaltada a inteligência da heroína em abater os inimigos, e por consequência, a paciência para que tal ação fosse bem sucedida. Mais especificamente, o autor afirma que “tendo atacado uma trincheira inimiga e feito prisioneiros, que conduz ao acampamento brasileiro”.³⁹⁰

Na história de Quitéria é valorizada sua habilidade em armadilhas e arapucas. Mesmo quando sua destreza com as armas é destacada, — lembrando que essa foi a prerrogativa usada pelo Major José Antônio Silva Castro³⁹¹ para que a moça pudesse continuar sua luta —, a mesma não é descrita ao longo das batalhas. A quantidade de inimigos que ela abateu ou mesmo o relato de uma cena não ocorre. Mesmo que implícita, o que na verdade vemos é a valoração da personagem demonstrando sua importância, sem descrevê-la.

Porém, talvez um dos mais importantes pontos da narrativa seja a descrição do casamento de Maria Quitéria nas fileiras militares. Como já foi exposto por nós, Maria Quitéria teria casado com o soldado João José Luís durante o período da guerra.³⁹² Os

³⁸⁹ SARTORI, Elisiane. Op. Cit. Pp.173.

³⁹⁰ JÚNIOR, Pereira Reis. Op. Cit.

³⁹¹ LIMA, Op. Cit., Pp. 115.

³⁹² Idem, Pp. 48.

autores são da opinião que Maria Quitéria e João José Luís se uniram apenas perante a Igreja, na presença de capelães da tropa – e Lima identifica o capelão como o beneditino Frei José de S. Bento Damázio.³⁹³

O casamento retoma a ideia da proximidade do meio militar com o catolicismo, como expomos no capítulo anterior. Mesmo em um ambiente de guerra, Pereira Reis Júnior e João Francisco de Lima afirmam que seu casamento ocorreu perante o capelão e foi abençoado pela Igreja. Além disso, o fato de Quitéria se casar em um ambiente tomado por homens, passa a imagem da mulher ‘de respeito’ defendida pela época.

Neste ponto, deixa claro que mesmo sendo uma figura feminina que fugia aos padrões, seus alicerces morais foram mantidos a partir da lógica da ética e moral da mulher dos anos 1950. Ou seja: mulher solteira não andava com homens para qualquer lugar; mulheres deveriam ‘se dar ao respeito’, e o principal meio de estabelecer-se como ‘respeitável’ o casamento, em especial o religioso.

Além disso, é interessante enxergarmos como, apesar da sua proeminência em combate, vemos como o casamento também é pautado não só pela questão da institucionalização do sentido de família, mas pelo fato de ela, a partir deste momento, estar “zelada” por um homem. Mesmo que elogiada pelo valor como guerreira, Quitéria finalmente encontrava-se dentro dos padrões de seu sexo como aquele que deveria ser cuidado e protegido, não cuidar e proteger, completando o quadro de ‘mulher’ difundido à época.

Logo, estes pequenos fatos relatados ao longo de sua história mostram como esses valores estavam sim entranhados em sua reconstrução. Enquanto lutou, Quitéria foi revolucionária. Sua vida anterior e posterior apresentam os valores que o Exército, e a sociedade como um todo, entendiam que as mulheres deveriam seguir.

Assim, quando Pereira Reis Júnior afirma que Maria Quitéria, então com doze anos, sendo a irmã estava à frente da casa, cuidando de seus irmãos, ou o fato de voltar a casa para cuidar do pai após ser homenageada por Dom Pedro I³⁹⁴, demonstra como,

³⁹³ LIMA, João Francisco de. Op. Cit., Pp. 142.

³⁹⁴ A Ordem Imperial do Cruzeiro, hoje chamada de Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, foi uma medalha dada a dignatários brasileiros ou estrangeiros que tiveram valor na luta pela Nação brasileira. Ver: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/cerimonial/5696-ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul>>. Acesso em 04/04/2018.

passado a batalha, Quitéria assumiu o papel que a mulher deveria ter. E isso pode também ser um problema, mas que abordaremos melhor no item a seguir.

Por hora, o que estamos descrevendo é como se pensa ou como se constrói a personagem tentando dialogar com dois estereótipos que precisam se cruzar, mas que se baseiam em ideais a priori paradoxais. Quando o Exército elogia Maria Quitéria pelo seu desempenho, é entendido que sua ação como soldado da Pátria foi exemplar. Mas sua não descrição em detalhes, ou melhor, o fato de destacar outros atributos que não os físicos, permite também colocá-la em um local em que não traga a violência para a narrativa.

O contraponto do que queremos falar encontra-se, por exemplo, na narrativa que enaltece o Marechal Sampaio como Patrono da Arma de Infantaria. Em sua história, Sampaio abateu vários inimigos mesmo após ser ferido o que, finalmente, levaria a sua morte. Ou seja, a violência não só é relatada na história do Marechal Sampaio, como engrandecida. Sampaio é importante, ou suas glórias são enfatizadas, entre outras coisas, pelo seu desempenho em batalha. Sua morte em prol da liberdade é a exata personificação dessa lógica, enquanto que na narrativa de Quitéria, só seu manejo com armas, em relação ao combate em si, aparece em sua história. A heroína é elogiada sem ter destacada em si os predicados em relação a violência, fato primordial para o soldado.

Agora, é interessante que esse fator não é negado. Não se coloca estritamente que Quitéria esteve somente numa posição logística durante a guerra. Inclusive, o fato de manejar bem as armas nos indica - não de forma explícita - sua participação efetiva em batalhas. Logo, para nós, a falta de detalhes neste destaque encontra-se em sintonia com essa tentativa de dialogar com essas duas ideias. Todavia, isso gera um problema, uma questão que permeia todo este capítulo: que heroína é essa?

Isso ocorre em nossa visão porque ao analisarmos todos esses fatores, essas várias tentativas em construir uma heroína que possua valores patrióticos que a tornem uma figura singular para o Exército, ao mesmo tempo em que não fuja das características imaginadas para as mulheres nesta época, acaba criando quase que uma personagem “incompleta”. Não na sua força ou presença como personagem. Na verdade, esses confrontos de ideia trazem para essa personagem ainda mais interesse e curiosidade.

Essas contradições são marcas de toda a narrativa da heroína. Porém, quando

entendemos qual é a ideia que o Exército quer passar, o paradoxal cria sentido, e se entende melhor como a magnitude de Quitéria permeia inúmeras camadas e grupos sociais.

Ao mesmo tempo, em sua história, Quitéria só abandona sua casa e desobedece seu pai por um bem maior. Ou seja, os biógrafos constroem de uma forma que Quitéria pensou na sua “casa” no sentido nacional. Defender o seu lar não era só o espaço social no sertão baiano, mas o seu país. Isso fica mais evidente quando que, ao final da guerra, Quitéria não só volta para sua terra natal, como cuida do seu pai e termina o resto da sua vivendo com sua família.

Em suma, estamos nesse ponto tentando discutir como para uma mulher, o patriotismo preconizado pelo Exército pode acabar sendo ligado a uma relação dicotômica com as ações que eram esperadas por elas nessa época. Entretanto, o que estamos aqui tentando demonstrar é que essas ideias que parecem opostas podem, a partir de uma construção narrativa, serem não só conectadas, mas dependentes umas das outras.

Por isso, Maria Ligia Prado acredita que:

Ainda que a trajetória e as escolhas das mulheres retratadas pelos autores hispano-americanos não fossem das mais ‘adequadas e corretas’, levando-se em conta as regras da sociedade colonial, as narrativas posteriores transformaram-nas em heroínas respeitáveis, cujos ‘desvios’ se justificavam pelo ‘amor à pátria’.³⁹⁵

Assim, a construção de Maria Quitéria se mostra evidentemente dentro desse espaço dicotômico. Maria Quitéria, junto das libertadoras latino-americanas, “foram mulheres rebeldes, insubordinadas, agindo fora das regras e das normas, que ganharam respeitabilidade, transformadas em modelos de esposa e mãe, glorificadas por todas as virtudes cristãs intimamente trançadas com as virtudes patrióticas”.³⁹⁶

A heroína da Independência torna-se, assim, um símbolo que nos remete a fundação do Brasil. Uma mulher que fugiu de seu comportamento padrão - sem esquecê-lo, e principalmente, sem deixar de retornar para tal - em prol da libertação da

³⁹⁵ PRADO, Maria Lígia. Op. Cit. Pp.46.

³⁹⁶ Idem. Pp.51.

sua Nação. Maria Quitéria consegue expor, em sua história, ideias que num primeiro momento se contradizem, mas que, ao longo da narrativa, acabam se completando.

Quitéria representa assim uma heroína que, mais do que qualquer outro motivo, representa os valores que o Exército defende e busca transparecer para seus comandados. Se o lema das Forças Armadas é defender a Nação acima de tudo, Quitéria rompe com este estigma - o que ainda dá mais valor para seus atos, já que estes “corrompem” seu comportamento “natural” - em prol da liberdade do país.

Assim, podemos entender que Quitéria apresenta uma complexidade muito maior do que outros personagens que o Exército costuma valorizar. O fato de ser uma mulher faz com que sua narrativa necessite contemplar ideias que muitas vezes se opõem. Entretanto, entendemos que pesando as várias questões sobre os usos e a forma como esta homenagem é feita, entendemos que a partir de suas diretrizes, não havia outra forma de homenagear Quitéria. Pelo menos não, a partir dos objetivos que o Exército possuía.

3.3 QUITÉRIA E CAXIAS: A FUNDAÇÃO DO EXÉRCITO

A questão da construção do heroísmo de uma mulher ainda possuiu uma faceta que precisamos explorar aqui em nosso trabalho. Enquanto que, especificamente no Exército, outros heróis possuem suas glórias e seus feitos em batalhas como justificativa por seu destaque, o mesmo caso não é totalmente verdade para Maria Quitéria, como já explicitado anteriormente.

As Forças Armadas estavam em um processo de desenvolvimento da instituição concomitante à Nação. Assim como no caso da fundação de um mito nacional, a construção da heroína Maria Quitéria e seu papel como mãe, filha e mulher, também causam impactos na construção do Exército como instituição. E esses valores estão atrelados ao fato da história de Quitéria estar ligada, não só em termos históricos, mas de forma textual, ao Duque de Caxias, Patrono e símbolo do Exército Brasileiro.

Em um primeiro momento, a comparação é evidente. Ora, se estamos falando do símbolo brasileiro de soldado - o aniversário de nascimento dele é, inclusive, data de comemoração do “Dia do Soldado” -, não é de se estranhar que Maria Quitéria fosse comparada ao Patrono do Exército brasileiro.

E é aqui que um ponto primário surge. É preciso entender que o quadro de heróis, não por acaso, em sua esmagadora maioria masculino, possui seus feitos em batalha como único ponto para justificativa do seu heroísmo. Marechal Sampaio e Marechal Osório, por exemplo, Patronos das Armas de Infantaria e Cavalaria, respectivamente, tem em suas narrativas, os motivos pelos quais eles tiveram a honra de receber tal alcunha. Enquanto que o primeiro morreu lutando na Guerra do Paraguai, o desempenho em combate do segundo fazia com que ele fosse considerado o símbolo do soldado brasileiro, até o surgimento da construção de Caxias, como elaboramos no capítulo anterior.

Ou seja, para ambos, suas glórias estão atreladas ao que eles fizeram em batalha. No caso de Quitéria, isso não é totalmente verdade. Obviamente que os biógrafos a todo o momento enaltecem como a heroína teve papel preponderante para a vitória brasileiro na Guerra de Independência. Contudo, não são só esses momentos que prevalecem.

No caso do texto elaborado pelo capitão Jonas Neto, por exemplo, e algo que já foi destacado aqui anteriormente, o vislumbre que o mesmo faz relacionando como Maria Quitéria poderia ter influenciado Caxias no resto da vida como soldado do Exército brasileiro mostram duas narrativas que se interligam.

A primeira delas é que a história de Quitéria, somente, não possui o mesmo significado, até o momento em que seu desempenho é conectado a Caxias. Uma de suas alcunhas é, inclusive, a de que Quitéria é “Caxias de Saia”. É evidente que isso pode ser interpretado como uma forma de valorizar a personagem, transformando-a na versão feminina de seu principal herói. Todavia, e principalmente sobre aquilo que a questão de gênero trabalha, esta comparação é um tanto quanto problemática. Em nossa visão, transparece uma dificuldade que o Exército possui em valorizar Quitéria somente por seus feitos em batalha. Passa a impressão de que a história de heroína por si só, parece um tanto incompleta, como se faltasse uma pequena parte que dê sentido a história.

Muito dessas questões retomam a ideia da dificuldade que o Exército possui em valorizar Quitéria a partir de características que não eram necessariamente ligadas ao seu feminino da época. Essa disputa, por melhor que tenha sido feita, gera ranhuras onde as contradições surgem, e causam essa estranheza. Ou seja, mesmo com todos os seus feitos em batalha, a impressão que passa é que o fato de ser mulher não torna seu

heroísmo suficiente. Somente quando comparado aos feitos dos homens é que seu reconhecimento é possível.

Quando se compara a Caxias, mesmo que de forma inversa – ou seja, é Caxias que acaba sendo impactado por ela –, falar de Quitéria por si só, não transparece totalmente a ideia que o Exército procura divulgar. Isso fica ainda mais evidente pelo fato da homenagem feita à heroína da Guerra de Independência, no ano de 1953, ter sido feito sob as homenagens ao sesquicentenário de nascimento de Caxias.

Isso representa um grande dilema para o Exército brasileiro, vivido não só nesse período. Essa necessidade feroz de ligar os personagens mostra a dificuldade que o Exército possui em transpor as barreiras conservadoras que o formaram. Mesmo com os elogios com o uso das armas, à sua inteligência em combate e os inúmeros elogios nas fileiras, parece que a ratificação desse heroísmo só é dada no momento em que sua história é comparada a de Caxias.

E o conservadorismo não se encontra somente neste aspecto. No item anterior, citamos como a questão da ideia da feminilidade da década de 1950 tem uma forte influência na forma como a vida de Quitéria é abordada. Mais uma vez, não é nosso interesse entender exatamente como se deu em detalhes a vida de Quitéria, mas sim de compreender o que os autores e o Exército decidiram realçar. Ao afirmar as características de zelo ao lar e a família, e seu período como combatente ter sido delimitada pelo tempo da guerra, o Exército mostra essa mesma incapacidade em transpor as barreiras do senso comum.

Maria Ligia Prado nos mostra que:

Nas biografias, as mulheres eram sempre tomadas por um sentimento de paixão que as empurrava para as trilhas da insurreição (...). Assim, Maria Quitéria ‘ardia de amor à pátria’; a chilena Luísa Recabárren teve oportunidade de ‘dar a conhecer os admiráveis dotes do seu coração’; a mexicana Rita Pérez de Moreno, ‘matrona que era um anjo de caridade’ teve ‘seu coração posto a prova’ pelos sofrimentos e desenganos.³⁹⁷

Essa ideia da sentimentalidade é para nós o caminho para compreender essa relação entre Quitéria e Caxias. Partindo desse pressuposto, como as heroínas libertadoras da América Latina, de um modo geral, permanecem com este estigma,

³⁹⁷ Idem. Pp.46.

conectar Quitéria a Caxias não só traz uma base para compreender sua importância, como remete a um juízo não espera pela heroína. Em outras palavras, se a descrição do Exército enaltece como o sentimento de amor à pátria foi a principal motivação para a participação da heroína na luta contra os portugueses, sua comparação a Caxias faz com que a personagem possa aderir a características que o Patrono do Exército possui.

Ainda que isso seja explorado de forma positiva, é preciso colocar em pauta que esse sentimento é contraposto com a “racionalidade” do masculino. Portanto, se o amor a Pátria é valorizado como importante característica para o sucesso de Quitéria, essa valorização é, ao mesmo tempo, uma manutenção de ideias que opõe as formas que homens e mulheres são reconhecidos por seu desempenho. Isso gera uma nova problematização, que irá retornar ao ponto da dificuldade que as Forças Armadas possuem em analisar personagens que fogem do seu padrão habitual.

Assim, essa dualidade é exposta e problematizada: ao mesmo tempo em que o Exército brasileiro, conservador, dominado pelo masculino, decide de forma inédita, homenagear uma mulher pelo seu feito em batalha, essa valorização é também algo feita a partir dos limites que as diretrizes do Exército permitem. Limites esses que, como expusemos, causam uma dificuldade no entendimento, e até mesmo na aceitação em valorizar a instituição por elevar o nome de Quitéria ao seu panteão.

Características que não se consegue ultrapassar, porque fogem de valores que formam aquilo que é o Exército. Assim, é perfeitamente visível afirmar que Maria Quitéria é homenageada, valorizada, ao mesmo tempo em que seu papel só se torna evidente quando comparada ao papel de um homem, no caso, do Duque de Caxias.

Contudo, não é só esta faceta que o fato de Quitéria ser mulher, precisa ser destacado. Se retomarmos o ponto em que o Capitão Jonas Neto cria o cenário em que Maria Quitéria foi de alguma forma uma inspiração para a carreira de Caxias, é também formada nesse momento, até pela lógica religiosa que o Exército possui, um casal que esteja conectado a formação do Exército brasileiro. Em suma, uma origem que se baseia no homem e na mulher, como, no sentido literal, Patronos da força como um todo.

Essa interpretação é muito simples de fazer, principalmente se voltamos a ponto do período em que estamos trabalhando. Se todo o primeiro capítulo promoveu de forma a sistemática como tanto o Exército quanto o próprio Brasil (a partir do processo

republicano) encontravam-se numa fase de estruturação e desenvolvimento, era necessário estabelecer, a fundição deste processo.

Portanto, Quitéria e Caxias formam nesse momento o casal da fundação do Exército brasileiro. Ambos são construídos a partir da ideia de amor a Nação e respeito as instituições acima de tudo. Heróis que lutaram pela pátria e por ela tudo fizeram. No caso especial de Quitéria, tanto no papel como guerreira, como na sua vida civil, a heroína cumpre todas as metas que permitem a caracteriza-la como a forma ideal de uma mulher (militar ou não) deveria se espelhar.

A partir dessa visão, ambos são símbolos que se inspiram um no outro e que a partir de sua história servem como símbolos para todos aqueles que decidirem pelo caminho das Forças Armadas. Quitéria, nessa visão, homenageada em uma mesma cerimônia que Caxias, insere-se numa posição de destaque, obedecendo regras sociais estritas, e sendo construída em sua história o ideal daquilo que deveria transparecer.

Há, todavia, a necessidade de destacar que, assim como estamos explorando em todo o texto, o fato da cerimônia a Quitéria está inserida nas homenagens a Caxias, essa construção também nos permite enxergar que Quitéria pode ser vista na vanguarda em relação ao modo como o Exército decide valorizar uma mulher, ao mesmo tempo em que esta instituição deixa bem claro em determinar quem se aparece como principal neste destaque. Em outras palavras, Quitéria é homenageada e valorizada por sua performance. Contudo, é bem claro que seu heroísmo e importância, por maiores que sejam, ainda estão abaixo de Caxias. É na semana de Caxias que ela é valorizada. É no palácio Duque de Caxias que tal evento ocorre.

Nessa lógica, e voltando ao que citamos no item anterior deste capítulo, seu papel como mulher transforma-se assim no quesito de Matriarca do Exército brasileiro. Essa ideia reafirma ainda mais as características apresentadas em sua narrativa. Isso porque, ao mesmo tempo em que seus valores como combatente são exaltados, seu papel familiar não é ignorado.

Após a guerra, a primeira ação de Maria Quitéria é retornar a sua casa, cuidar do seu pai e, após seu falecimento, é destacado pelos autores que a heroína viveu o resto da sua vida cuidando de sua filha. Ou seja, o papel materno, preconizado pelos valores à época e esperado do feminino, algo que já citamos aqui, e utilizado também como

expressão daquilo que Quitéria deveria transparecer.

Esse é um processo que se retroalimenta. Sua história influencia e é influenciada por valores à época para que, a partir de sua história, Quitéria torna-se, e busca desenvolver para aqueles que entendem sua narrativa, um exemplo de valor como guerreira e mãe. Que luta e cuida do Exército e da Nação.

Portanto, se esses valores servem para a Nação, o Exército não se encontra fora deles. Homenagear e enaltecer a história de Maria Quitéria é dar a heroína um papel de exemplificação que traga para o Exército uma contemplação daquilo que o mesmo procura transparecer para seus comandados e a sociedade como um todo.

Para o Exército, Quitéria representa a forma como um soldado deveria ser, assim como descreve o que aquela instituição espera das mulheres na sociedade brasileira. Assim, homenagear Maria Quitéria não cria só um símbolo, mas um instrumento de diálogo com toda a sociedade. A partir dela, o Exército consegue estabelecer contato e divulgar seus valores para toda a Nação.

CONCLUSÃO

Entendemos que o mais importante neste capítulo é compreender que ser mulher é fundamental na construção do mito de Maria Quitéria. Como demonstramos, por mais que sua feminilidade seja apresentada desde o começo de sua trajetória (citado nas palavras de Marie Graham), foi a partir da comemoração do centenário de Independência que vemos como este fato foi valorizado.

Se o nacionalismo à época foi de grande importância para entendemos a construção do heroísmo ligado a personagem, a questão feminina presente na narrativa de Maria Quitéria possui importância igual ou maior para expormos os objetivos que o Exército possuiu ao construí-la. Entendemos até que, em prol do projeto nacionalista, a valorização da feminilidade de Quitéria é muito importante.

Quitéria pode não ter os mesmos predicados que outros heróis militares possuíram, porém, sua história é passível de ser inserida nos valores tradicionais do Exército com ideias que permitem esta instituição dialogar com variados grupos, sejam eles de origem interna ou mesmo com aqueles que formam o Estado e a sociedade como um todo.

Obviamente que por estas ideias serem invariavelmente paradoxais, acabam surgindo discussões e problematizações que precisavam ser postas. Pra nós, a homenagem feita pelo Exército à Maria Quitéria carrega não só a face da exaltação de uma personagem, como transparece em suas contradições, os “dogmas” militares que não permitem que o mito da personagem ultrapasse algumas barreiras.

Essas discussões foram postas pela necessidade de, nos dias de hoje, entendermos o papel do feminino em nossa história. Ao mesmo tempo em que precisamos enxergar que o Exército homenageia uma mulher em seu quadro, o fato de ser uma instituição conservadora causa o efeito dos limites que suas diretrizes permitem que essa valorização seja feita. Assim, Quitéria se mostra o perfeito exemplo de como a união entre o arcaico e o novo causa impactos, sejam eles positivos ou negativos.

A complexidade da construção de Maria Quitéria se mostra relevante. A importância de se entender a mitificação da personagem é fundamental para a compreensão dos objetivos desse Exército que se apresentava como um protagonista político em meados do século XX.

Desta maneira, o centro da construção da narrativa de Maria Quitéria está no fato dela ser capaz de agregar os valores do Exército, conjuntamente sua história procura transparecer outras qualidades prezadas pelos que a homenageiam. Sua narrativa produz o efeito de conectar ideias contraditórias mas, ao invés de se anularem, se completam e trazem na figura uma história de força e de presença, algo precioso para o fortalecimento da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Maria Quitéria pode não possuir uma enorme gama de material sobre sua existência e participação no Exército brasileiro. Contudo, é inegável que, dentro do cenário em que (infelizmente) as mulheres ainda se encontram, sua história é sim bem documentada, e até mesmo analisada e (re)construída ao longo do tempo.

Portanto, é do nosso entendimento que se torna factível, a partir do material apresentado e analisado, demonstrar como o Exército brasileiro enalteceu a figura de Maria Quitéria, não só pela necessária homenagem que essa heroína merecia. Seu reconhecimento não se deu de forma gratuita, mas sim, tendo por objetivo maior ser uma engrenagem de um projeto político mais amplo.

O ano de 1953, auge da crise do governo de Getúlio Vargas, no clímax da discussão em torno do conceito do nacionalismo, tem na figura de Quitéria, a imagem e a memória de uma personagem que ressalta os valores preconizados pela instituição, que esperava que essas ideias fossem também desenvolvidas na vida civil. Assim, o processo de mitificação da heroína da Guerra de Independência mostrou-se uma ação efetiva para que os valores patrióticos – no centro da discussão do nacionalismo – pudessem, a partir da história de Quitéria, se tornar uma marca do Exército.

Além disso, mostramos que homenagear uma mulher não foi uma escolha aleatória. Além do caráter nacionalista, entendemos que a escolha pela exaltação de uma figura feminina se mostrou estratégica para obter o reconhecimento dos vários grupos sociais que formavam a Nação brasileira. Se em um primeiro momento, reconhecer uma figura que em nada tem a ver com o histórico da vida militar, onde o masculino sempre se mostrou o ser dominante, percebe-se que a questão feminina, abordada da forma que o Exército se propôs, mostrou-se ser bastante eficaz para o projeto político desenvolvido pelos militares.

Entretanto, enquadrar uma mulher em diretrizes militares não poderia ser feito sem a criação de algumas questões. A problematização aqui feita perpassou o fato de Quitéria ser elogiada, ao mesmo tempo em que esse destaque é feito também como uma forma de diferenciá-la dos outros heróis históricos do Exército. Em resumo, ela era uma heroína, especial por seu desempenho, mas também por sua “distinção”.

Concluimos assim este trabalho, buscando demonstrar que independente dos questionamentos aqui propostos e das respostas a que chegamos, é preciso enaltecer pesquisas sobre o Exército brasileiro, a discussão sobre construções biográficas ao longo do tempo, além de claro, a possibilidade de debater gênero, inclusive - e principalmente, em instituições tão conservadoras.

Mas, acima de tudo, terminamos este texto afirmando a importância que Maria Quitéria tem para o estudo destes campos. A discussão sobre a construção de sua narrativa mostrou como o debate acerca da sua história é fundamental para o campo historiográfico, tendo plena consciência de que suas ramificações não se contemplam somente com este trabalho. É necessário entendermos que histórias como a dela podem e devem ser discutidas cada vez mais, a fim de conseguirmos romper com o estigma apresentado por Michelle Perrot.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Comenda do centenário de morte de Maria Quitéria: <<http://miltonbasile.blogspot.com.br/2010/10/condecoracao-do-centenario-de-maria.html>> Acesso em: 04/09/2017.

FAILLUTI, Domenico. *Maria Quitéria*. ANAIS DO MUSEU PAULISTA, Tomo XXIX, Universidade de São Paulo, SP, 1979.

Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 20/08/1953. 1º Caderno, Pp.8.

NETO, Jonas. Maria Quitéria e Caxias. **Revista do Clube Militar**. Nº 126, Julho/Agosto, 1953, Rio de Janeiro.

PIMENTEL, Petronilha. Do berço ao túmulo de Maria Quitéria. *Jornal A Noite*. Rio de Janeiro, Pp. 24, 01/09/1953.

REIS JÚNIOR, Pereira. **Maria Quitéria**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1953.

SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Movimento Tenentista. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/MovimentoTenentista>>. Acessado em 20/04/2018.

A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Revolução de 1930. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30>>. Acessado em 22/04/2018.

Atlas Histórico do Brasil: Cartas Falsas. Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/verbetes/cartas-falsas>>. Acessado em 02/06/2018.

BRASIL. Decreto de 28 de Junho de 1996. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=143754>. Acessado em 29/10/2014.

Decreto Nº 32.999, de 10 de Junho de 1953. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-32999-10-junho-1953-337653-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 12/03/2018.

Decreto Nº 35.005, de 04 de fevereiro de 1954. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35005-4-fevereiro-1954-332075-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 23/02/2018.

Diário Oficial da União. Ver em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2378174/pg-37-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-04-1949?ref=next_button>. Acesso em 23/02/2018.

Lei do Sorteio Militar. Ver: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEI%20DO%20SORTEIO%20MILITAR.pdf>>. Acesso em 15/01/2019.

Milagre Econômico Brasileiro. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>>. Acesso em 14/02/2018.

O Brasil no segundo governo Vargas: Ciro do Espírito Santo Cardoso. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Ciro do Espirito Santo Cardoso](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Ciro_do_Espirito_Santo_Cardoso)> Acesso em: 28/08/2017.

Patronos do Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/DJfoSfZcKPxu/content/biografia-resumida-do-duquedecaxias?redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fpatronos%3Fp_p_id%3D101_INSTANCEDJfoSfZcKPxu%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D1%26p_p_col_count%3D3>. Acesso em 12/05/2015.

Rua Maria Quitéria. Disponível em: <copacabana.com/rua-maria-quiteria/>. Acesso em 25/06/2015.

Site Oficial do Exército Brasileiro. Patronos – Maria Quitéria. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/maria-quiteria-quadro-complementar-de-oficiais/>>. Acessado em 09/11/2013.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Joana Soares de. **Mulheres no cotidiano**: educação e regras de civilidade, (1920/1950). Revista *Dimensões*, vol. 33, 2014.

ALMEIDA, Norma Silveira Castro de; TANAJURA, A. Rodrigues Lima. **José Antônio da Silva Castro – o Periquitão**. Salvador: EGBA, 2004. ISBN 85-903965-1-7.

AMARAL, Braz do. **História da Independência da Bahia**. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

AMARAL, Flávia Aparecida. **História e Resignificação**: Joana D’Arc e a historiografia francesa da primeira metade do século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de História. São Paulo, 2012.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. **Revista Dimensões** (2010): 157-172.

BACZO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Anthropos-Homem, vol.5 Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BASTOS, Lúcia da Costa. **Formação de Identidade da Mulher Militar**: Análise do Caso do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro. Curso de Formação de Oficiais do Ano de 2009. EsSEx, Rio de Janeiro, 2009.

BERMEJO, José. **Introducción a la sociología del mito griego**. Ediciones AKAL, 1979.

BERSTEIN, Serge. Culturas Política e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista, KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BEZERRA, Janaína Santos. **Pardo na cor & Impuros no sangue**: etnia, sociabilidades e lutas por inclusão social no espaço urbano pernambucano do XVII. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Letras e Ciências Humanas, Recife, 2010.

BONAFÉ, Luigi Felice. **Como se faz um herói Republicano**: Joaquim Nabuco e a República. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008. Niterói.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). **Usos & abusos da história oral**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, FGV, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, 1998, pp. 43- 58.

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de mil faces**. Cultrix/Pensamento, São Paulo. 1997.

CARBONI, Maria Cecília Conte. **Maria Quitéria – Uma ruptura pela anistia**. ANPUH, 2007, RS.

CARLONI, Karla. A esquerda militar no Brasil. FERREIRA, Jorge; AARÃO, Daniel Reis. (org.). **As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Forças Armadas e Democracia no Brasil**: o 11 de Novembro de 1955. Rio de Janeiro: Garamond/ Faperj. 2012.

_____. **Marechal Henrique Teixeira Lott**: A opção das esquerdas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010. Niterói.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2006.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. **Entre Caxias e Osório**: a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro. Estudos históricos. Vol. 25, 2000.

_____. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Zahar, 1990.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, e KRAAY, Hendrik (org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV: Bom Texto, 2004.

CEVA, Antonia Lana de Alencastre. **O negro em cena**: a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro (1944-1968). Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos avançados**, vol. 9, nº23. Págs.71-84. 1995.

COELHO, Edmundo Campo. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

COSTA, Emília Viottida. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Militares, Democracia e desenvolvimento**: Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina [et.al]. (org.). **Visões do golpe**. RJ: Relume-Dumará, 1994.

DE SOUZA, Bernardino José. **Heroínas baianas: Joanna Angélica, Maria Quitéria, Anna Nery**. Editora Paralelo, 1972.

DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 9ª ed., SP: Contexto, 2004.

DIAS, Sátiro de Oliveira. **O Duque de Caxias e a Guerra do Paraguay**: estudo crítico-histórico. BH, 1870.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

ELÍADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: Jorge Ferreira (org.). **O populismo e sua história**: Debate e crítica. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; AARÃO, Daniel. Nacionalismo e reformismo radical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Vol. I, II, III e IV. Civilização Brasileira, 2003.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo, Exército e Sociedade. In: ____. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930**. Forense Universitária, Rio de Janeiro.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. USP, 2002.

GAYO, André Moysés. **O Clube Militar no Segundo Governo Vargas**.

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Editora FGV, Rio de Janeiro: 2015.

_____. Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, M; SOIHET, R; GONTIJO, R. **Cultura Política e Leituras do Passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

GONZAGA, Guilherme Goretti. **Augustus Earle (1793 - 1838): Pintor Viajante - Uma aventura solitária pelos mares do sul**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes do Departamento de Artes Visuais (VIS) da Universidade de Brasília-UnB. Brasília, 2012.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Volume I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

_____. **O Brasil Imperial**. Volume III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda. 1990.

HAHNER, June Edith. **A mulher no Brasil**. Civilização brasileira, 1978.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, Volume I e II. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Volume II. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Cia. das letras. 2006.

KRAAY, Hendrik. A Independência delas. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Ano 10, nº 117, Junho de 2015.

_____. **A Independência no palco:** o teatro histórico nacional na Bahia, 1857-1861. Seminário Internacional Independências nas Américas: 190 anos da Independência do Brasil na Bahia (2013: Salvador, BA).

_____. **A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831.** *Almanack Braziliense*, n.11: 52-61. 2010.

_____. **Between Brazil and Bahia:** celebrating Dois de Julho in nineteenth-century Salvador. *Journal of Latin American Studies*, 31:2 (maio de 1999), pp. 255-286.

_____. **Definindo nação e Estado:** rituais cívicos na Bahia pós-Independência (1823-1850). 63-90. 2001.

_____. **Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos:** o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*, vl. 22, n. 43, p. 109-126, 2002.

KRUSCHEWSKY, Eduardo; SILVA, Antônio de Jesus. **Maria Quitéria: a Injustiçada.** Academia Feirense de Letras, 3ª edição – 2012.

KUNHAVALIK, José Pedro. **Os Militares e o conceito de Nacionalismo:** Disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política. Florianópolis, 2009.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda Baptista, KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha Viz. **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LAMARÃO, Sérgio, MONTALVÃO, Sérgio e URBINATI, Inoã Carvalho. In ALVES, Alzira Abreu. **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930).** Verbete Clube Militar. 1ª Ed., CPDOC, RJ, 2015, pp. 1383-1389.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano.** Vol. I. Civilização Brasileira, 2003

LE GOFF, Jacques. **São Luís.** Rio de Janeiro, Ed. Record, 1999

LEMOS, Renato. Justiça militar e processo político no Brasil (1964-1968). In: **SEMINÁRIO 40 anos do Golpe** (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964-2004: quarenta anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). **Usos & abusos da história oral.** 8ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIMA, João Francisco de. **A incrível Maria Quitéria.** São Paulo: Nova Época, 1977.

LINHARES, Maria Yedda et al. (Ed.). **História geral do Brasil.** Campus, 1990.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945 – 1964: a ante-sala do golpe. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). **O Brasil Republicano**. Volume III: O tempo da experiência democrática: a democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARCHESIN, Rafael Pessolato. **Os grupos populares e as representações nacionais em narrativas sobre a Guerra do Paraguai**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. SP, 2011.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **História das Mulheres e da Relação de Gênero: Campo historiográfico, trajetórias e perspectivas**. Mandrágora, v.19. n. 19. 2013.

MAXWELL, Kenneth. Conjuração mineira: novos aspectos. **Estudos Avançados**, vl. 3, nº. 6, págs. 04-24, 1989.

MENDES, Bartolomeu de Jesus. **A Festa do Dois de Julho em Caetité – do cívico ao popular**. Caetité: Gráfica Castro, 2002.

MOTTA, Marly da Silva. **A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992

MOTTA, Rodrigo Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Sá. **Culturas políticas na História: novos estudos**. BH: Argumentum, 2009.

_____. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

NETO, Manuel Domingos. Influência Estrangeira e luta interna no Exército (18889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain. **Os Partidos Militar no Brasil**. Ed. Record, Rio de Janeiro. 1980.

NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO (Veículo de Comunicação Social do Ministério do Exército), nº 9.172, 02 de outubro de 1996.

PALHA, Américo. **Soldados e Marinheiros do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Editora, 1962, págs. 47-51.

PEIXOTO, Antônio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 1ª ed., SP: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra História: Imaginando o imaginário. **Revista brasileira de História**, São Paulo, Vl. 15, nº29, Pp., 9-27, 1995.

PINTO, Sérgio Murillo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. SP: Contexto, 2012.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, nº10, 1992, Pg. 200-212.

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº3, 1989, Pg. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, Vol.1, nº2, 1996. Pg. 59-72.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). **Usos & abusos da história oral**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning of oral history**. Albany: State of University New York Press, 1991.

PRADO, Maria Lígia. **América Latina no Século XIX**.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)**. SP: EDUSC, 2004.

REIS FILHO, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, João José; HENDRIK Kraay. **The Tyrant Is Dead! The Revolt of the Periquitos in Bahia, 1824**. *Hispanic American Historical Review* 89.3 (2009): 399-434.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: René Rémond (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: EdUfrj / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Unicamp, 2007.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo. 1984.

_____. **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

ROSA, Virgínio Santa. **O sentido do tenentismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1932.

RUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). **Usos & abusos da história oral**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Luciana Rodrigues dos. **A Participação das Mulheres nas Forças Armadas Brasileira**: Um debate contemporâneo. PPGCS/ UNESP – Marília, SP, Brasil.

SARTORI, Elisiane. Reflexões sobre relações de gênero, família e trabalho da mulheres: desigualdade, avanços e impasses. **Cadernos CERU**, série 2, nº 15, 2004.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital (Ed.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**: com 270 ilustrações. Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.

SILVA, Graziella Moraes; LEÃO, Luciana T. de Souza. O paradoxo da mistura Identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. **Revista brasileira de Ciências Sociais** - vol. 27 nº 80.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **“Rememoração”/comemoração**: as utilizações sociais da memória. *Revista brasileira de História*, v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. **Brasileiras Célebres (ed. fac-similar)**. Brasília: Senado Federal, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2ª ed. Civilização brasileira, RJ, 1968.

SOIHET, Rachel. Introdução. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. **Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj, 2003.

_____. História das Mulheres. In: VAINFAS, Ronaldo, e CARDOSO, Ciro. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro. 1997.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**. 27-54 (2007).

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Artenova, 1975.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: UNESP; São Paulo: EDUFBA, 2001.

THOMPSON, Paul. **História oral**: a voz do passado. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2ª edição, 1992.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. Cadernos Pagu (3) 1994: Pp. 29-62.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **Maria Quitéria**: apropriações e representações na construção de um mito. XXXII Semana de História. 17 A 21 de Outubro de 2016 – ICH/UFJF.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Em armas: Amazonas, Soldadas, Sertanejas, Guerrilheiras*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. SP: Contexto, 2012.



Imagem I: A female Soldier. Augustus Earle, 1824.



Imagem II - Dona Maria de Jesus. Augustus Earle e Edward Finden, 1824



Imagem III - Maria Quitéria. Domenico Failutti, 1920



Imagem IV– Comenda Maria Quitéria (1953)